

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ALINE ZULIAN

**INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIAS: UMA INTERPRETAÇÃO
VEBLENIANA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Porto Alegre

2022

ALINE ZULIAN

**INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIAS: UMA INTERPRETAÇÃO
VEBLENIANA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Zulian, Aline
Indivíduos, instituições e tecnologias: uma
interpretação vebleniana para o desenvolvimento /
Aline Zulian. -- 2022.
150 f.
Orientador: Octavio Augusto Camargo Conceição.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2022.

1. Desenvolvimento. 2. Indivíduos. 3. Instituições.
4. Tecnologias. 5. Veblen. I. Conceição, Octavio
Augusto Camargo, orient. II. Título.

ALINE ZULIAN

**INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIAS: UMA INTERPRETAÇÃO
VEBLENIANA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles
UFES

Profa. Dra. Eliane Cristina de Araújo Sbardellati
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Mallet Siqueira Campos
IFRS

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para minha família. Meu marido, meus pais e minha irmã, vocês foram meus maiores incentivadores e parceiros na concretização deste sonho.

Além do meu orientador, agradeço também a todos os professores que fizeram parte desta trajetória, permitindo conhecer e compreender uma Economia que é inseparável da sociedade.

O meu agradecimento também se estende a educação pública, que esteve presente ao longo de toda minha vida acadêmica, e ao financiamento da CAPES que possibilitou a realização deste doutorado.

RESUMO

Compreender a sociedade e o desenvolvimento em um sentido evolutivo não é uma tarefa simples. Não há como condicionar a trajetória de um país apenas ao elemento econômico, pois existem outros aspectos presentes na relação entre os indivíduos, as instituições e as tecnologias. Mesmo sendo a base do institucionalismo evolucionário, e com contribuições singulares para entender a dinâmica das sociedades, Veblen é pouco difundido entre os economistas. A partir da necessidade de compreender o desenvolvimento como um fenômeno multifacetado, surge o questionamento: é possível encontrar em Veblen uma compreensão teórica-analítica do desenvolvimento como um processo que relacione os indivíduos, as instituições e as tecnologias? O objetivo geral deste trabalho está em propor uma compreensão vebleniana para o desenvolvimento, pautada na interação entre indivíduos, instituições e tecnologias. Por meio de uma discussão teórica-argumentativa, o trabalho consiste na construção de interpretações autênticas das principais ideias de Veblen no que concerne aos três pilares: indivíduos, instituições e tecnologias. Após a construção do marco teórico-analítico vebleniano, esse esquema foi utilizado para pensar as raízes institucionais do processo de desenvolvimento do Brasil. A forma como ocorreu a revolução burguesa no Brasil, a emergência da emulação pecuniária e a perpetuação da dependência cultural e tecnológica sinalizaram para a existência de enraizamentos institucionais, tais como: a dependência, a concentração de poder econômico e político e a especialização na atividade primária. Além disso, não houve a formação de um hábito de pensamento que compreendesse a importância do Estado, da tecnologia e da indústria no desenvolvimento da sociedade. Uma alternativa vebleniana para o problema do desenvolvimento em sociedades predatórias-pecuniárias (e para o problema do *lock-in* brasileiro) perpassa pela identificação dos enraizamentos institucionais e a aplicação de uma política conciliatória que consiga implementar um projeto nacional, industrial e tecnológico de desenvolvimento em prol do aprimoramento da vida em sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Indivíduos. Instituições. Tecnologias. Veblen.

ABSTRACT

Understanding society and development in an evolutionary sense is not a simple task. There is no way to condition the trajectory of a country only to the economic element, as there are other aspects present in the relationship between individuals, institutions and technologies. Despite being the basis of evolutionary institutionalism, and with unique contributions to understanding the dynamics of societies, Veblen is not widespread among economists. From the need to understand development as a multifaceted phenomenon, the question arises: is it possible to find in Veblen a theoretical-analytic understanding of development as a process that relates individuals, institutions and technologies? The general objective of this work is to propose a Veblenian understanding of development, based on the interaction between individuals, institutions and technologies. Through a theoretical-argumentative discussion, the work consists of the construction of authentic interpretations of Veblen's main ideas regarding three pillars: individuals, institutions and technologies. After the construction of the Veblenian theoretical-analytical framework, this scheme was used to think about the institutional roots of the development process in Brazil. The way in which the bourgeois revolution took place in Brazil, the emergence of pecuniary emulation and the perpetuation of cultural and technological dependence signaled the existence of institutional roots, such as: dependence, concentration of economic and political power and specialization in primary activity. In addition, there was no formation of a habit of thought that understood the importance of the State, technology and industry in the development of society. A Veblenian alternative to the problem of development in predatory-pecuniary societies (and to the problem of the Brazilian *lock-in*) involves the identification of institutional roots and the application of a conciliatory policy that manages to implement a national, industrial and technological development project in for the betterment of life in society.

Keywords: Development. Individuals. Institutions. Technologies. Veblen.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Problematização.....	11
Figura 2 - Os instintos veblenianos	23
Figura 3 - Instintos e hábitos	25
Figura 4 - Hábitos de vida e de pensamento.....	26
Figura 5 - Etapas e fases da cultura humana	39
Figura 6 - Indivíduos e instituições: o sistema de instituições	45
Figura 7 - Tecnologias sociais e físicas	54
Figura 8 - O sistema de tecnologia vebleniano	59
Figura 9 - Os sistemas de instituições e de tecnologias.....	65
Figura 10 - Elementos da sociedade moderna industrial.....	70
Figura 11 - O processo de desenvolvimento vebleniano.....	86
Figura 12 - Indivíduos e instituições do Brasil Colônia	97
Figura 13 - Indivíduos e instituições de um Brasil Imperial	100
Figura 14 - Brasil e burguesia: instituições pós 1850 e República Velha	106
Figura 15 - Características institucionais de um Brasil industrial.....	111
Figura 16 - Características institucionais de um Brasil “global-dependente”	114
Figura 17 - Desenvolvimento vebleniano e as raízes institucionais no Brasil	128

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES: PILARES DO DESENVOLVIMENTO	13
2.1	INSTINTOS HUMANOS: UMA INTERPRETAÇÃO VEBLENIANA	14
2.1.1	Os instintos veblenianos	18
2.2	INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES	24
2.2.1	Instintos e instituições: uma relação com vieses	28
2.3	MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: ETAPAS E FASES DA CULTURA HUMANA	30
2.4	INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO.....	41
3	TECNOLOGIAS: PILAR VEBLENIANO DO DESENVOLVIMENTO	47
3.1	INDIVÍDUOS E TECNOLOGIAS: ASPECTOS SOCIAIS.....	48
3.2	A TECNOLOGIA NAS DIFERENTES ETAPAS CULTURAIS	51
3.3	O SISTEMA DE TECNOLOGIA VEBLENIANO	58
4	VEBLEN E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	67
4.1	A SOCIEDADE PECUNIÁRIA E O SISTEMA INDUSTRIAL MODERNO	68
4.1.1	Indivíduos: o comando dos “homens de negócios”	70
4.1.2	Tecnologias físicas e sociais: a mecanização e o conhecimento	75
4.1.3	Instituições: hábitos de pensamento pecuniários.....	79
4.2	O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	82
4.3	A POLÍTICA NA SOCIEDADE MODERNA PECUNIÁRIA	90
5	OS PILARES VEBLENIANOS E AS RAÍZES DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	95
5.1	INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES: A “REVOLUÇÃO” BURGUESA NO BRASIL	96
5.1.1	A extinção do estatuto colonial e a manutenção institucional	98
5.1.2	O pensamento burguês e a constituição da burguesia.....	103
5.1.3	Uma burguesia heterogênea, um “pacto nacional” e uma nação dependente	108
5.2	TECNOLOGIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA	117
5.3	OS PILARES VEBLENIANOS NAS RAÍZES DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	126
5.3.1	Alternativa vebleniana para o desenvolvimento na sociedade pecuniária: uma nova agenda	132
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

O estudo do desenvolvimento perpassa por questões econômicas, culturais, sociais, históricas, ambientais, políticas e institucionais. Em meio a uma grande possibilidade de concepções, o desenvolvimento é compreendido aqui em um sentido institucionalista-evolucionário. Mais especificadamente, o intuito é resgatar a origem dessa abordagem em Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), o principal pilar do pensamento institucionalista original¹ e de uma Economia institucional e evolucionária.

O desenvolvimento, no sentido vebleniano, não possui um qualificador específico. Veblen utiliza o termo “desenvolvimento” de maneira multifacetada e interdisciplinar, e não o condiciona apenas a um único fenômeno do tipo econômico, social, humano, tecnológico, agrícola ou industrial. Diferentes elementos materiais e imateriais são vistos em permanente interação e mutação construindo a trajetória evolutiva de uma sociedade. De maneira geral, o desenvolvimento em linhas veblenianas é interpretado como um processo evolutivo que é: a) dinâmico: está em movimento e pode se modificar continuamente; b) cumulativo: sujeito à heranças e enraizamentos; e c) não teleológico: um alvo final não é proposto *a priori*.

Veblen (1898c), em seu clássico artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, adverte que a Economia, para ser uma “ciência moderna”, deveria incorporar elementos de uma ciência evolucionária, em detrimento de preconcepções estáticas e teleológicas. A sua construção analítica e metodológica utiliza aspectos evolucionários para compreender como os fenômenos se comportam e evoluem em um contexto de mudanças. São levados em consideração, portanto, os chamados “princípios básicos darwinianos” de variação (variedade e mudança), seleção (sobrevivência e duração)² e herança (enraizamento e perpetuação) (HODGSON; KNUDSEN, 2006; HODGSON, 1998a).

Esse aspecto científico moderno, com raízes no evolucionismo darwiniano, na psicologia e na filosofia pragmática³, modifica a maneira de pensar e compreender os fenômenos que abrangem a Economia. Inclui um “todo orgânico” que abrange o contexto de

¹ Veblen é o principal fundador da escola de pensamento Economia Institucional Original (Original Institutional Economics), também chamada de Velha Economia Institucional ou Antigo Institucionalismo. Esta escola, além de criticar elementos da teoria econômica tradicional (clássicos, neoclássicos e marxistas de sua época), ressalta o comportamento e a ação social, a importância das relações de poder, o papel da história, da cultura e dos processos de mudança (SAMUELS, 1995).

² A “seleção” em Veblen tem ligação com a adaptabilidade dos fenômenos institucionais e aos aspectos inovativos, em meio a uma realidade mutável, afastando-se do chamado “darwinismo social” de Herbert Spencer.

³ Além da influência da Biologia Evolucionária de Charles Darwin, outros influenciadores de Veblen pertencem à Filosofia pragmática, com Charles S. Peirce e John Dewey (CAMIC; HODGSON, 2011), e também à psicologia comportamental, com William James (GARCIA; CONCEIÇÃO, 2020).

evolução de uma sociedade (o seu “esquema de vida”, *à la* Veblen). Este contexto não é uma mera replicação dos fenômenos passados, mas abrange tanto a história (enraizamentos e perpetuações) quanto uma realidade que é mutável.

Mesmo que Veblen reconheça a importância dos fatos presentes, não considera este um elemento suficiente para que a Economia seja uma ciência moderna ou evolucionária. Da mesma forma, um processo que relaciona causas e efeitos não constitui *per se* uma especificidade analítica evolucionária (“razão suficiente” *versus* “causa eficiente”)⁴. Para que isso ocorra, o fenômeno de causação cumulativa deve carregar um sentido evolutivo e não-teleológico⁵.

Dessa forma, o processo de evolução vebleniano nem sempre implica em progresso. Os fenômenos econômicos e sociais devem ser observados e analisados desde os seus surgimentos, perpetuações entre diferentes gerações e mudanças cumulativas no tempo, de modo que as instituições, isto é, os hábitos de pensamento compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade, consistem em importantes aportes analíticos para isso. As instituições, pelo seu caráter cumulativo, podem sinalizar para certas regularidades de comportamentos dos indivíduos, e, ao mesmo tempo, pelo seu aspecto mutável, podem constituir o cerne da mudança de trajetória de uma sociedade.

Diferentes hábitos de pensamento podem estar enraizados na sociedade, constituindo-se instituições e influenciando na sua evolução, isto é, na sua dinâmica positiva ou negativa de desenvolvimento. Além disso, as instituições também estão sujeitas a mudanças com o passar do tempo histórico, como ocorre na passagem de uma etapa primitiva-pacífica da cultura humana para uma etapa predatória-pecuniária, marcada por mudanças materiais e imateriais principalmente centradas na emulação pecuniária.

Veblen (1898a) destaca que as condições materiais (tais como as tecnologias físicas) apenas irão proporcionar mudanças em uma sociedade se forem consideradas em interação com os aspectos imateriais que abrangem os indivíduos, suas psiques e sociabilidades. As atividades econômicas e inovativas são fenômenos importantes do desenvolvimento das sociedades, mas

⁴ Veblen (1898c; 1899a; 1919b) utiliza esse argumento para contrapor a sua visão evolucionária de causalidade cumulativa daquela concepção dos fisiocratas e dos (neo)clássicos em que a causalidade dos fatos é expressa como uma lei divina ou uma lei natural. No caso dos (neo)clássicos, os indivíduos são perfeitamente racionais, sabem que a causa X conduz a um efeito futuro (ótimo) Y; todo efeito é conhecido e é resultado da causa racional (“razão suficiente”). Diferente disso, a causalidade evolutiva observa que a relação entre causa e efeito é de construção e movimento, sem um fim predeterminado (é não teleológica); uma causa X pode conduzir a diferentes efeitos (“causa eficiente”).

⁵ De acordo com Hodgson e Knudsen (2006), essa percepção darwiniana da evolução como um processo “cego” não implica na ausência de racionalidade por parte dos indivíduos. Esta “cegueira”, segundo os autores, decorre do desconhecimento do futuro (incerteza), mesmo que seja admitida a finalidade dos aspectos materiais e das condutas humanas.

estão imersas em um quadro institucional mais amplo, que considera os indivíduos, seus instintos e hábitos. É por isso que as tecnologias vão muito além do fator físico, incluindo também elementos pessoais e sociais.

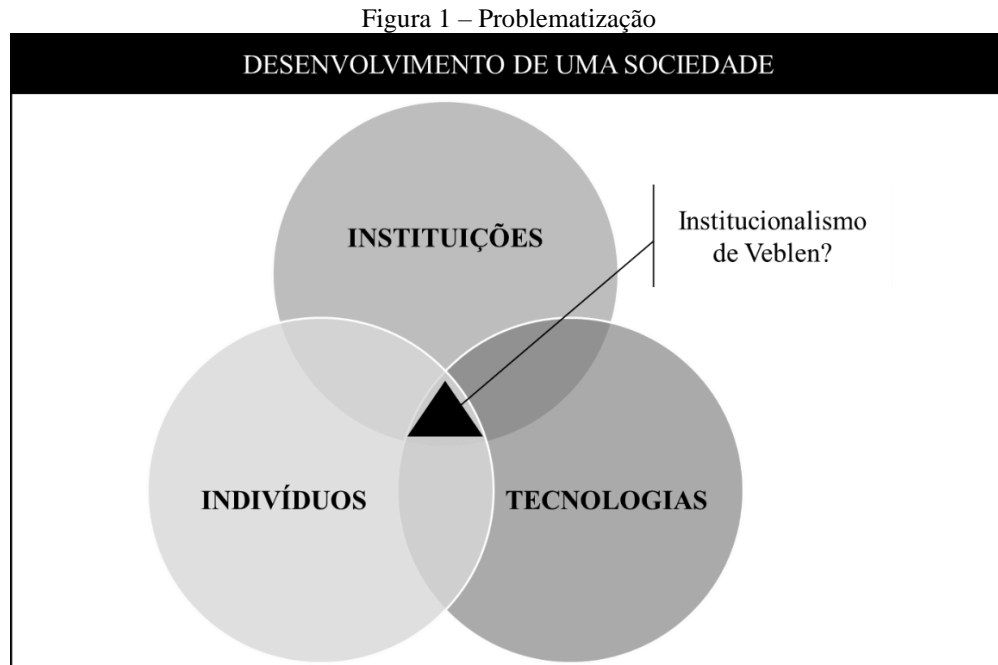
A perspectiva institucionalista-evolucionária de Veblen sobre o desenvolvimento pressupõe, portanto, que os indivíduos, as instituições e as tecnologias relacionem-se em um processo cumulativo e dinâmico, sem o intuito de uma previsão futura, mas de construção de uma trajetória. São diferentes as formas com que esses três elementos, chamados aqui de “pilares” - indivíduos, instituições e tecnologias -, interagem em contextos históricos e culturais, de modo que o processo de desenvolvimento não é único e, portanto, não existe um receituário político passível de generalização. Ainda assim, a identificação das instituições que descrevem uma sociedade possibilita uma compreensão mais ampla do seu processo de desenvolvimento.

Mesmo que se reconheçam os esforços recentes de trabalhos que aproximam as instituições e as tecnologias em um sentido evolucionista⁶, a origem desse pensamento passa por vezes despercebida. Veblen, além de considerar as instituições e as tecnologias, trouxe os indivíduos para o *core* de sua análise sobre o desenvolvimento das sociedades. Compreender a sociedade e o seu desenvolvimento em um sentido evolutivo não é uma tarefa simples, o que exige um pensamento mais amplo sobre os processos e os elementos envolvidos. Não há como condicionar a trajetória de um país apenas ao elemento econômico, pois existem outros aspectos presentes na relação entre os indivíduos, as instituições e as tecnologias.

Mesmo sendo a base do institucionalismo evolucionário, e com contribuições singulares para entender a dinâmica das sociedades, Veblen é pouco difundido entre os economistas. São poucos os cursos de Economia e as publicações da área que considerem as contribuições de Veblen e que abordem as instituições para além das organizações e dos aspectos formais. Além da linguagem complexa e poucas obras traduzidas, outra justificativa para a baixa popularidade de Veblen, de acordo com Rutherford (1998), está na dificuldade em se identificar um “modelo” que explique a mudança institucional. A partir disso, surge o problema geral deste trabalho, representado na Figura 1: é possível encontrar em Veblen uma compreensão teórica-analítica

⁶ Nessa abordagem moderna “institucionalista-evolucionária” encontram-se autores neoschumpeterianos, tais como Carlota Perez, Edith Penrose, Giovanni Dosi, Mario Cimoli, Richard Nelson, Sidney Winter, etc., e também institucionalistas de linha evolucionária, tendo Geoffrey Hodgson como principal representante. De acordo com Jameson (2006), modernos institucionalistas como Hodgson, Ha-Joon Chang e outros autores do *Journal of Economic Issues* bebem em fontes veblenianas. O mesmo ocorre com alguns neoschumpeterianos, de modo que Nelson e Nelson (2002) reconhecem a influência vebleniana na sua compreensão sobre instituições.

do desenvolvimento como um processo que relacione os indivíduos, as instituições e as tecnologias?



Fonte: Elaborado pela autora.

A hipótese deste trabalho, de que existe uma compreensão em Veblen sobre o desenvolvimento que relaciona indivíduos, instituições e tecnologias, é sustentada pelo argumento de Camic e Hodgson (2011). Segundo estes autores, Veblen considera tanto os indivíduos, quanto as instituições e as tecnologias como elementos centrais para a análise das sociedades, de modo que estes aspectos não podem ser ignorados ou postos como “dados” pela análise econômica⁷.

Com base nisso, o objetivo geral deste trabalho está em propor uma compreensão vebleniana para o desenvolvimento pautada na interação entre indivíduos, instituições e tecnologias. Essa compreensão será construída com base nas obras de Veblen, sem o intuito de promover discussões a respeito das interpretações de outros autores. Dessa forma, por meio de uma discussão teórica-argumentativa, o trabalho consiste na construção de interpretações autênticas das principais ideias de Veblen no que concerne aos três pilares deste trabalho: indivíduos, instituições e tecnologias.

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho são desenvolvidos ao longo de cinco capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo dois, é apresentada uma compreensão

⁷ “Veblen, [...], emphasized “the phenomena of growth and change” and took neither individuals, institutions, or technology as given” (CAMIC; HODGSON, 2011, p. 28).

sobre os indivíduos e as instituições no sentido vebleniano, o que perpassa pela análise dos hábitos e dos instintos. No capítulo seguinte, está descrito o papel das tecnologias e do sistema de tecnologias na abordagem vebleniana, uma contribuição ainda pouco difundida. No capítulo quatro, estão os entendimentos de Veblen sobre o processo de desenvolvimento das sociedades e, com isso, é elaborado um quadro teórico-analítico para pensar o desenvolvimento com base nos três pilares.

No último capítulo, a interpretação institucionalista vebleniana construída ao longo deste trabalho é utilizada para compreender as raízes institucionais que marcaram o processo de desenvolvimento do Brasil até chegar no “Brasil global-dependente” do século XX. Para isso, são considerados três elementos: a “revolução” burguesa no Brasil, a emulação pecuniária e a dependência cultural e tecnológica. Por fim, são feitas algumas considerações.

2 INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES: PILARES DO DESENVOLVIMENTO

Os indivíduos não são meros agentes econômicos descritos por pressupostos de racionalidade perfeita e de preferências estáveis. Essa forma de pensar os fenômenos com base em princípios e fins predeterminados decorre, segundo Veblen (1899), dos “cânones da ciência” especialmente da Física tradicional, e foram reaplicados equivocadamente para as ciências humanas e sociais pela força de um hábito de pensamento enraizado¹. Isso demonstra que o pensamento e as teorias de uma geração de economistas reverberaram as concepções e os ideais de sua época e, com o passar do tempo, permaneceram presos nesse quadro institucional.

Diferente dessa “Economia tradicional”², o economista e sociólogo norte-americano Thorstein B. Veblen compreende que os indivíduos vivem em sociedade, interagem consigo, com os outros e com o ambiente. Por mais que a preocupação com os indivíduos no estudo do desenvolvimento econômico tenha maior repercussão na atualidade³, é na economia institucionalista-evolucionária de Veblen que estão os elementos teóricos e analíticos para compreender os indivíduos para além da tomada de decisão e as instituições muito mais do que regras controladoras. O autor desenvolve uma espécie de teoria do comportamento humano para compreender a evolução das sociedades, tornando-se pioneiro nas discussões sobre a origem e a mudança das instituições e o papel dos indivíduos nesse processo.

Na concepção vebleniana, os indivíduos são criaturas *spiritual*, dotados de consciência e de emoções, mas também possuem elementos biológicos, tais como a presença de tropismos e instintos. Entretanto, por mais que se admita a importância biológica que distingue a espécie humana das demais espécies, os instintos interagem com a evolução dos hábitos em uma sociedade. Veblen centra seus esforços para os elementos que vão além daqueles “naturalmente” visíveis e entende que os indivíduos são constituídos por aspectos pessoais e também por elementos formados socialmente, com ênfase para o papel dos hábitos e dos instintos.

¹ Tal como pode ser observado no artigo *Why is Economics not an Evolutionary Science?* e na trilogia *The Preconceptions of Economic Science*, Veblen destina parte de suas obras para criticar os elementos que sustentavam a Economia tradicional, o chamado mainstream econômico (escola clássica de diferentes gerações – fisiocratas, clássicos, utilitaristas e marginalistas). Um dos pontos críticos é o de reaplicar o método axiomático da física tradicional, estabelecendo a priori como os indivíduos se comportam e os fins que serão alcançados (VEBLEN, 1898c, 1899a, 1900).

² Optou-se pelo termo “Economia tradicional” para não fazer jus apenas à crítica direcionada aos economistas neoclássicos como hoje são denominados. O termo “economia neoclássica” foi usado por Veblen (1919b) como uma forma de agrupar os pensadores do mainstream econômico daquela época.

³ Recentemente, percebe-se um retorno dos estudos sobre o comportamento dos indivíduos no debate do desenvolvimento econômico principalmente por meio da Economia Comportamental, tal como citado no relatório “*Mind, Society, and Behavior*” do Banco Mundial (WORLD BANK, 2015).

Veblen (1912) define as instituições como os hábitos de pensamento compartilhados entre os indivíduos, e estão ligadas de maneira evolutiva ao contexto histórico e cultural de uma sociedade. Nesse sentido, as instituições interferem no comportamento dos indivíduos, não em um sentido determinístico, mas sim evolutivo. Essa relação pode ser observada na evolução cultural de uma sociedade “primitiva-pacífica” para uma sociedade “predatória-pecuniária”. Apesar de mantidas as propensões instintivas da espécie humana, como o instinto de trabalho eficiente (*instinct of workmanship*), modificam-se “os meios e as formas” pelas quais este instinto, e tantos outros, irão se manifestar. Isso decorre da existência de certos hábitos de pensamento na sociedade, isto é, pelo enraizamento ou pela emergência de instituições.

O estudo do desenvolvimento de uma sociedade abrange os indivíduos e a evolução das instituições, e não apenas os elementos materiais. A atenção de Veblen está, principalmente, para os fenômenos imateriais, tais como os instintos e os hábitos. Ambos são fundamentais na construção do pensamento vebleniano, diferente de compreender os instintos apenas como “ordens naturais” que determinam os hábitos e o “ser” humano.

2.1 INSTINTOS HUMANOS: UMA INTERPRETAÇÃO VEBLENIANA

Os indivíduos são constituídos de pensamentos e ações, de hábitos e instintos. Com o intuito de aproximar-se da realidade e daquilo que é chamado de ciência moderna⁴, Veblen rompe com a simplificação do *homo economicus*. A análise dos instintos é uma das suas principais contribuições e está presente desde as suas primeiras obras. Em 1898, o economista escreve o artigo *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*, em que trata de um dos seus conceitos centrais, o *instinct of workmanship*, traduzido aqui como “instinto de trabalho eficiente”⁵. Mais tarde, em 1914, esse tema ganha maior alcance com o seu livro *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*.

Apesar de ter papel central, não é apresentado um conceito para os instintos. Inclusive, o próprio Veblen (1914) descreve que não é seu objetivo trazer definições⁶. Ao longo de suas obras, e não apenas com o caso dos instintos, percebe-se que Veblen não almeja trazer conceitos prontos e estáticos, mas que cada termo deve ser adaptado ao contexto (mutável) no qual está

⁴ Em Veblen (1898c), a Economia tradicional (não evolucionária ou pré-darwiniana) distingue-se das ciências modernas como a Biologia, a Antropologia e a Psicologia evolucionárias.

⁵ Ao longo deste trabalho, utiliza-se como tradução para *instinct of workmanship* o termo “instinto de trabalho eficiente”, apesar de existirem outras traduções na literatura, tais como: “instinto de trabalho eficaz” e “instinto de artesanato”.

⁶ “It is, of course, not hereby intended to set up or to prescribe a definition of ‘instinct’ at large, but only to indicate as closely as may be what sense is attached to the term as here used” (VEBLEN, 1914, p. 4).

sendo investigado. Isso não quer dizer que o autor é confuso, mas que possui uma visão ampla e dinâmica dos processos, diferente de querer enquadrá-los em “caixas fechadas”.

Para Veblen (1914), a compreensão do instinto, e não necessariamente a sua definição precisa, é de primordial importância para entender o comportamento e o desenvolvimento das sociedades. Os instintos, também chamados pelo autor de “impulsos básicos”, “propensões instintivas”, “propensões espirituais”, “propensões nativas”, “inclinações humanas” ou, ainda, “aptidões hereditárias”, ultrapassam o senso comum unicamente biológico de algo “natural”, irracional, que emerge como um impulso de dentro para fora. Ou seja, ao falar em “aptidão hereditária”, pressupõe-se uma disposição que é inata (perpetua-se na espécie), mas que também é adquirida ao longo do tempo.

Veblen (1914) não quer falar em instinto no seu sentido tradicional, como ocorre no determinismo biológico do comportamento animal. Para ele, o instinto não existe em um cenário naturalmente dado e isolado das relações sociais e materiais. Os indivíduos aprendem e interagem com o meio, de modo que os hábitos de vida, os elementos materiais e as instituições se relacionam e influenciam no alcance do fim instintivo. Fica evidente, portanto, que Veblen não reduz a sua abordagem à Biologia evolutiva, mas que utiliza elementos desta para sua construção analítica, um contraponto com os fatores estáticos e axiomáticos.

Dentre tantos outros elementos, a espécie humana é composta por propensões instintivas (instintos) e por aptidões tropismáticas (tropismos). Os instintos, na interpretação vebleniana, não estão relacionados apenas à manutenção da vida da espécie humana, mas à constituição das suas rotinas e das diversas formas de levar a vida. É por isso que os instintos são considerados “os principais motores do comportamento humano”⁷ (VEBLEN, 1914, p. 1, tradução nossa).

Os instintos envolvem o alcance de um objetivo final: os fins básicos da vida humana. Entretanto, por mais que o instinto tenha um propósito, existem diferentes níveis de “esforço” despendido para o alcance de um fim. Daí decorre a particularidade da compreensão de Veblen sobre os instintos: existem diferentes graus de esforço e inteligência, que incluem a racionalidade e as diversas “formas e meios” (*ways and means*) para atingir o fim instintivo.

Dessa maneira, o instinto é uma propensão humana que visa um objetivo final e, por isso, constitui uma ação teleológica. Entretanto, para alcançar esse fim, são levadas em consideração diferentes condições ambientais, sociais e cognitivas (graus de inteligência humana, conhecimentos, usos da racionalidade), que distinguem os instintos dos tropismos⁸.

⁷ No original: “These are the prime movers in human behaviour”.

⁸ Veblen (1914) também aponta para a existência de “meio-tropismo” ou “quase-instinto”, que seria o intermediário entre tropismos e instintos. A título de exemplo poder-se-ia pensar uma situação extrema de um

Diferente da ação tropismática, os instintos veblenianos envolvem graus de consciência (não são irracionais) e se relacionam com os hábitos de uma sociedade. Existe, portanto, interação entre os meios cognitivos e habituais e os fins instintivos.

[...] All instinctive action is intelligent in some degree; though the degree in which intelligence is engaged may vary widely from one instinctive disposition to another, and it may even fall into an extremely automatic shape in the case of some of the simpler instincts, whose functional content is of a patently physiological character (VEBLEN, 1914, p. 30).

Por outro lado, os tropismos pressupõem um reflexo, uma ação inconsciente, direta, automática e imediata. Esta seria a definição “comum” (não-vebleniana) de instinto que, para Veblen (1914), não pode equivaler-se ao sentido popular de uma propensão instintiva. O autor não quer desqualificar ou romper com essa visão coloquial de instintos, mas apenas frisar que isso equivale a tropismos, os quais são mais comuns na espécie animal.

Os tropismos, ou “instintos” não-veblenianos, são impulsos inatos, finalísticos, hereditários, que partem de dentro para fora e que são ausentes de intenção e racionalidade. Em contrapartida, os instintos veblenianos abrangem propensões humanas imersas em um quadro individual cognitivo (formas de pensamento) e também social. Nessa visão vebleniana, os instintos possuem elementos finalísticos, mas os processos racionais, os diversos graus de inteligência (conhecimentos), e os hábitos de pensamento estão presentes e irão influenciar distintos caminhos para alcançar diferentes fins. É uma ideia evolucionária sobre os processos instintivos que não é *per se* teleológica.

Hence all instinctive action is teleological. It involves holding to a purpose. It aims to achieve some end and involves some degree of intelligent faculty to compass the instinctively given purpose, under surveillance of the instinctive proclivity that prompts the action. And it is in this surveillance and direction of the intellectual processes to the appointed end that the instinctive dispositions control and condition human conduct; and in this work of direction the several instinctive proclivities may come to conflict and offset, or to concur and reënforce one another's action (VEBLEN, 1914, p. 31).

indivíduo perdido em uma mata com fome e sede. Privado do acesso de alimentos e de água potável, este acaba comendo terra, insetos e bebendo sua urina, na tentativa de suprir suas necessidades fisiológicas imediatas. O caráter tropismático está presente pois, como um impulso, a espécie humana tomará qualquer atitude para sobreviver. Mas, ao mesmo tempo, isso não implica na inexistência da racionalidade humana, pois esse indivíduo está ciente do fato degradável e tentará os meios possíveis, frente às limitações ambientais, físicas e psicológicas, para manter-se vivo. Em contrapartida, um exemplo de “tropismo puro” poderia ser pensado quando um indivíduo está passando uma peça de roupa com um ferro aquecido e este escorrega da mesa. Como impulso “irracional”, o indivíduo pega o ferro e se queima.

Portanto, Veblen (1914) ressalta que toda ação instintiva é inteligente e, ao mesmo tempo, teleológica. O propósito da ação ou a intenção final de um instinto pode até estar definido, tal como alimentar-se, proteger-se do frio, defender sua prole, etc. Entretanto, são diversas as maneiras de alcançar esses objetivos. Um exemplo simples é o instinto da fome, que não se resume apenas ao propósito de adquirir os nutrientes básicos para garantir a vida humana. Existem diversos elementos pessoais e sociais que interferem nessa propensão instintiva, tais como: situação financeira, preferência, religião, grupo social, estilo de vida saudável, regime alimentar, ideologia de vida e de consumo, etc. Outro exemplo muito utilizado por Veblen, principalmente na obra *The Theory of the Leisure Class*, publicada em 1899, é sobre a utilização das roupas não como um mero instrumento de proteção contra o frio, mas como um meio de demonstração de poder pecuniário via consumo conspícuo.

É importante que se diga que esse grau de inteligência envolvido na manifestação instintiva não tem relação com a capacidade imputada ao agente econômico tradicional (*homo economicus*), como se todo indivíduo fosse capaz de realizar cálculos eficientes entre prazer e dor para tomar decisões ótimas. Os indivíduos da percepção vebleniana são detentores de racionalidade no sentido de possuírem diferentes formas de pensamento, com maior ou menor grau de raciocínio e inteligência. A existência da consciência, da racionalidade e da inteligência são tidos como os principais fatores que diferenciam a espécie humana (*homo sapiens*) das demais⁹.

Like other animals, man is an agent that acts in response to stimuli afforded by the environment in which he lives. Like other species, he is a creature of habit and propensity. But in a higher degree than other species, man mentally digests the content of the habits under whose guidance he acts and appreciates the trend of these habits and propensities. He is in an eminent sense an intelligent agent. By selective necessity he is endowed with a proclivity for purposeful action (VEBLEN, 1898a, p. 188).

O ser humano é, portanto, detentor de uma grande vantagem perante as outras espécies, pois é capaz de pensar, refletir, construir cenários mentalmente e transformar elementos materiais do seu entorno em contas mentais. Vale dizer que essa capacidade cognitiva não tem relação somente com o nível de esforço e capacidade intelectual individual (aspectos pessoais e individuais), mas com a interação social e os hábitos compartilhados (aspectos sociais) e, também, com o propósito instintivo da espécie humana de conduzir as situações de forma eficiente. Este último elemento constitui, segundo Veblen (1898a), o “instinto de trabalho

⁹ Para Veblen (1898a, p. 189), até podem existir indivíduos com ações ausentes de racionalidade ou intenção, ou com raros indícios destas, mas que estes seriam casos excepcionais ou anomalias à espécie humana.

eficiente”, que é tido como o mais importante instinto vebleniano, uma “primazia industrial ou econômica”.

2.1.1 Os instintos veblenianos

Veblen (1914) descreve que não há consenso sobre o número e a variedade de instintos existentes na espécie humana. Na concepção coloquial (não-vebleniana) do termo, até são apontados um conjunto isolado de instintos com suas respectivas funções. Por outro lado, segundo o autor, mais importante do que preocupar-se em elencar os tipos de instintos existentes, é atentar para a relação existente entre eles¹⁰ e a sua interação com outros elementos da vida humana. Os instintos estão relacionados à manutenção da vida, às rotinas e às diversas formas de levar a vida. Estes “fins” interagem constantemente com os “meios”, em especial com os hábitos, e tendem a acompanhar o desenvolvimento da cultura humana.

O instinto de trabalho eficiente (*instinct of workmanship*) possui, tal como todo instinto, um aspecto teleológico. Mas, este instinto ganha papel primordial na análise vebleniana e detém uma peculiaridade, pois está voltado justamente para formas e meios (*ways and means*) de alcançar eficientemente os propósitos básicos da vida humana.

The position of the instinct of workmanship in this complex of teleological activities is somewhat peculiar, in that its functional content is serviceability for the ends of life, whatever these ends may be; whereas these ends to be subserved are, at least in the main, appointed and made worth while by the various other instinctive dispositions. So that this instinct may in some sense be said to be auxiliary to all the rest, to be concerned with the ways and means of life rather than with any one given ulterior end. It has essentially to do with proximate rather than ulterior ends. Yet workmanship is none the less an object of attention and sentiment in its own right. Efficient use of the means at hand and adequate management of the resources available for the purposes of life is itself an end of endeavour, and accomplishment of this kind is a source of gratification (VEBLEN, 1914, p. 31-2).

O foco está na operacionalização de condutas e atividades “eficientes”, reprovando formas e meios “inúteis” que prejudiquem ou ignorem esse alcance dos fins básicos da vida. Independentemente de quais sejam os objetivos finais, pois podem se modificar com o passar do tempo e sofrem influências pessoais e sociais, o alcance desses propósitos são, para Veblen (1914), “um fim do esforço humano”, e a realização eficiente disso é fonte de gratificação pessoal e social.

¹⁰ “They [the instincts] must therefore incontinently touch, blend, overlap and interfere, and can not be conceived as acting each and several in sheer isolation and independence of one another” (VEBLEN, 1914, p. 11).

O principal aspecto do instinto de trabalho eficiente não é o fim em si, tanto que Veblen não se detém a justificar quais seriam “os fins da vida humana”; apenas destaca que seriam objetivos úteis ligados à manutenção da vida e das rotinas dos indivíduos. Nas suas obras, e não apenas para o caso dos instintos, o que ganha maior importância são “as formas e os meios” (*ways and means*) seguidos pelos indivíduos, e não os fins. De acordo com Veblen (1914, p. 33, tradução nossa), o instinto de trabalho eficiente “[...] ocupa o interesse com expedientes práticos, formas e meios, dispositivos e artifícios de eficiência e economia, proficiência, trabalho criativo e domínio tecnológico dos fatos. Grande parte do conteúdo funcional do instinto de trabalho eficiente é uma tendência para se esforçar”¹¹.

Esse aspecto “eficiente” do qual o instinto se refere não tem relação com fazer a escolha (decisão) ótima ou perfeita. A “eficiência” e a “economia”, das quais Veblen (1914) se refere, dizem respeito aos meios operacionais, às propensões ao esforço, às formas e meios de utilizar adequadamente os recursos materiais e imateriais para o alcance dos fins da vida, envolvendo a criatividade e o domínio tecnológico.

Além do instinto de trabalho eficiente, existem outras propensões humanas. Para Veblen (1914), não é possível compreender um instinto sem pensar na sua relação com outras propensões instintivas, podendo, por vezes, ocorrer a sobreposição (mas não a eliminação) de um instinto em relação a outro. O autor descreve isso com o caso da sobreposição do “instinto de pugnacidade” (*instinct of pugnacity*) sobre o instinto de trabalho eficiente.

O instinto de pugnacidade envolve uma propensão ao confronto, ao combate (de pessoas, de ideias, de ações, etc.), de modo que o seu fim primário e imediato (aspecto teleológico) é justamente esse confronto. No caso do confronto físico, quanto mais aflorado estiver esse instinto, maior a rapidez requerida e a força física despendida para o alcance do fim e, por conseguinte, a inteligência e a eficiência (*à la* instinto de trabalho eficiente) ficam em segundo plano. Isso porque o fim instintivo imediato, neste caso, é o confronto, ao invés de alcançar o maior resultado possível por unidade de força gasta (formas e meios eficientes). Ou seja, sobressai-se o instinto de pugnacidade, de modo que o fim do instinto de trabalho eficiente só seria conquistado por uma exceção - no caso, por exemplo, de haver um lutador treinado (VEBLEN, 1914).

¹¹ No original: “The instinct of workmanship, on the other hand, occupies the interest with practical expedients, ways and means, devices and contrivances of efficiency and economy, proficiency, creative work and technological mastery of facts. Much of the functional content of the instinct of workmanship is a proclivity for taking pains”.

Por outro lado, se ao invés do instinto de pugnacidade, estiver sobreposto nesta sociedade o “instinto de inclinação parental” (*instinct of parental bent*), haveria uma preocupação maior com a sobrevivência e o bem-estar das próximas gerações. Neste caso, o fim primário e imediato do instinto é a continuidade da vida, de modo que, em uma situação de conflito, haveria a intervenção do indivíduo em favor de socorrer os desamparados. Ou seja, com a prevalência do instinto de inclinação parental, não haveria uma preocupação maior em fazer isso de maneira eficiente (*à la* instinto de trabalho eficiente) ou combativa (*à la* instinto de pugnacidade), mas em garantir a continuidade da vida e o bem-estar coletivo (VEBLEN, 1914).

Dependendo do contexto, um instinto pode misturar-se com outros e também sobrepor-se a eles, sem que isso tenha passado por grandes processos deliberativos. Isso decorre da relação dos instintos com os hábitos presentes no contexto cultural de uma sociedade e da percepção de que todos fenômenos estão sujeitos a enraizamentos e mudanças no tempo. Então, por mais que uma propensão instintiva, em certo momento, possa sobrepor-se a outra, os demais instintos humanos não deixam de existir, eles sempre estarão interligados. O sentimento de eficiência, por exemplo, não está presente apenas quando o instinto de trabalho eficiente está sobreposto aos demais. Tanto este quanto o instinto de inclinação parental voltam-se, por exemplo, para o objetivo geral, que é a manutenção dos fins básicos da vida e das rotinas, de modo que seja difícil compreendê-los separadamente (VEBLEN, 1914).

O instinto de inclinação parental, segundo Veblen (1914), apesar de possuir funções diferentes, reforça o instinto de trabalho eficiente, de modo a manter a preocupação dos indivíduos na busca por formas e meios eficientes. Conforme o autor, o instinto de trabalho eficiente define os objetivos que a inclinação parental, por sua vez, busca alcançar. É por isso que os instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental são considerados as mais importantes propensões na formação dos “princípios padronizadores da vida”, fazendo parte de um “sistema de instituições”.

O instinto de inclinação parental é mais do que a preocupação com o bem-estar dos filhos, envolve a busca (eficiente) pela garantia da vida das próximas gerações (continuidade da vida). “Sem dúvida, essa inclinação parental, em sua influência mais ampla, reforça muito a aprovação sentimental da economia e da eficiência para o bem comum e a desaprovação de

uma vida supérflua e inútil que prevalece tão geralmente nas culturas mais altas e mais baixas [...]”¹² (VEBLEN, 1914, p. 27, tradução nossa).

Esse sentimento de “eficiência e economia” deriva do instinto de trabalho eficiente mas pode ser sustentado por outros instintos, como o instinto de inclinação parental. Segundo Veblen (1914), o instinto de trabalho eficiente dificilmente levaria à aquisição de conhecimentos inúteis que criassem obstáculos à realização do trabalho útil para o alcance dos seus fins. Isso porque esse instinto, conforme o autor, proporciona uma sistematização dos fatos pelos indivíduos, uma espécie de sequências interativas de condutas, com influências de elementos pessoais e sociais, tais como: personalização, inclinações, preferências e hábitos de vida e de pensamento.

Além de existir o conhecimento prático, ligado ao instinto de trabalho eficiente, existe também uma variedade de conhecimentos sem uma motivação imediata ou necessariamente útil, e que está conectada ao “instinto de curiosidade vã” (*instinct of idle curiosity*). Neste caso, de acordo com Veblen (1914), existe a propensão humana pela busca e desejo em saber das coisas apenas por saber, de conhecer simplesmente por conhecer. Apesar deste instinto ser pouco explorado¹³, o seu fim primário e imediato é o conhecimento no sentido geral, e consiste, portanto, em uma das principais diferenças entre o ser humano e as demais espécies.

A curiosidade vã, segundo Veblen (1914), não é um sentimento perseguido incansavelmente pelos indivíduos, mas é um instinto que, dependendo do contexto cultural no qual o indivíduo faz parte, tende a manifestar-se de diferentes formas. Para o autor, esse instinto da curiosidade vã, uma categoria mais vaga dentre os instintos, manifesta-se apenas quando as funções orgânicas básicas (alimentação, crescimento e reprodução) tenham sido satisfeitas. Ou seja, esse instinto passa a ser reconhecido como uma conduta humana apenas após as condições de sobrevivência estarem preenchidas.

Outro instinto bastante conhecido nas obras veblenianas é o “instinto predatório” (*predatory instinct*), que num primeiro momento parece se aproximar apenas do instinto de pugnacidade (confronto), mas também está ligado ao instinto de trabalho eficiente. O instinto predatório pode aparecer na forma de disputas esportivas (*instinct of sportsmanship*) ou não. O sentido original desse instinto não é a “predação” ou a “eliminação” da equipe adversária, até porque isso iria contra o próprio instinto de sobrevivência da espécie humana. Ele está ligado a

¹² No original: “Doubtless this parental bent in its wider bearing greatly reinforces that sentimental approval of economy and efficiency for the common good and disapproval of wasteful and useless living that prevails so generally throughout both the highest and the lowest cultures [...]”.

¹³ Segundo Veblen (1914), há uma escassez de atenção dos estudiosos para o instinto de curiosidade vã (ociosa) devido à ausência de identificar um propósito útil para o fato da curiosidade humana.

busca do ser humano por emular, em procurar ressaltar-se ou sobressair-se perante uma situação ou um grupo de indivíduos.

Por vezes, Veblen (1912) refere-se ao instinto predatório como “instinto de espírito esportivo” (*instinct of sportsmanship*), que indica uma propensão humana à competição. O propósito do autor não é entrar no mérito ou não da prática esportiva em si, mas atentar para a propensão humana à competitividade e à busca pela emulação. Esse instinto de espírito esportivo não seria, portanto, o oposto ao instinto de trabalho eficiente, até porque numa prática esportiva busca-se os meios eficientes para alcançar bons resultados, e, portanto, seria uma variação do instinto de trabalho eficiente.

No caso de uma sociedade primitiva, esse instinto predatório ganha um formato de emulação pautada na sobrevivência e no domínio de território de uma comunidade em relação aos seus grupos rivais ou ameaças naturais, enquanto que em culturas predatórias a emulação e a predação ganham um formato honroso e pecuniário. “[...] Essa emulação é uma das causas, senão a principal causa, da inquietação e insatisfação existentes com as coisas como são; que essa agitação é inseparável do sistema de organização industrial existente”¹⁴ (VEBLEN, 1891, p. 354, tradução nossa).

O fim primário e imediato do instinto predatório é, portanto, a emulação, que pode ser caracterizada de diferentes formas, pecuniárias ou não, a depender do desenvolvimento cultural. Essas diferentes formas de manifestação decorrem dos hábitos de pensamento predominantes em cada cultura, os quais levarão o instinto predatório a se expressar por meio da disputa física e obtenção de honrarias (emulação honrosa), ou da emulação por meio da propriedade e/ou da ostentação de bens e serviços caros (emulação pecuniária), este último é o caso predominante da sociedade industrial moderna. “O instinto predatório e a aprovação consequente da eficiência predatória estão profundamente arraigados nos hábitos de pensamento dos povos que passaram pela disciplina de uma cultura predatória prolongada”¹⁵ (VEBLEN, 1912, p. 29-30, tradução nossa).

Esses instintos veblenianos, sintetizados na Figura 2, são apenas algumas das propensões quase que “espirituais” da vida humana, e podem vir à tona ou ficarem adormecidas, mas nunca deixam de existir. Da mesma forma que o trabalho eficiente, o instinto da curiosidade vã pode ser deixado de lado em momentos que perpetuem outros interesses

¹⁴ No original: “[...] this emulation is one of the causes, if not the chief cause, of the existing unrest and dissatisfaction with things as they are; that this unrest is inseparable from the existing system of industrial organization [...]”.

¹⁵ No original: “The predatory instinct and the consequent approbation of predatory efficiency are deeply ingrained in the habits of thought of those peoples who have passed under the discipline of a protracted predatory culture”.

individuais e sociais mais urgentes, isto é, a depender da sua relação com os hábitos. Dessa forma, essas “aptidões hereditárias” encontram suas expressões nos hábitos (VEBLEN, 1900).

Os instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental estão em destaque na figura abaixo justamente por serem considerados por Veblen como os principais instintos padronizadores e garantidores da vida da espécie humana em sociedade. Em outras palavras, um está relacionado com o outro, tendo em vista que o instinto de trabalho eficiente conduziria às formas eficientes de alcançar o fim instintivo da inclinação parental, que é a própria continuidade da vida humana em sociedade.

Figura 2 – Os instintos veblenianos

INSTINTO	DESCRIÇÃO	FIM INSTINTIVO
Instinto de trabalho eficiente (<i>instinct of workmanship</i>)	Propensão humana ao esforço e meios eficientes para o alcance dos fins básicos da vida.	Formas e meios eficientes
Instinto de pugnacidade (<i>instinct of pugnacity</i>)	Propensão humana ao confronto, ao combate.	Confronto
Instinto de inclinação parental (<i>instinct of parental bent</i>)	Propensão humana para garantir a sobrevivência e o bem-estar das próximas gerações.	Continuidade da vida
Instinto de curiosidade vã (<i>instinct of idle curiosity</i>)	Propensão humana em querer saber apenas por saber, conhecer por conhecer.	Conhecimento geral
Instinto predatório (<i>predatory instinct</i>) e Instinto de espírito esportivo (<i>instinct of sportsmanship</i>)	Propensão humana para emular, sobressair-se.	Emulação

Fonte: Elaborado pela autora.

Por outro lado, o instinto predatório também é posto em destaque por ser a principal expressão da sociedade moderna industrial (predatória-pecuniária). De qualquer forma, tanto nos primórdios quanto na modernidade, com atividades econômicas mais complexas e com maior uso de processos deliberativos, a conexão entre os diferentes instintos humanos é feita, segundo Veblen (1914), por meio do instinto de trabalho eficiente, de articular as rotinas e as atividades de forma eficiente, ou para garantir a sobrevivência das próximas gerações, ou para buscar conhecimento desinteressado, ou para emular, e assim por diante.

Os instintos interagem e, apesar de parecerem por vezes excludentes, influenciam uns aos outros¹⁶ e precisam ser considerados nas suas relações com os hábitos cumulativos e enraizados socialmente. Assim, por mais que existam “bons” instintos, como o de inclinação parental e o de trabalho eficiente, as suas manifestações variam, a depender primordialmente dos hábitos. Os instintos e os hábitos se relacionam e fazem parte de um “sistema de instituições” que interage com os comportamentos dos indivíduos e constitui as trajetórias de uma sociedade.

2.2 INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

Em Veblen, os instintos e os hábitos são vistos, respectivamente, como “propensões nativas” e “propensões habituais” dos indivíduos. Tanto os instintos quanto os hábitos não equivalem aos comportamentos humanos (condutas), mas interferem nestes. Os instintos, diferentemente dos tropismos ou impulsos, estão sujeitos às diversas formas e meios de suas manifestações que dependem, essencialmente, dos hábitos¹⁷.

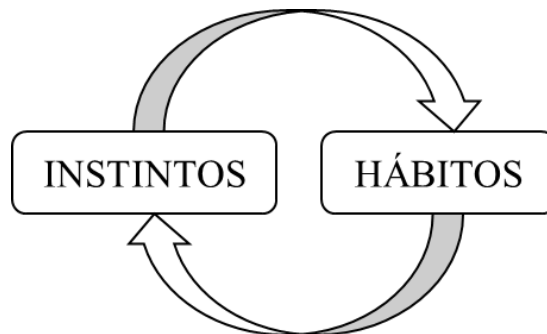
All instinctive behaviour is subject to development and hence to modification by habit. Such impulsive action as is in no degree intelligent, and so suffers no adaptation through habitual use, is not properly to be called instinctive; it is rather to be classed as tropismatic. In human conduct the effects of habit in this respect are particularly far-reaching (VEBLEN, 1914, p. 38).

Os instintos possuem um aspecto racional e social decorrente da sua relação com os hábitos. Conforme a Figura 3, os hábitos interferem na forma como os instintos serão manifestados, trazendo o aspecto racional (diferente dos tropismos) e social da conduta humana, uma vez que os hábitos são constituídos socialmente. Da mesma forma, os instintos que são manifestados e estão sobrepostos em um contexto cultural interferem na condução de certos hábitos.

¹⁶ “The instincts, all and several, though perhaps in varying degrees, are so intimately engaged in a play of give and take that the work of any one has its consequences for all the rest, though presumably not for all equally” (VEBLEN, 1914, p. 29).

¹⁷ “O conceito de hábito é importante para os pragmatistas em geral; por vezes, encontra-se em Peirce ‘hábito da mente’ (habit of mind). Em Dewey, há a noção de ‘hábitos de ação’, ligados a hábitos de pensamento” (CAVALIERI, 2015, p. 31).

Figura 3 - Instintos e hábitos



Fonte: Elaborado pela autora.

É um processo contínuo¹⁸ e evolutivo, sem uma única direção, sujeito a cumulatividade e, ao mesmo tempo, a mudanças conforme o contexto de uma sociedade. Por exemplo, uma vez identificados os hábitos de pensamento pecuniários, estes irão potencializar a manifestação de instintos pecuniários ou resultarão em “vieses instintivos”. Ainda assim, os demais instintos não desaparecem, de modo que instintos como o de trabalho eficiente irão interagir, de forma viesada ou não, com os hábitos pecuniários e outras propensões habituais, e assim por diante. Os hábitos juntamente com os instintos são elementos essenciais para a compreensão dos indivíduos. As expressões dos instintos, apesar de possuírem um objetivo final, consideram as diversas formas e meios de levar a vida, os hábitos de vida e de pensamento.

Para Veblen (1898a), os hábitos constituem aquilo que os indivíduos compreendem e praticam com facilidade, e podem sinalizar para uma “propensão” ou “aptidão” a certos comportamentos padrões, isto é, aos comportamentos que são esperados (selecionados) pela comunidade, tidos como bons e corretos¹⁹. Dessa forma, os comportamentos ou as condutas humanas que não estão em conformidade com esse padrão socialmente estabelecido são rejeitados.

Ao introduzir a ideia dos hábitos para explicar suas relações com os instintos, percebe-se que Veblen utiliza o termo “hábito” no sentido geral, sem um qualificador específico. Ao longo de suas obras, desdobra-se em “hábitos de vida” (*habits of life*) e “hábitos de pensamento”

¹⁸ Essa ideia de “ciclo inquebrável” é levantada por Hodgson (1998b) ao interpretar Veblen sobre a relação bidirecional existente entre indivíduos e instituições.

¹⁹ “What is apprehended with facility and is consistent with the process of life and knowledge is thereby apprehended as right and good. All this applies with added force where the habituation is not simply individual and sporadic, but is enforced upon the group or the race by a selective elimination of those individuals and lines of descent that do not conform to the required canon of knowledge and conduct. Where this takes place, the acquired proclivity passes from the status of habit to that of aptitude or propensity. It becomes a transmissible trait, and action under its guidance becomes right and good, and the longer and more consistent the selective adaptation through which the aptitude arises, the more firmly is the resulting aptitude settled upon the race, and the more unquestioned becomes the sanction of the resulting canon of conduct” (VEBLEN, 1898a, p. 195).

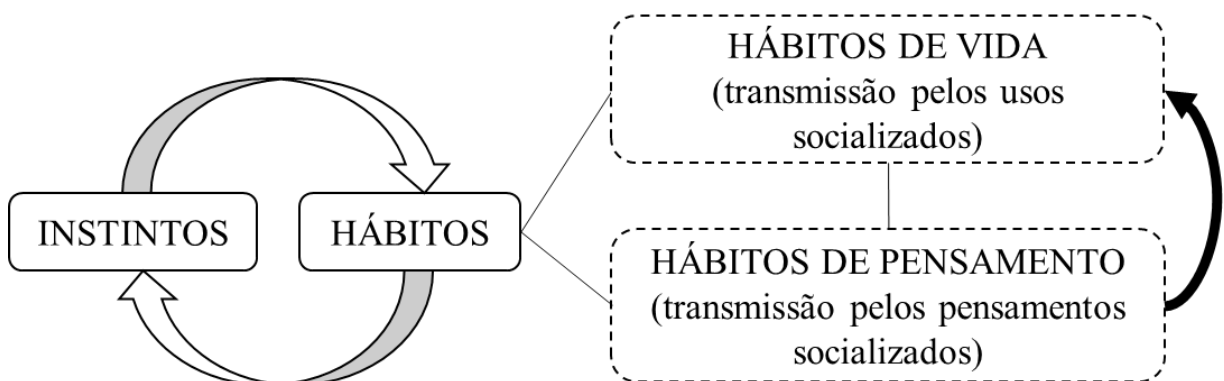
(*habits of thought*), ambos são propensões construídas socialmente. No caso dos hábitos de vida, incluem-se propensões habituais ligadas às atividades básicas. Estes estão mais fortemente enraizados por conta de estarem próximos das rotinas e das condutas de um grupo de indivíduos por diferentes gerações (exemplos: hábitos de consumir certos alimentos, usar certas vestimentas, falar um idioma, frequentar um culto religioso no final de semana, etc.).

Já os hábitos de pensamento, segundo Veblen (1889a) constituem exigências e propensões habituais mais amplas da vida em sociedade, que estão imersas na mente dos indivíduos como estruturas de pensamento que não exigem grandes níveis de deliberação. Os hábitos de pensamento situam-se em um patamar de abrangência mais elevado, se comparados a uma mera conduta familiar que se perpetua entre gerações, a tal ponto de constituírem instituições.

That is to say, in a general way, the most ancient and ingrained of the habits which govern the individual's life - those habits that touch his existence as an organism - are the most persistent and imperative. Beyond these come the higher wants - later-formed habits of the individual or the race - in a somewhat irregular and by no means invariable gradation (VEBLEN, 1912, p. 107).

Independentemente da diversidade de hábitos, de acordo com Veblen (1914), há um aspecto social e cumulativo de “habituação” (*habituation*) decorrente do aprendizado social, com menor grau de deliberação. Conforme a Figura 4, esse processo de habituação social, de transmissão de hábitos entre diferentes indivíduos por “tradição”, pode ocorrer tanto por meio de usos (condutas, exercícios, treinamentos), no caso dos hábitos de vida, quanto por meio de pensamentos (educação, princípios, preconceitos), no caso dos hábitos de pensamento.

Figura 4 - Hábitos de vida e de pensamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Os hábitos de pensamento, em interação com os hábitos de vida, interferem na maneira como os indivíduos de uma sociedade irão se comportar, abrangendo tanto as formas de

pensamento quanto de ação e constituindo um “sistema de instituições”. Por esse motivo, os hábitos de pensamento ganham maior espaço nas obras de Veblen: o pensamento precede a ação, mesmo num patamar menor de deliberação individual. Ou seja, a conduta dos indivíduos é facilitada por aquilo que eles pensam habitualmente. É mais fácil e cômodo para o indivíduo seguir uma trajetória de pensamentos e, portanto, de ações que já persistem na sociedade. Portanto, uma “linha habitual de ação” é constituída por uma “linha habitual de pensamento” (VEBLEN, 1898a).

What men can do easily is what they do habitually, and this decides what they can think and know easily. They feel at home in the range of ideas which is familiar through their everyday line of action. A habitual line of action constitutes a habitual line of thought, and gives the point of view from which facts and events are apprehended and reduced to a body of knowledge. What is consistent with the habitual course of action is consistent with the habitual line of thought, and gives the definitive ground of knowledge as well as the conventional standard of complacency or approval in any community (VEBLEN, 1898a, p. 195).

Não há como desvincular o pensamento da ação; o indivíduo pensante é também atuante. É por isso que a noção de comportamento em Veblen representa muito mais do que uma tomada de decisão final. Os comportamentos dos indivíduos interagem com o sistema de instituições vigente, e esse esquema institucional é constituído por hábitos de pensamento socialmente construídos e perpetuados.

Conforme Veblen (1912), as instituições representam um conjunto de hábitos de pensamento que são compartilhados em uma sociedade; são expressões socializadas de pensamentos que, pela repetição e difusão, conduzem a certos comportamentos esperados socialmente. Os hábitos de pensamento dos indivíduos são, segundo Veblen (1906, s.n., tradução nossa), “seus ideais e aspirações, seu senso do verdadeiro, do belo e do bom”²⁰. Esses hábitos guiam os comportamentos dos indivíduos e estão sujeitos às interferências de diferentes condições materiais e principalmente imateriais.

Diferentemente dos hábitos de vida, os hábitos de pensamento são formados por uma espécie de “princípios”, “cânones” ou “verdades habituais”, boas ou não, que são transmitidas por tradição e pensamento, e não necessariamente pelo seu uso. Portanto, as instituições não abrangem um simples ato habitual de segurar os talheres, ou de usar roupas específicas para um rito religioso ou para um jantar de gala - estes são hábitos de vida. As instituições incluem as diversas formas de pensamento, formas de organizar a mente, de refletir e de julgar questões da vida humana, e estão imersas em grupos de religiosos, militares, políticos, militantes, classes

²⁰ No original: “[...] their ideals and aspirations, their sense of the true, the beautiful, and the good”.

sociais, etc. Um conjunto de hábitos de pensamento enraizados socialmente sustenta todo um tecido ou “sistema institucional” (VEBLEN, 1914).

Esse sistema representa, segundo Veblen (1907), algum controle seletivo, uma espécie de “vigia” do senso comum (padrão), o que não implica necessariamente no prevalecimento de comportamentos “bons ou justos”. Esse caráter de vigilância tem relação com a observação e acompanhamento, e não implica que as instituições condicionem, limitem ou restrinjam os comportamentos humanos. Ou seja, o autor não relaciona esse sistema de instituições a um perfeito controlador de comportamentos, uma vez que o futuro e as relações sociais são passíveis de incertezas e os indivíduos possuem suas especificidades.

Como exemplo disso, segundo Veblen (1907), não é possível afirmar que um trabalhador, imerso no grupo de proletariados, terá sua conduta condicionada unicamente por hábitos relacionados a esta comunidade. Também é possível que ocorra, neste caso, uma aproximação com os hábitos de pensamento de indivíduos de classe superior (“classe ociosa”). Mesmo que os hábitos de vida presentes nas condutas rotineiras sejam visíveis em um segmento social, hábitos de pensamento socializados oriundos de outros grupos sociais podem interferir no pensar e no agir desse grupo de indivíduos, daí a força das instituições. Ou seja, um sistema de instituições não impede que surjam e se popularizem “hábitos imbecis” que vão, inclusive, na contramão de propensões instintivas originais (VEBLEN, 1914).

2.2.1 Instintos e instituições: uma relação com vieses

As formas e os meios pelos quais as propensões instintivas se manifestam são influenciados pelas instituições existentes em um determinado contexto cultural. Esse contexto é descrito por Veblen (1906) pelas circunstâncias materiais e imateriais da vida no momento de análise, as quais incluem, dentre outros elementos, as tradições, as atividades, as tecnologias disponíveis, a educação desenvolvida, os aspectos políticos e ambientais, etc.

Essas circunstâncias interagem com os hábitos e favorecem certas manifestações instintivas, ainda que Veblen reconheça maior persistência dos instintos de inclinação parental e de trabalho eficiente na evolução da sociedade. Os hábitos de pensamento podem estar alinhados ou desviados das propensões instintivas originais, como é o caso do senso comum de aversão ao trabalho (produtivo). O trabalho é popularmente considerado como uma obrigação, de modo que os indivíduos busquem “um consumo irrestrito de bens, sem trabalho”²¹

²¹ No original: “[...] an unrestrained consumption of goods, without work”.

(VEBLEN, 1898a, p. 187, tradução nossa). Entretanto, esse pensamento de aversão às atividades produtivas vai contra a manutenção da própria existência e sobrevivência da espécie humana, é um “viés” do instinto de trabalho eficiente original.

No processo de seleção, os seres humanos não conseguiriam emergir e sobreviver caso inexistisse o instinto de trabalho eficiente²². Mesmo assim, segundo Veblen (1898a), as pessoas mostram-se opostas às atividades produtivas, que envolvam algum esforço útil²³ para a vida humana em sociedade. Isso não significa que o instinto de trabalho eficiente deixou de existir, mas que há a preponderância de um hábito de pensamento pautado no repúdio ao trabalho produtivo.

Segundo Veblen (1898a), esse preconceito ao trabalho seria apenas uma “aversão convencional”, um hábito socialmente compartilhado, tendo em vista que os indivíduos gostam, na sua essência, de sentirem-se úteis, eficientes e de possuírem reconhecimento econômico²⁴. O instinto de trabalho eficiente é “o traço mais genérico e mais permanente da natureza humana”; “[...] é um traço humano necessário para a sobrevivência da espécie”²⁵ (VEBLEN, 1898a, p. 190, tradução nossa).

Essa relação entre os instintos e os hábitos de pensamento de uma sociedade pode envolver, portanto, “vieses” ou desvios em relação às propensões instintivas originais da espécie. Conforme Veblen (1914), a interferência de diferentes hábitos de pensamento (instituições) na forma como os instintos serão manifestados pode afastá-los da sua forma inicial e implicar em manifestações “deformadas” dos instintos originais: os chamados “vieses instintivos” (*instinctive bias*).

Segundo Veblen (1914), algumas “instituições imbecis” que emergem ao longo da história são sinais dessas manifestações contraditórias dos instintos originais, interferindo na trajetória de uma sociedade. Sobre isso, o autor indica o exemplo dos povos cristãos presentes numa sociedade predatória, com hábitos de pensamento voltados principalmente para o materialismo, a propriedade e a ostentação da riqueza. Ao invés de perpetuarem a originalidade dos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental, que estariam ligados ao

²² “If man alone is an exception from the selective norm, then the alien propensity in question must have been intruded into his make-up by some malevolent deus ex machina” (VEBLEN, 1898a, p. 187).

²³ Quando Veblen fala em “trabalho”, no mesmo sentido do “instinto de trabalho eficiente”, ele está se referindo ao “esforço útil”, ao trabalho produtivo e industrial, que produz um bem ou serviço necessário para si, ou para outra(s) pessoa(s). Segundo Veblen (1898a), esse “esforço útil” inclui apenas níveis de esforço para atividades produtivas, as quais não incluem o exército, o sacerdócio, o esporte ou a política. Para o autor, todo esforço útil afasta-se do cotidiano dessas outras funções que caracterizariam a “classe ociosa”.

²⁴ “This sense of merit and demerit with respect to the material furtherance or hindrance of life approves the economically effective act and deprecates economic futility” (VEBLEN, 1898a, p. 190).

²⁵ No original: “[...] the more generic, more abiding trait of human nature”; “[...] is a human trait necessary to the survival of the species”.

desenvolvimento eficiente das atividades produtivas e à promoção do bem-estar da comunidade, a religião da época voltava-se para a demonstração de poder. Ou seja, a evolução humana para uma sociedade pautada essencialmente nos hábitos de pensamento predatório e pecuniário constitui um “viés” aos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental (VEBLEN, 1914).

Essa relação entre indivíduos, instintos, hábitos e instituições pode ocorrer, portanto, de forma viesada. Isso pode ser percebido com a análise do processo de mudança institucional ocorrido com a evolução cultural das sociedades, tal como ocorreu na passagem da etapa primitiva para a predatória.

2.3 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS: ETAPAS E FASES DA CULTURA HUMANA

Veblen constrói seus elementos teóricos e analíticos por meio da observação histórica e antropológica de diferentes contextos da evolução cultural da sociedade. O autor concedia grande importância para o contexto histórico e para a realidade em que as instituições emergem. Uma característica da sua abordagem antropológica é observar os fenômenos tais como eles se apresentam e contextualizá-los ao longo da história, sem sobrepor a ideia de como os eventos “deveriam ser” ou como Veblen gostaria que eles fossem²⁶.

Veblen (1914) descreve algumas “etapas”²⁷ de desenvolvimento da cultura humana:

- a) primitiva: inclui a fase de selvageria-pacífica
- b) predatória: perpassa a fase bárbara e a fase pecuniária. A transição entre essas etapas e fases não segue uma sequência lógica, exata e cronológica, mas constitui uma representação da evolução ou do “desenvolvimento cultural”²⁸ (positivo ou negativo) da sociedade em observação por Veblen, o que não impede que se projete a sua aplicabilidade também no mundo atual.

Na etapa primitiva descrita por Veblen, ou na cultura da selvageria-pacífica, os instintos interagem com hábitos de vida e de pensamento primitivos e selvagens. Esse modo de vida caracteriza-se por pequenos grupos voltados à subsistência do grupo (bem comum), conectados

²⁶ É impossível que um estudioso ignore por completo o contexto no qual está inserido; “as ciências, as artes, evoluem. Mas são contextos que possibilitam isso” (CAVALIERI, 2009, p. 224).

²⁷ A construção das “etapas” do desenvolvimento da cultura humana proposta por Veblen é encontrada na Antropologia Evolucionária de Lewis H. Morgan (1877).

²⁸ Em alguns momentos, Veblen utiliza o termo “desenvolvimento cultural”, sendo que a cultura ganha um significado mais amplo do que raça, religião ou regionalização. A cultura representa um contexto evolutivo e social da espécie humana, permeada de instintos e hábitos, tal como o autor descreve as etapas primitivas e predatórias.

aos meios de produção da época (terra), dependentes da eficiência e esforço de todos, centrados numa religião pacífica que reverencia a vida e a natureza, com os processos de produção vinculados aos ciclos e fenômenos naturais. Essa fase é marcada pelo altruísmo, em que há uma preocupação com a sustentação da vida da comunidade.

A sociedade primitiva se caracteriza pelos primórdios da atividade econômica (lavoura e pecuária) e da interação entre indivíduos e meio material (ferramentas), tendo como marca principal o instinto de trabalho eficiente na sua forma original. Esse instinto é uma propensão ao esforço, à aceitação de trabalhos produtivos voltados para a produção e o consumo coletivos, com rejeição às condutas inúteis e ineficientes para a vida humana²⁹ (VEBLEN, 1898a).

A vida, em qualquer sociedade, envolve um conjunto de comportamentos que são aprovados e reprovados. O instinto de trabalho eficiente, a aprovação do trabalho útil, de acordo com Veblen (1898a), faz com que os indivíduos se comparem uns com os outros, classifiquem e sejam classificados, com o mérito ou o demérito vindo do seu trabalho. Portanto, mesmo que na etapa primitiva existam hábitos vinculados à coletividade, também são encontrados hábitos de pensamento relacionados à habilidade individual. Segundo o autor, as manifestações de força na etapa primitiva, por exemplo, são vistas como resultantes principalmente da aptidão física de cada indivíduo com benefícios para o grupo.

Com o passar do tempo, a conduta eficiente, tida na etapa primitiva com base na utilidade produtiva para a sobrevivência da comunidade, passa a ter um formato “viesado”. Na etapa predatória, o instinto de trabalho eficiente é manifestado sob o viés do sentido original da eficiência, e passa a ser vinculado ao grau de sucesso e “força” individual visível. Nesta cultura predatória, tanto bárbara quanto pecuniária, os indivíduos desprestigiam o trabalho produtivo e comparam-se uns aos outros por meio da ostentação de propriedades, honrarias e poder, nos seus diferentes formatos. Com a evolução da cultura primitiva para a predatória, portanto, a avaliação da conduta dos agentes deixa de ser a sua utilidade para o grupo.

²⁹ “Under the primitive culture the means of subsistence are habitually consumed in common by the group, and the manner in which such goods are consumed is fixed according to an elaborate system of usage. This usage is not readily broken over, for it is a substantial part of the habits of life of every individual member. The practice of collective consumption is at the same time necessary to the survival of the group, and this necessity is present in men's minds and exercises a surveillance over the formation of habits of thought as to what is right and seemly. Any propensity to aggression at this early stage will, therefore, not assert itself in the seizure and retention of consumable goods; nor does the temptation to do so readily present itself, since the idea of individual appropriation of a store of goods is alien to the archaic man's general habits of thought” (VEBLEN, 1898b, p. 362-3).

Enquanto que nos primórdios da cultura primitiva, a emulação era raramente encontrada³⁰, segundo Veblen (1898a), na etapa predatória isso fica evidente, principalmente com a predominância de hábitos de pensamento relacionados à demonstração de força e de poder. No caso da cultura predatória-bárbara, os indivíduos são postos constantemente a situações de comparação individual e aprovação social por meio de conflitos diretos, atividades guerrilheiras. Este contexto de violência, embates diretos, conquista de poder e honrarias (títulos, medalhas, troféus) descreve o principal meio de demonstração de força que constitui a emulação honrosa da fase da barbárie. É por isso que os instintos predatório e de pugnacidade são mais evidentes nessa época, juntamente com hábitos de pensamento propagados por uma religião autocrática que reverencia a morte e a culpa.

Como observação, Veblen (1898a) lembra que existe uma tendência de relacionar a “natureza humana” ao autointeresse, à violência e à cultura predatória, como se estas fossem características “naturais” da espécie. Entretanto, conforme o autor, uma vez que a violência e a competição individual estão ligadas ao trabalho improdutivo, isto é, não proporciona utilidades para a vida em sociedade, isso vai contra o próprio instinto de trabalho eficiente, o que não faria sentido no quadro evolutivo de sobrevivência da espécie humana³¹. Essa aparente contradição decorre do fato de os instintos predatórios fortemente evidenciados na sociedade predatória (bárbara e pecuniária) serem manifestados por hábitos de pensamento individualistas (autointeresse), materialistas (poder pecuniário), violentos, etc. Ou seja, estes últimos não são instintos, mas são hábitos de pensamento socialmente compartilhados que acabam desviando o instinto predatório do seu formato original e da sua relação com o instinto de trabalho eficiente, que é a predação no sentido de emular, sobressai-se de maneira eficiente, de uma situação para outra de modo a garantir principalmente a sobrevivência da comunidade em que o indivíduo faz parte.

O instinto de trabalho eficiente, conforme Veblen (1914, p. 37, tradução nossa), “trouxe a vida da humanidade do bruto para o plano humano”³² e, apesar de permear a vida dos indivíduos em todas as etapas culturais, manifesta-se de diferentes formas ao longo do tempo. Na etapa predatória existe, portanto, a manifestação viesada do instinto de trabalho eficiente,

³⁰ Segundo Veblen (1898a, p. 196), na sociedade primitiva, a emulação - fim do instinto predatório - era essencialmente sexual, na disputa física entre homens por mulheres nas tribos, e não tinha um sentido de acumulação pecuniária individual tal como é evidenciado na sociedade industrial.

³¹ “If mankind is by derivation a race not of workmen but of sportsmen, then there is no need of explaining the conventional aversion to work. Work is unsportsmanlike and therefore distasteful, and perplexity then arises in explaining how men have in any degree become reconciled to any but a predaceous life” (VEBLEN, 1898a, p. 191).

³² No original: “The instinct of workmanship brought the life of mankind from the brute to the human plane, [...]”.

pois o foco passa a ser na conduta individual e “ineficiente” para a vida em sociedade, e o trabalho produtivo é visto com desprestígio pelos indivíduos.

As mudanças de ordem material e imaterial fizeram com que o instinto de trabalho eficiente se afastasse das suas condições originais pautadas na eficiência por meio da cooperação e no bem-estar do grupo, para adentrar numa cultura competitiva e pecuniária. Segundo Veblen (1898a), a formação de uma sociedade predatória-pecuniária é marcada por hábitos de pensamento relacionados à emulação pecuniária, à propriedade privada, à busca incessante por bens materiais caros e por ganhos financeiros, à ostentação de poder via consumo e ócio conspícuo. Isso se reflete inclusive na religião, que ostenta riqueza por meio de roupas e santuários luxuosos. Dessa forma, modificam-se os hábitos de vida e de pensamento e as condições de emulação dessa sociedade.

Diferente das instituições da etapa primitiva, que possuem elementos de vida intrínsecos ao ser humano e uma preocupação maior com a sobrevivência da comunidade, as instituições da etapa predatória, em especial com a origem da propriedade privada, constituem-se de elementos principalmente externos aos indivíduos. Os objetos e os artefatos tornam-se parte do indivíduo e de sua vida, do ser e do fazer. “Esses artigos são concebidos para serem dele [indivíduo] no mesmo sentido que suas mãos e pés os são, ou sua pulsação, ou sua digestão, ou o calor de seu corpo, ou os movimentos de seus membros ou cérebro”³³ (VEBLEN, 1898b, p. 356, tradução nossa).

Veblen (1898b) analisa a individualidade do ser humano primitivo e do predatório como um conjunto de fatos e objetos que lhe pertencem, sem que isso qualificasse um condicionamento unicamente material ao comportamento. De acordo com o autor, os aspectos materiais e imateriais que qualificam o indivíduo em qualquer sociedade incluem: a sua sombra, o reflexo de sua imagem (como ele se enxerga), o seu nome, as suas tatuagens e marcas, o seu olhar, a sua respiração, as impressões de seus pés e mãos, o som de sua voz, as representações e imagens de sua pessoa, os seus cheiros, o seu corte de cabelo, os seus ornamentos e amuletos, as suas roupas, as suas armas, etc. Ou seja, é uma individualidade que considera aspectos internos e externos ao ser, traços imateriais do conjunto do organismo, da biologia, da cognição, da personalidade, do sentimento, e também influências materiais. Aqui está a percepção peculiar vebleniana sobre o indivíduo, que mesmo sendo visto como um agente social, é também detentor de individualidade; isto é, não existe a dicotomia individual *versus* social.

³³ No original: “These articles are conceived to be his in much the same sense as his hands and feet are his, or his pulse-beat, or his digestion, or the heat of his body, or the motions of his limbs or brain”.

Essa individualidade admitida por Veblen (1898b) não é no seu sentido “naturalmente biológico” e isolado do contexto social, uma vez que a própria personalidade individual penetra em esferas pessoais e sociais. Esta é a noção do autor sobre “personalidade penetrante” (*pervading personality*), no sentido de que a personalidade do indivíduo é constituída por elementos materiais e imateriais, formados individualmente e socialmente, que “penetram” no seu “eu”. É mais do que apropriar-se e apegar-se a um bem econômico qualquer, é sentir-se envolvido e dependente de um fato físico ou não, como se este condicionasse o próprio “ser” humano.

É por isso que alguns símbolos e rituais sagrados são vistos como pertencentes quase que organicamente à personalidade dos indivíduos. Exemplo disso, segundo Veblen (1898b), são as feitiçarias, sacramentos cristãos, cultos religiosos, adoração de relíquias e imagens, veneração de lugares sagrados, astrologia, etc., que fazem existir a crença de que algum efeito pode ser produzido organicamente sobre uma pessoa, de que algo “penetre” quase que organicamente no seu pessoal. Em outras palavras, um elemento material ou imaterial, que aparentemente pode parecer supérfluo ou desperdiçador (*wasteful*) para uma pessoa, pode passar a pertencer (“penetrar”) a outra de tal maneira que represente um elemento inseparável de sua vida³⁴.

Isso fica mais evidente na etapa predatória, quando a propriedade e a ostentação de serviços e objetos tornam-se parte orgânica do próprio ser. Para Veblen (1898b), a propriedade privada não é um marco da sociedade primitiva, uma vez que ela surge justamente na cultura predatória. A propriedade não pressupõe uma noção simples e instintiva, não é um fato dado naturalmente e nem está ligada ao grau de esforço produtivo e individual. Segundo o autor, a propriedade é um “fato convencional”, que depende da aprendizagem social, e um “fato cultural” (no sentido evolutivo) que, por meio do processo de habituação social, transformou-se em uma instituição.

Portanto, uma diferença importante entre uma sociedade com hábitos de pensamento pacíficos (etapa primitiva) e uma sociedade com hábitos predatórios (etapa predatória das fases bárbara e pecuniária) é o aparecimento da propriedade privada tanto no seu sentido físico (de bens e de pessoas) quanto imaterial (hábito de pensamento). Desde os primórdios da sociedade

³⁴ “It frequently happens that an element of the standard of living which set out with being primarily wasteful, ends with becoming, in the apprehension of the consumer, a necessary of life; and it may in this way become as indispensable as any other item of the consumer's habitual expenditure. As items which sometimes fall under this head, and are therefore available as illustrations of the manner in which this principle applies, may be cited carpets and tapestries, silver table service, waiter's services, silk hats, starched linen, many articles of jewellery and of dress” (VEBLEN, 1912, p. 99).

predatória, os indivíduos da classe “não-industrial” (ociosa) detinham as propriedades materiais e imateriais por aquisição ou herança (VEBLEN, 1898b).

Tanto na etapa primitiva quanto na predatória não existe o indivíduo que vive sozinho, que produz apenas para si com o seu esforço. Os indivíduos não são isolados e autossuficientes, até mesmo com suas propriedades herdadas ou adquiridas. “[...] Toda produção é, de fato, uma produção na e pela ajuda da comunidade, e toda riqueza é tal somente na sociedade”³⁵ (VEBLEN, 1898b, p. 353, tradução nossa). Ou seja, para ocorrer a produção deve haver, em algum momento, formas de cooperação na utilização de ferramentas, no trabalho, na transmissão de conhecimentos e técnicas, nas pequenas ou grandes corporações. “Mesmo onde não há cooperação mecânica, homens são sempre guiados pela experiência dos outros”³⁶ (VEBLEN, 1898b, p. 353, tradução nossa).

A evolução cultural demonstra, portanto, que a propriedade não decorre apenas da concepção de “ter bens” (aspecto material), mas também da relação existente entre indivíduos de diferentes grupos sociais (aspecto imaterial). Exemplos históricos de instituições centradas na propriedade privada e na emulação honrosa e pecuniária incluem a escravidão, a propriedade-casamento, a relação servil do sistema feudal, o ócio conspícuo, o consumo vicário, a hierarquia socioeconômica, etc.

Estas instituições estão descritas no livro mais famoso de Veblen, “A teoria da classe ociosa” (*The theory of the leisure class*), com primeira edição em 1899. O autor observa a sociedade predatória (capitalista) basicamente em dois estratos sociais-funcionais:

- a) classe industrial: pessoas ligadas aos trabalhos produtivos (industriais);
- b) classe ociosa: grupo de indivíduos envolvidos em atividades não-industriais (guerra, política, esporte e religião).

Nas suas obras, o termo “ócio” não quer dizer inatividade ou preguiça, mas tempo gasto em atividades não industriais, isto é, improdutivas para a vida em sociedade. Essa percepção decorre da existência do hábito de pensamento de que o trabalho e o esforço físico são indignos e que vivenciar o ócio é uma representação de poder pecuniário (“ócio conspícuo”). Ligado a este também está o “ócio vicário”, que é a manutenção de pessoas (dependentes, esposas, empregados) nessas condições ociosas para demonstrar poder pecuniário perante a sociedade. Além disso, o “consumo vicário” também é abordado pelo autor e tem relação com o consumo

³⁵ No original: “[...] All production is, in fact, a production in and by the help of the community, and all wealth is such only in society”.

³⁶ No original: “Even where there is no mechanical cooperation, men are always guided by the experience of others”.

de bens e serviços requintados por parte desses “dependentes” apenas para demonstrar *status* de quem financia esse consumo (VEBLEN, 1912).

Na etapa predatória-bárbara, segundo Veblen (1912), o prestígio social está nas ocupações ligadas à exploração violenta e à destruição, de modo que uma “mão forte” e uma “agressão bem-sucedida” são comportamentos socialmente aprovados. A honra e a boa reputação estão ligadas ao poder, força bélica e capacidade de combate, prevalecendo os hábitos de pensamento da emulação honrosa e do poder individual e coercitivo. As tarefas laborais são vistas como depreciadas e direcionadas àqueles socialmente “mais fracos e menos habilidosos”, que incluíam os pobres, os serviçais, as mulheres e as crianças³⁷. Os hábitos de pensamento estão voltados para a “exploração, coerção e apreensão”, juntamente com o acúmulo de medalhas e honrarias derivadas destas condutas bárbaras (VEBLEN, 1898b).

Da mesma forma, na fase predatória-pecuniária, as atividades de produção de bens e serviços úteis, desligados das “artes de guerra” ou do “ócio conspícuo”, são vistos socialmente como indignos e cabíveis apenas a uma classe socioeconômica tida como “inferior”, composta por trabalhadores (operários)³⁸. O senso-comum e os hábitos de pensamento dessa etapa predatória (bárbara e pecuniária) desprestigiam o trabalho produtivo, mesmo este sendo o importante marco da sobrevivência e do desenvolvimento da espécie humana (ligado aos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental). “[...] A sensação de vergonha do trabalho manual pode tornar-se tão forte que, em uma conjuntura crítica, até colocará de lado o instinto de autopreservação”³⁹ (VEBLEN, 1912, p. 42, tradução nossa).

A evolução cultural da sociedade perpassa por diferentes condições de emulação, isto é, distintas formas de os indivíduos buscarem estar à frente de uma situação ou de outros indivíduos⁴⁰. É na etapa predatória-pecuniária que a emulação ganha o formato pecuniário,

³⁷ “Therefore the able-bodied barbarian of the predatory culture, who is at all mindful of his good name, severely leaves all uneventful drudgery to the women and minors of the group. He puts in his time in the manly arts of war and devotes his talents to devising ways and means of disturbing the peace. That way lies honor” (VEBLEN, 1898a, p. 200).

³⁸ “In the further cultural development, when some wealth has been accumulated and the members of the community fall into a servile class on the one hand and a leisure class on the other, the tradition that labor is ignoble gains an added significance. It is not only a mark of inferior force, but it is also a perquisite of the poor. This is the situation today. Labor is morally impossible by force of the ancient tradition that has come down from early barbarism, and it is shameful by force of its evil association with poverty. It is indecorous” (VEBLEN, 1898a, p. 200-1).

³⁹ No original: “[...] The sense of the shamefulness of manual labour may become so strong that, at a critical juncture, it will even set aside the instinct of self-preservation”. Exemplo disso, segundo Veblen (1912), é o suposto caso de um rei francês que, ao ficar sem a presença de seu servente que tinha a função de afastar sua cadeira da lareira, acaba perdendo a vida queimado, ao invés de se sujeitar ao trabalho “vergonhoso” de movimentar a cadeira de lugar.

⁴⁰ “Under the regime of emulation the members of a modern industrial community are rivals, each of whom will best attain his individual and immediate advantage if, through an exceptional exemption from scruple, he is able serenely to overreach and injure his fellows when the chance offers” (VEBLEN, 1912, p. 228-9).

descrito principalmente pela posse e consumo de bens e serviços caros e visíveis: o chamado “consumo conspícuo”. A “lei seletiva do consumo conspícuo” é conduzida pelas camadas socioeconômicas superiores (classe ociosa) por meio da aquisição e ostentação de bens e serviços caros, requintados e da moda.

Esse estágio moderno-industrial (capitalista) é descrito pela presença da emulação pecuniária, que é a busca constante por parte do indivíduo em estar sempre à frente do(s) outro(s) em termos pecuniários (riqueza visível). Os indivíduos consomem (ou desejam consumir) bens e serviços caros com o intuito de demonstrar isso perante a sociedade, como sinônimo de poder financeiro e de pertencimento a um grupo social superior. Sendo assim, as normas socialmente estabelecidas nessa fase pecuniária incluem: “o caro é bom”, “o bonito é caro”⁴¹, “o barato é ruim”, “ostentar é pertencer a uma classe superior”, “pertencer a uma classe superior é ser aceito e bem-visto pela sociedade”, e assim por diante. Ou seja, os indivíduos criam padrões convencionais de riqueza, pois há uma busca quase que infinita em demonstrar poder financeiro, gerando continuamente uma autoclassificação e uma classificação social.

Com a evolução da sociedade predatória - uma analogia à evolução do capitalismo -, os indivíduos passam a se relacionar com os aspectos materiais para além do necessário à subsistência (necessidades básicas). Isso inclui, segundo Veblen (1912), alcançar necessidades ditas “mais elevadas”, que envolvem o *status* e o poder estético (roupa, forma física, beleza), intelectual, espiritual, etc. Com a industrialização, a diversificação e a diferenciação de produtos e serviços para o consumo, a disputa entre os indivíduos emerge no sentido de elevar e promover os confortos materiais (bens) e também imateriais (*status*) da vida. O bem-estar propagado pela classe ociosa afasta-se do bem-estar básico para a vida em sociedade, pois ganha um formato individual e está ligado ao que Veblen chama de “desperdício”.

Veblen (1912) utiliza a palavra *waste* (desperdício) com ressalvas pois a sua intenção não é desqualificar essas “necessidades” e “utilidades” humanas “mais elevadas”. Segundo ele, esse tipo de comportamento não é ilegítimo e nem deve ser odiado, pois é reconhecido que, uma vez que um indivíduo escolhe por certo produto, há alguma utilidade para ele, nem que seja o mero fato de ostentar. Entretanto, o autor utiliza a palavra “desperdício” pois, além de

⁴¹ O senso do que é belo é popularmente relacionado ao fato de possuir um alto preço de mercado, tal como são os artefatos em ouro. Segundo Veblen (1912), a utilidade dos bens está mais fortemente relacionada à honra e ao poder visíveis e excludentes decorrentes de sua posse, e menos vinculada a sua beleza literal ou seu fim prático. “So thoroughly has this habit of approving the expensive and disapproving the inexpensive been ingrained into our thinking that we instinctively insist upon at least some measure of wasteful expensiveness in all our consumption, even in the case of goods which are consumed in strict privacy and without the slightest thought of display. We all feel, sincerely and without misgiving, that we are the more lifted up in spirit for having, even in the privacy of our own household, eaten our daily meal by the help of hand-wrought silver utensils, from hand-painted china (often of dubious artistic value) laid on high-priced table linen” (VEBLEN, 1912, p. 155-6).

não ter encontrado alternativa melhor, quer referir-se ao consumo que não proporciona acréscimo ao bem-estar da coletividade, que é chamado de “consumo conspícuo”.

As instituições da sociedade predatória e pecuniária, como a propriedade privada, o consumo e o ócio conspícuos e a aversão ao trabalho industrial (produtivo) conduzem os padrões de comportamento dessa sociedade. É por isso que, da mesma forma que as classes industriais (trabalhadores) desejam emular e pertencer à classe superior, elas acabam sustentando o ócio desta. Ou seja, para existir uma classe ociosa, é preciso que exista uma classe industrial (inferior) incapaz de alcançar ou ultrapassar (emular) o nível social superior, para que haja a possibilidade de comparação⁴². “Em si mesma e em suas consequências, a vida ociosa é bela e enobrecedora aos olhos de todos os homens civilizados”⁴³ (VEBLEN, 1912, p. 38, tradução nossa).

Segundo Veblen (1912), o ócio e o consumo conspícuos não estão presentes apenas em bens materiais (utensílios, vestuário e decoração), mas também são percebidos na busca por aprimoramentos artísticos ou eruditos, isto é, em produtos e serviços que conferem *status* e reconhecimento social. Por mais que estes sejam realizados quase que exclusivamente pela classe ociosa, esse padrão de vida tido como “correto” e “belo” influencia a formação de comportamentos e preferências de toda a sociedade. Uma vez que estes hábitos de ócio e consumo conspícuos se estabelecem, fica cada vez mais difícil modificar ou sucumbir esse padrão de vida pecuniário. “Um padrão de vida é da natureza do hábito. É uma escala e método habituais de responder a determinados estímulos. A dificuldade de se afastar de um padrão acostumado é a dificuldade de se quebrar um hábito que uma vez foi formado”⁴⁴ (VEBLEN, 1912, p. 106, tradução nossa).

Os hábitos de pensamento socialmente compartilhados, isto é, as instituições, diferem entre as etapas culturais, interferindo nas formas e meios com que os instintos serão manifestados e, portanto, na maneira como os indivíduos se comportam (pensam e agem). A

⁴² Veblen (1891) descreve a possibilidade de existência de movimentos sociais de trabalhadores que eram críticos às instituições da época devido ao empobrecimento da população ou aos avanços tecnológicos e industriais. Mas, para o autor, essa possível revolta por parte da classe trabalhadora representava mais um descontentamento dos trabalhadores diante de um empobrecimento relativo à classe superior do que propriamente a existência de um empobrecimento absoluto. Essa percepção relativa do empobrecimento teria relação com o caráter emulativo presente nos indivíduos, e não com uma possível consciência de classe. É por isso que Veblen não prevê a exclusão de uma classe em detrimento de outra, o que o difere do darwinismo social de Spencer.

⁴³ No original: “In itself and in its consequences the life of leisure is beautiful and ennobling in all civilised men's eyes”. Segundo Veblen (1912), essa concepção de que as pessoas com maior poder aquisitivo estão ligadas à vida ociosa - distante de trabalhos produtivos - esteve presente desde a época dos filósofos gregos.

⁴⁴ No original: “A standard of living is of the nature of habit. It is an habitual scale and method of responding to given stimuli. The difficulty in the way of receding from an accustomed standard is the difficulty of breaking a habit that has once been formed”.

Figura 5 representa uma síntese das instituições e dos instintos que aparecem com maior força nas fases da cultura humana sinalizadas por Veblen. Por exemplo, na etapa primitiva, representada pela fase da selvageria-pacífica, são mais facilmente identificados nas suas formas originais os instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental - sem que isso implique na inexistência dos outros instintos humanos.

Figura 5 - Etapas e fases da cultura humana

ETAPA	PRIMITIVA	PREDATÓRIA	
FASE	SELVAGERIA-PACÍFICA	BÁRBARA	PECUNIÁRIA
INSTINTOS	Instinto de trabalho eficiente	Instinto predatório	Instinto predatório
	Instinto de inclinação parental	Instinto de pugnacidade	
INSTITUIÇÕES	Altruísmo	Egoísmo	Egoísmo
	Poder coletivo: ausência de hierarquia e classes	Poder individual coercitivo: hierarquia e classes	Poder individual pecuniário: hierarquia e classes
	Força física (habilidade individual e coletiva)	Força bélica e honrosa (honrarias, posses e ócio conspícuo)	Força pecuniária visível (consumo conspícuo e ostentação)
	Propriedade coletiva	Propriedade privada (posses)	Propriedade privada (física e fictícia)
	Trabalho produtivo é bom e para todos (subsistência)	Trabalho produtivo, laboral, manual é para fracos (excedentes)	Trabalho produtivo é ruim e para classes inferiores (excedentes)
	Emulação primitiva	Emulação honrosa	Emulação pecuniária

Fonte: Elaborado pela autora.

As instituições com maior ênfase na etapa primitiva possuem um caráter pacífico e desapegado de aspectos pecuniários. Dentre alguns exemplos de hábitos de pensamento socialmente compartilhados estão:

- a) altruísmo: as comunidades entendiam a importância da vida e do bem-estar do grupo;
- b) poder coletivo: ausência de hierarquia socioeconômica ou de classes;
- c) força física centrada na habilidade individual e do grupo com fins produtivos;
- d) propriedade coletiva dos meios de produção;
- e) trabalho e esforço produtivo prestigiado e visto como essencial para a sociedade: o trabalho cabe a todos para garantir a subsistência e perpetuação do grupo;
- f) emulação primitiva: existência de pequeno grau de comparação de força física entre os indivíduos na conquista de territórios ou na disputa conjugal por uma parceira (emulação sexual).

Já na etapa predatória-bárbara, percebe-se um maior predomínio da expressão original dos instintos predatório e de pugnacidade. Em ambas as fases da etapa predatória, bárbara e pecuniária, o instinto de trabalho eficiente aparece de forma viesada, qualificando como eficientes as atividades e os valores relacionados aos aspectos bélicos (violentos) e pecuniários (econômico-financeiros). Nas duas fases, o egoísmo e o individualismo são hábitos institucionalizados.

A fase bárbara é marcada principalmente por hábitos de pensamento predatórios, competitivos e bélicos, os quais incluem:

- a) o poder individual e coercitivo: uma hierarquia de poder bélico (atividades de luta), econômico (posses) e com divisão de classes (senhores feudais, serviçais, escravos etc.);
- b) força honrosa e belicosa: nível de força medido pela quantidade de honrarias, pelo sobrenome da família, pelo número de serventes e escravos, pelo grau de ócio e consumo vicário das esposas e dependentes, etc.;
- c) propriedade privada de bens e de pessoas: a exemplo da escravidão, do casamento, da quantidade de serventes etc.;
- d) percepção negativa do trabalho produtivo, laboral e manual: estes eram cabíveis aos julgados “mais fracos”, tais como as mulheres, as crianças, camponeses, escravos;
- e) apropriação individual dos excedentes: acumulação para além da subsistência;
- f) emulação honrosa: indivíduos buscam superar e comparar-se com os outros por meio do aspecto material (medalhas, terras, bens) e imaterial (honrarias, sobrenome familiar, posse de pessoas e serviços).

Na etapa predatória-pecuniária, o instinto predatório também é mais fortemente identificável, mas deixa de possuir um aspecto de competição bélica para adentrar em outro tipo de “violência”: a competição pecuniária (econômico-financeira). Os hábitos de pensamento socialmente compartilhados incluem:

- a) egoísmo e individualismo;
- b) poder individual com caráter pecuniário: hierarquia socioeconômica que garante maior poder a uma minoria com vantagens financeiras sobre os demais, uma espécie de divisão de classes entre os trabalhadores produtivos e a classe ociosa;
- c) força pecuniária visível: medida pelo consumo conspícuo (consumo e ostentação de bens e serviços caros e da moda);
- d) propriedade privada na forma física (bens) e também fictícia (capital financeiro), com fins pecuniários;

- e) percepção negativa do trabalho produtivo (industrial): este é cabível a uma classe socioeconômica inferior (trabalhadores ou operários);
- f) apropriação dos excedentes por parte de uma minoria;
- g) emulação pecuniária: busca permanente por parte dos indivíduos em estar à frente dos demais em termos econômicos e financeiros, ou seja, é uma acumulação com fins unicamente pecuniários.

Dentre as diferenças apontadas, destaca-se que a sociedade predatória constitui a evolução e o desenvolvimento da forma capitalista, descrita principalmente por uma sociedade industrial, com a emergência da propriedade, a geração de excedentes, a concorrência e a disputa econômica (aspecto predatório). Enquanto que a fase bárbara tem na emulação honrosa o cerne da apropriação e da motivação para a acumulação, a fase pecuniária (moderna) tem suas bases na apropriação, acumulação e emulação pecuniárias.

Veblen discorre sobre essas etapas da cultura humana não como uma forma de descrever uma sequência lógica e estanque de acontecimentos que seja aplicável ao desenvolvimento das sociedades, mas como uma maneira de perceber como ocorre a mudança institucional de forma gradual e evolutiva. O autor identifica este processo como um fenômeno evolutivo, sujeito ao enraizamento (herança), à seleção de certos hábitos e de mudanças principalmente nos hábitos de pensamento dos indivíduos e no contexto cultural, o qual inclui não apenas aspectos materiais e estruturais (mudanças nas tecnologias físicas, por exemplo), mas principalmente imateriais, na ordem dos indivíduos, seus hábitos e comportamentos.

2.4 INDIVÍDUOS, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

As propensões instintivas e habituais compõem a formação dos pensamentos e ações dos indivíduos. Apesar de os instintos terem traços hereditários, para Veblen (1914), estes não o são no sentido biológico tradicional - como meras unidades transmitidas por genes -, mas no sentido evolutivo. A ideia do autor é que os instintos são “traços espirituais” (*spiritual traits*) que irão se expressar por meio da existência de um conjunto de aspectos materiais e imateriais de uma sociedade, transmitidos por herança com modificações e adaptações contextuais. Essa interação material e imaterial descreve o processo de seleção de certas instituições e da evolução da sociedade – não há uma dicotomia entre os fenômenos materiais e imateriais da vida.

Diferente de presumir que os elementos do mundo material (bens, objetos e tecnologias físicas) controlam a conduta dos indivíduos e moldam o crescimento das instituições e a cultura humana, Veblen (1907) destaca que essas “exigências materiais” entram em cena por conta dos

próprios indivíduos, elas não são isoladas e postas naturalmente *à la Deus ex machina*. Conforme o autor, do ponto de vista da causação cumulativa, o materialismo não é um instinto ou um princípio natural onipresente à conduta humana, mas é um hábito de pensamento que foi construído pelas circunstâncias principalmente imateriais da vida: tradição, crenças, educação, condições climáticas, relações e formas de organização de trabalho, etc.

As “exigências materiais”, desde as tecnologias físicas (máquinas e equipamentos) até a aliança de casamento, não são um fim em si mesmas. Elas são frutos de condições imateriais (tradição, valores, clima, educação) que, quando passadas por um processo de habituação coletiva, tornam-se hábitos de pensamento socialmente compartilhados (instituições). Ou seja, as condições materiais e imateriais são descritas pela interação dos indivíduos com as tecnologias físicas (ferramentas, máquinas, objetos) e sociais (modos de fazer e usar), e com as instituições, a exemplo das cerimônias de casamento, da relação dos gaúchos com o chimarrão, dos chineses com o chá, e assim por diante.

Condições materiais e imateriais interagem com os instintos, os hábitos e as instituições. Veblen (1907) não está preocupado em estabelecer um determinismo entre os fatos econômicos/materiais e a conduta dos indivíduos, ou em atentar para a ação ou decisão final. A sua preocupação está em saber até que ponto essas “exigências materiais” interferem na formação dos pensamentos e, por conseguinte, nas trajetórias de uma sociedade. Em outras palavras, é “[...] uma questão da parcela que essas exigências materiais têm na formação dos hábitos de pensamento dos homens; ou seja, seus ideais e aspirações, seu senso do verdadeiro, do belo e do bom”⁴⁵ (VEBLEN, 1907, p. 305, tradução nossa).

Nesse sentido, é mais do que preocupar-se com as decisões dos indivíduos sobre comprar uma determinada aliança de casamento ou realizar uma cerimônia religiosa e festa de matrimônio. A questão está em perceber até que ponto esses elementos materiais e pecuniários interferem na própria concepção e nas aspirações de vida dos indivíduos, em como isso impacta nas percepções sobre o que é correto e belo perante a sociedade. Para Veblen (1907), é mais uma questão de perceber o grau de interferência (“nível de eficiência”) do ambiente material sobre a formação de hábitos de pensamento ao longo do processo evolutivo, diferente de afirmar que os comportamentos serão causados unicamente pelo fato econômico/material.

Como justificativa para o rompimento dessa causalidade unívoca, o autor descreve que antes da conduta humana e do fenômeno material (tal como a tecnologia física) existem as tradições, os hábitos, os instintos, os conhecimentos, os ideais, as crenças, etc. É uma interação

⁴⁵ No original: “[...] a question of the share which these material exigencies have in shaping men's habits of thought; i.e., their ideals and aspirations, their sense of the true, the beautiful, and the good”.

dinâmica entre os indivíduos, as instituições e as tecnologias sob diferentes “formas e meios”⁴⁶. Veblen (1914) descreve que essa lógica de formas e meios, mais complexa quanto maiores os níveis de inteligência e de atividades de uma sociedade, envolve um processo dinâmico e cumulativo de elementos materiais e imateriais transmitidos por herança, e que estão sujeitos à mudança (variação) e seleção dependendo do contexto e das instituições dessa sociedade.

Apesar de a natureza humana (*homo sapiens*) permanecer a mesma em diferentes etapas da cultura humana, as disposições instintivas irão se manifestar de maneira distinta conforme o enraizamento institucional. “Mudanças na estrutura institucional estão ocorrendo continuamente em resposta à disciplina alterada da vida sob condições de mudanças culturais, mas a natureza humana permanece especificamente a mesma”⁴⁷ (VEBLEN, 1914, p. 18, tradução nossa).

Sobre essa questão da “natureza humana”, Veblen (1914) enfatiza que a hereditariedade pessoal, genética ou genealógica (*pedigree*), não é o marco principal a ser observado no processo evolutivo do desenvolvimento das sociedades, que são “híbridas”⁴⁸. Os traços hereditários sociais, que são perpetuações no meio social na forma de hábitos de pensamento, constituem a principal fonte de compreensão do comportamento das sociedades. “E a hereditariedade é sempre hereditária em grupo, talvez particularmente na espécie humana”⁴⁹ (VEBLEN, 1914, p. 139, tradução nossa).

Portanto, o que confere a cumulatividade (continuidade) das diversas formas e meios de manifestação de um instinto para o alcance de “fins próximos” são justamente os hábitos de pensamento enraizados, tal como foi a instituição da hierarquia social da “classe ociosa”. Como exemplo, a classe ociosa enquanto instituição perpetua-se na fase bárbara na forma dos senhores feudais, e na sociedade pecuniária sob o formato dos “homens de negócio”. Os hábitos de pensamento difundidos por essa classe socioeconômica superior constituem uma espécie de “conservantismo”, são sancionados socialmente e tidos como costumeiros, corretos e óbvios.

⁴⁶ “This apparatus of ways and means available for the pursuit of whatever may be worth seeking is, substantially all, a matter of tradition out of the past, a legacy of habits of thought accumulated through the experience of past generations” (VEBLEN, 1914, p. 6-7).

⁴⁷ No original: “Changes in the institutional structure are continually taking place in response to the altered discipline of life under changing cultural conditions, but human nature remains specifically the same”.

⁴⁸ “Using the term in a sufficiently free sense, pedigree is no less and no more requisite to the workman's effectual equipment than the common stock of technological mastery which the community offers him. But his pedigree is a group pedigree, just as his technology is a group technology” (VEBLEN, 1914, p. 138).

⁴⁹ No original: “And heredity is always group heredity, perhaps peculiarly so in the human species”.

The institution of a leisure class hinders cultural development immediately (1) by the inertia proper to the class itself, (2) through its prescriptive example of conspicuous waste and of conservatism, and (3) indirectly through that system of unequal distribution of wealth and sustenance on which the institution itself rests. To this is to be added that the leisure class has also a material interest in leaving things as they are (VEBLEN, 1912, p. 205-6).

Da mesma maneira que existe essa força e interesse da classe ociosa no enraizamento institucional, Veblen (1914) destaca que podem ocorrer alterações nos hábitos de pensamento por conta de mudanças contextuais com maior ou menor grau de deliberação. Segundo o autor, as mudanças que envolvem alto nível de raciocínio normalmente carregam um formato legal (leis e normas formalmente definidas); já as mudanças com menor deliberação emergem como motivações “consuetudinárias” (informais) transmitidas por costume e tradição familiar. Ou seja, as mudanças não ocorrem nos instintos, mas nas formas como os indivíduos empregam os variados meios possíveis para viver em sociedade. O potencial de mudança está principalmente nas instituições.

As diversas formas de pensamento humano são amplamente dominadas por “forças sentimentais” resultantes da interação entre os hábitos e os instintos. “[...] O sentimento que anima os homens, individual ou coletivamente, é tanto, ou mais, um resultado de hábitos e propensão nativa quanto de interesse material calculado”⁵⁰ (VEBLEN, 1907, p. 308, tradução nossa). Mesmo que os instintos não desapareçam nas diferentes etapas culturais, ocorre uma “adaptação espiritual” (instintiva) dos indivíduos ao contexto institucional. Conforme Veblen (1914), essa adaptação, apesar de difícil e gradual, tem origem justamente no aspecto vago e peculiar (não biológico) dos instintos, que decorre da sua interação com os hábitos e, portanto, na flexibilidade das formas e meios de conduzir a vida em sociedade.

Com o passar do tempo, os indivíduos adaptam-se às mudanças e às novas condições da vida. Por mais que Veblen admita que os indivíduos se comportam em meio a uma sequência cumulativa de “formas e meios”, essa conexão entre aspectos passados e presentes não implica em um determinismo do pretérito em relação ao presente e futuro. Nesse processo de “causação cumulativa” está imerso o sentido evolucionário, que considera a possibilidade de continuidades (enraizamentos) e também de mudanças.

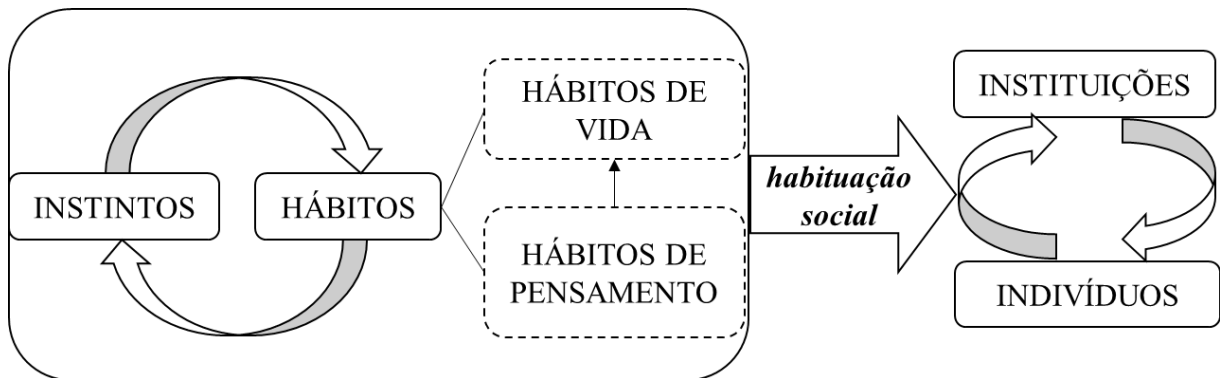
Cumulatively, therefore, habit creates usages, customs, conventions, preconceptions, composite principles of conduct that run back only indirectly to the native predispositions of the race, but that may affect the working-out of any given line of

⁵⁰ No original: “[...] The sentiment which animates men, singly or collectively, is as much, or more, an outcome of habit and native propensity as of calculated material interest”.

endeavour in much the same way as if these habitual elements were of the nature of a native bias (VEBLEN, 1914, p. 39).

Portanto, o “sistema de instituições” descrito por Veblen possui uma lógica dinâmica que é centrada em elementos enraizados em contextos pessoais e ambientais e que é sujeita a mudanças. Essa lógica parte da interação entre instintos e hábitos, entre aspectos pessoais e sociais da vida humana em sociedade. Conforme a Figura 6, os instintos são manifestados por meio de sua interação com os hábitos (de vida e de pensamento) de uma sociedade (e não de um indivíduo isolado).

Figura 6 – Indivíduos e instituições: o sistema de instituições



Fonte: Elaborado pela autora.

Como já observado, para cada conduta habitual de vida há algum grau habitual de pensamento. Quando estes hábitos saem da esfera da conduta pessoal ou familiar e passam por uma habituação (compartilhamento) social, constituem-se as instituições. Estas, por sua vez, estão em constante interação com os indivíduos (sociedade) de um determinado contexto cultural e podem sinalizar para certas regularidades de comportamentos (pensamentos e ações).

Esse sistema de instituições vebleniano indica que o processo de desenvolvimento de uma sociedade pressupõe uma interação dinâmica entre indivíduos e instituições, sem uma concepção linear ou determinística. É um processo cumulativo e mutável em que as instituições interferem nos comportamentos dos indivíduos de uma sociedade - aspecto socializado do comportamento - mas, ao mesmo tempo, os indivíduos são detentores de um grau de individualidade com sua personalidade, nível de esforço e inteligência - aspecto pessoal do comportamento. Os indivíduos vivem em sociedade e também exercem interferência sobre as instituições.

Não é negado por Veblen que os indivíduos possuem aspectos biológicos (*homo sapiens*) que os diferenciam das demais espécies, mas é admitido que eles também são

representantes das suas próprias vidas, com seus esforços, sua inteligência e suas características pessoais. Ainda assim, isso não existe de forma isolada, pois os indivíduos são seres sociais, sujeitos aos aspectos do meio social, e possuem personalidades “penetrantes”, de modo que as características sociais penetram no seu “eu”. Dessa forma, existe, em Veblen, uma negação a qualquer espécie de determinismo, de modo que o ser humano é visto como detentor de características biológicas, pessoais e sociais que se inter-relacionam.

Os indivíduos e as instituições constituem, então, dois pilares teórico-analíticos fundamentais na análise do desenvolvimento vebleniano. Nesse processo evolutivo, existem características do ambiente institucional que perduram e, ao mesmo tempo, há um processo de adaptação e de criação de outros hábitos de pensamento. Em outras palavras, algumas instituições desaparecem, outras se adaptam e outras emergem (são selecionadas) para dar forma ao novo contexto cultural. Para Veblen (1989c), evolução não significa progresso, mas uma mudança cumulativa, positiva ou negativa, ao longo do tempo histórico.

Portanto, as mudanças nos aspectos materiais e estruturais ocorrem juntamente com alterações imateriais. A evolução da sociedade é, segundo Veblen (1912), um processo de adaptação mental dos indivíduos de uma sociedade. Essa “adaptação mental” também está relacionada às mudanças nas condições de vida, as quais incluem alterações nas formas físicas e sociais das tecnologias. Este é, portanto, outro importante elemento que deve ser inserido na discussão sobre o desenvolvimento vebleniano, tal como será feito no próximo capítulo.

3 TECNOLOGIAS: PILAR VEBLENIANO DO DESENVOLVIMENTO

Os institucionalistas e os neoschumpeterianos são conhecidos por destacarem, respectivamente, a importância das instituições e das tecnologias no desenvolvimento econômico. Mesmo com avanços na tentativa de aproximar essas duas abordagens, existem importantes contribuições sobre a tecnologia nas obras do institucionalista Thorstein B. Veblen que ainda são ignoradas.

Apesar de Veblen ser reconhecido por sua ênfase nas instituições e nos indivíduos, existe também a preocupação com a tecnologia e a sua importância no processo de mudança institucional¹. A tecnologia, também chamada por Veblen de “conhecimento tecnológico”, abrange as tecnologias materiais ou físicas (“ferramentas” - *tools*) mas também as tecnologias imateriais, que a literatura neoschumpeteriana chama de “tecnologias sociais”².

A tecnologia é considerada como um elemento imerso nas relações econômicas e sociais e que vai muito além do seu aspecto físico e material. Já nas primeiras páginas de sua obra *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*, Veblen (1914) descreve que há uma relação notória entre as “utilidades industriais” (também chamadas de “avanços tecnológicos”), os costumes e as instituições, de modo que estes elementos “sustentam e condicionam” o escopo de uma civilização. Para o autor, isso não implica que as tecnologias ou as instituições representem somente restrições ou impulsos para uma sociedade, uma vez que existem diferentes reações ao “estado da arte industrial”, isto é, ao conjunto cumulativo de conhecimentos humanos.

Para Veblen (1919b), o entendimento desse processo de mudança da vida econômica, uma sequência de causações cumulativas, decorre da análise dos indivíduos e das tecnologias

¹ Na interpretação de Rutherford (1994; 1998), a mudança institucional descrita por Veblen demonstra uma conexão mútua entre as instituições e as tecnologias para pensar o processo de evolução das sociedades. Esse autor, ao interpretar Veblen, descreve que as mudanças nas formas de os indivíduos conduzirem as suas vidas modificam-se com os avanços tecnológicos, mas que essas novas tecnologias não surgem naturalmente, pois foram criadas em meio a um quadro institucional existente. “The changing circumstances that Veblen has in mind are changes in the manner in which people make their living, and are brought about primarily by changes in technology” (RUTHERFORD, 1998, p. 468).

² O termo “tecnologia social” é utilizado pelo neoschumpeteriano Richard Nelson para conceituar as tecnologias que não se apresentam no sentido físico ou material, como, por exemplo, os métodos e as formas de organização e de divisão do trabalho. Esta visão sobre a tecnologia vai ao encontro do entendimento de Veblen, uma vez que Nelson (2008) descreve que essas tecnologias sociais estão imersas em um quadro institucional amplo. Nelson e Nelson (2002) reconhecem a importância e a influência do conceito vebleniano de instituições nas tecnologias sociais. “I propose that the conception of institutions as widely employed social technologies squares very well with the most widely used definitions of institutions put forth in the literature, although the flavor is different than some. It fits with Veblen’s notion of institutions as “general habits of action and thought” (NELSON; NELSON, 2002, p. 268). Assim, pelo fato de a construção do termo “tecnologia social” ter sido pautada nas contribuições de Veblen, optou-se pela manutenção dessa terminologia para auxiliar na interpretação vebleniana, mesmo que Veblen não tenha feito uso literal dela.

juntamente com a mudança nos hábitos de pensamento compartilhados socialmente. Diferentemente de compreender a tecnologia como um acessório ou um mero fator de produção, Veblen (1914) considera-a como parte do conhecimento humano, novo ou acumulado, que interage com elementos físicos e sociais e sofre influência de conhecimentos humanos, formando um “sistema de tecnologias”.

Esse sistema é composto por um conjunto cumulativo de conhecimentos que almeja alcançar uma “eficiência tecnológica”, que irá depender da forma como os conhecimentos tecnológicos interagem com os conhecimentos populares. Em outras palavras, essa eficiência tecnológica vebleniana tem a ver com o alcance mais eficiente possível dos fins básicos e úteis para a vida em sociedade (interação entre instintos e hábitos) por meio das tecnologias, o que difere de considerar uma simples tomada de decisão individual ótima. Essa eficiência depende da interação entre os indivíduos e seus conhecimentos, as tecnologias e as instituições.

3.1 INDIVÍDUOS E TECNOLOGIAS: ASPECTOS SOCIAIS

As trajetórias seguidas pelas atividades econômicas são, segundo Veblen (1912), expressões da mente humana, sujeitas aos hábitos e aos conhecimentos acumulados na sociedade. Para o autor, a tecnologia não é tida como uma mera composição produtiva ou fator de produção³, mas é parte do conhecimento dos indivíduos, enquanto agentes sociais, que interage com os hábitos de pensamento da sociedade.

Diferente do empresário inovador schumpeteriano, o conhecimento tecnológico vebleniano não constitui um agregado de conhecimentos presente em um único indivíduo (“empreendedor” ou “empresário”); é um estoque mantido cumulativamente e transportado no tempo pela coletividade. Neste sentido, o “estado das artes industriais” - estágio cultural do capitalismo que é centrado na produção industrial e na geração de excedentes (etapa predatória-pecuniária) - tem a inovação e a tecnologia como fenômenos sociais (e não individuais).

Technological knowledge is of the nature of a common stock, held and carried forward collectively by the community, which is in this relation to be conceived as a going concern. The state of the industrial arts is a fact of group life, not of individual or private initiative or innovation. It is an affair of the collectivity, not a creative achievement of individuals working self-sufficiently in severalty or in isolation (VEBLEN, 1914, p. 103).

³ Veblen (2001) descreve que as concepções clássicas da Economia, que ignoram a tecnologia como um fator de produção, são aceitáveis apenas para tempos remotos (anteriores ao século XVIII). Para o autor, considerar como fatores de produção apenas a terra, o capital e o trabalho é ignorar os efeitos produtivos das tecnologias modernas (“artes industriais”), como se estas não produzissem renda a um grupo de pessoas e não participassem da produção anual agregada de um país.

Além desse caráter social, o aspecto cumulativo do conhecimento tecnológico vebleniano caracteriza-se por uma certa “dependência de trajetória” (*path dependence*)⁴ - apesar de Veblen não fazer uso literal do termo. Essa herança do passado ajuda a justificar a compreensão evolutiva vebleniana sobre o processo de desenvolvimento. Entretanto, por mais que ocorra essa “dependência” do passado e uma cumulatividade do estoque de conhecimentos tecnológicos, Veblen (1914) reforça a possibilidade de ocorrerem mudanças (“novos elementos, habilidades e *insights*”), normalmente graduais, que alteram as circunstâncias e as experiências da vida em sociedade, sem que seja possível definir *a priori* o futuro.

Os fatos ocorridos sucessivamente no passado passam, segundo Veblen (1914), por aprimoramentos, adaptações e inovações coletivas. Por mais que essas mudanças possam ser idealizadas por um indivíduo em específico, este não constrói seus pensamentos e nem age de maneira isolada, pois “toda vida é necessariamente vida em grupo” (p. 103, tradução nossa). O ponto de partida analítico do estudo do desenvolvimento não constitui um fato natural e nem é isolado dos acontecimentos anteriores. Interpretando o autor, uma nova situação constitui um incremento no estado das artes industriais, isto é, uma inovação emerge em um contexto de estoque tecnológico “comum”, um conjunto de conhecimentos que é transportado pela comunidade via aprendizagem social.

Segundo Veblen (1914), por mais que o indivíduo detenha aptidão (individual) de força, habilidade e raciocínio, seu comportamento apenas terá efeito sobre a indústria, a economia e a sociedade se for capaz de pertencer ao “estoque comum de conhecimento tecnológico”. Nesse sentido, o compartilhamento social de habilidades e aprendizados entre os trabalhadores é fundamental no aprimoramento tecnológico. É justamente esse conjunto de indivíduos com características herdadas e adquiridas que constitui o que Veblen chama de “força de trabalho” de uma sociedade. Ou seja, além de o indivíduo ser pacífico e social - um “produto da vida em grupo”⁵ - ele também é um sujeito “de hereditariedades e circunstâncias” (VEBLEN, 1914).

⁴ O termo “dependência de trajetória” (*path dependence*) é comum na análise neoschumpeteriana para justificar as condições institucionais e tecnológicas enraizadas no passado que podem justificar a posição e a trajetória de um país no momento presente e futuro. Essa percepção sustenta que uma mesma instituição, política ou tecnologia não produz os mesmos efeitos em todos os lugares, uma vez que o contexto histórico importa. O termo *path dependence*, de acordo com Bernardi (2012), possui diferentes interpretações e usos, mas foi popularizado principalmente com os trabalhos de Brian Arthur e Paul David, com uma crítica à eficiência econômica tradicional e à noção de equilíbrio. Para estes, vários resultados finais são possíveis de acontecer, dependendo da sequência com que os eventos ocorrem ao longo do tempo.

⁵ “Man's life is activity; and as he acts, so he thinks and feels. This is necessarily so, since it is the agent man that does the thinking and feeling. Like other species, man is a creature of habits and propensities. He acts under the guidance of propensities which have been imposed upon him by the process of selection to which he owes his differentiation from other species. He is a social animal; and the selective process whereby he has acquired the

A utilização desse estoque comum de conhecimento tecnológico permite o indivíduo a tornar-se um trabalhador, no sentido produtivo. Para Veblen (1914), a força de trabalho é constituída por indivíduos que exercem funções produtivas, isto é, que são voltadas para a produção de bens e serviços úteis para a vida em sociedade - *à la* instinto de trabalho eficiente. O indivíduo, além de possuir características genealógicas, cognitivas e traços de habilidade e personalidade, é também resultado da vida em sociedade, das interações e do conhecimento acumulado coletivamente. A genealogia e as características herdadas dos indivíduos, segundo o autor, não são mais importantes do que o estoque de conhecimentos tecnológicos que é construído em comunidade.

O trabalhador (*workman*), operário (*labourer*), produtor (*producer*) ou provedor (*breadwinner*) são considerados, por Veblen (1914, p. 144), como “[...] agentes produtivos ou industriais”, criaturas de um sistema tecnológico, um marco do estado das artes industriais. Segundo o autor, o sistema tecnológico é uma “criação da vida em grupo.”. Os trabalhadores são detentores de habilidades pessoais, mas, principalmente, de estoques comuns de conhecimentos, o que possibilita a existência da moderna atividade econômica e industrial.

De acordo com Veblen (1898b; 1914), um indivíduo, para ser considerado produtivo, nunca está isolado, de modo que não haverá produção sem conhecimento tecnológico socializado. E, não havendo produção, não haverá formação de excedente (acumulação de riqueza). Dessa forma, o trabalho individual do proprietário de uma indústria ou de um indivíduo isolado não gera efeitos sobre a atividade econômica e a vida em sociedade, pois o conhecimento tecnológico está na comunidade industrial, na interação entre os indivíduos. Para o autor, um indivíduo não é produtivo sozinho e nem é autossuficiente com a propriedade que herdou ou adquiriu, ele depende de outras pessoas para sobreviver, gerar e acumular riqueza⁶.

Nesta concepção de estoque tecnológico comum, ou estoque comum de conhecimento, não existe somente uma relação do indivíduo com seu esforço e seu objeto de trabalho, mas com os conhecimentos acumulados na comunidade. “Mesmo onde não há cooperação mecânica, os homens sempre são guiados pela experiência dos outros”⁷ (VEBLEN, 1898b, p.

spiritual make-up of a social animal has at the same time made him substantially a peaceful animal” (VEBLEN, 1898b, p. 192-3).

⁶ Veblen (1898b) questiona se o proprietário, que é tido como “naturalmente” detentor da mão-de-obra do trabalhador e do terreno onde se encontra a sua propriedade, é também “dono” do trabalho produtivo do antigo caçador selvagem que criou animais neste mesmo local e que vivia nestas terras antes de terem sido cercadas. A crítica feita pelo autor está no fato de a maioria dos economistas ignorar os fatos precedentes sobre a origem das instituições, como no caso da propriedade privada. “The ‘natural’ owner is the person who has ‘produced’ an article, or who, by a constructively equivalent expenditure of productive force, has found and appropriated an object” (VEBLEN, 1898b, p. 353).

⁷ No original: “Even where there is no mechanical cooperation, men are always guided by the experience of others”.

353, tradução nossa). Para ocorrer a produção em qualquer economia, com pequenas ou grandes corporações, deve haver alguma forma de cooperação no trabalho, de compartilhamento de conhecimentos, de utilização coletiva das tecnologias e de difusão de técnicas.

O conhecimento tecnológico (ou tecnologia) traz elementos materiais (físicos), como a máquina, o equipamento, a ferramenta, mas também aspectos imateriais (sociais) que constituem o conhecimento acumulado, aprendido, e as diversas formas de utilização das tecnologias físicas. Esses elementos materiais e imateriais das tecnologias acumulam-se entre as gerações e estão sujeitos às mudanças no tempo conforme o contexto histórico e cultural da sociedade. “Portanto, a eficiência industrial, seja de um trabalhador individual ou da comunidade em geral, é uma função do estado das artes industriais”⁸ (VEBLEN, 1914, p. 145, tradução nossa).

A capacidade de a indústria produzir efeitos e gerar transbordamentos está no aspecto social dos indivíduos e das tecnologias que dependem do contexto institucional no qual estão inseridos, tal como a sociedade predatória-pecuniária ou o sistema capitalista de produção. A espécie humana esteve em contato com a tecnologia nas diversas etapas culturais, tanto nos primórdios, para auxiliar na sua sobrevivência, quanto no sistema industrial moderno, principalmente para obter eficiência (ligada à produtividade) nas atividades industriais.

3.2 A TECNOLOGIA NAS DIFERENTES ETAPAS CULTURAIS

Veblen (1898b) descreve a interação entre indivíduos e tecnologias pelo desenrolar do trabalho produtivo (industrial), isto é, pela transformação de “coisas” em “utilidades” para a vida em sociedade. É por isso que indústria, para o autor, representa mais do que um agregado de empresas que compõem um setor, mas abrange toda uma economia em seu sentido produtivo, isto é, a atividade voltada para a produção de utilidades para os indivíduos viverem em sociedade, com ênfase principalmente nos alimentos. Portanto, estando a produção ligada ao conhecimento tecnológico (tecnologia), ambos estiveram presentes nas diferentes etapas culturais sob distintos formatos, e não são meros frutos da sociedade moderna.

Diferente das outras espécies, o ser humano é responsável pela criação e utilização das tecnologias. Os avanços tecnológicos emergiram como aprimoramentos do desempenho de atividades operacionais. Mas, segundo Veblen (1898b), o progresso tecnológico por meio de

⁸ No original: “So that industrial efficiency, whether of an individual workman or of the community at large, is a function of the state of the industrial arts”.

ferramentas (*tools*) também possibilitou aos seres humanos se tornarem mais fortes, algo que antes era impossível diante da força natural das outras espécies.

Without tools he is not a dangerous animal, as animals go. And he did not become a formidable animal until he had made some considerable advance in the contrivance of implements for combat. In the days before tools had been brought into effective use—that is to say, during by far the greater part of the period of human evolution—man could not be primarily an agent of destruction or a disturber of the peace. He was of a peaceable and retiring disposition by force of circumstances. With the use of tools the possibility of his acquiring a different disposition gradually began, but even then the circumstances favoring the growth of a contentious disposition supervened only gradually and partially (VEBLEN, 1898b, p. 193-4).

Portanto, a relação entre as tecnologias e os indivíduos sempre esteve presente na trajetória da cultura humana. A evolução da relação entre indivíduos e tecnologias ocorreu, segundo Veblen (1914), de maneira gradual, em meio a diferentes limitações materiais (físicas) e imateriais (sociais), conforme o contexto geral (histórico, conjectural e institucional) da sociedade.

Cada comunidade possui um estoque de conhecimento comum acumulado conforme o estado das artes industriais. “O estado da arte industrial é um conjunto de conhecimentos derivados de experiências passadas, e é mantido e transmitido como uma posse indivisível da comunidade em geral”⁹ (VEBLEN, 2001, p. 19, tradução nossa). Mesmo que o aspecto material disponível (tecnologia física) seja o mesmo, podendo ser copiado e transplantado de um lugar para outro, o estoque de conhecimento acumulado do ponto de vista das tecnologias imateriais (sociais), da mesma forma que os conhecimentos populares e os hábitos de pensamento compartilhados, são diferentes no tempo e no espaço.

A tecnologia não é, portanto, um mero representativo da máquina, e já existia antes mesmo da instituição da propriedade. Na etapa histórica primitiva da cultura da selvageria-pacífica, existia uma interação incipiente entre indivíduos e tecnologias¹⁰. Com baixa divisão do trabalho, havia principalmente a presença da tecnologia imaterial, centrada na organização cooperativa das atividades produtivas. O estoque de conhecimento tecnológico comum dessa época é pequeno e básico, ligado às práticas de subsistência coletiva, aparecendo quase que

⁹ No original: “The state of the industrial art is a joint stock of knowledge derived from past experience, and is held and passed on as an indivisible possession of the community at large”.

¹⁰ Nem todas as sociedades desenvolvem-se a partir de um estágio de selvageria-pacífica. Segundo Veblen (1914), os europeus, por exemplo, já partiram de um contexto de acúmulo de conhecimentos e hábitos de pensamento que permitiram um domínio de uma tecnologia física relativamente avançada. Ou seja, antes de os europeus terem destaque com tecnologias físicas avançadas - marco da Revolução Industrial -, eles já estavam habituados a agir e a pensar em conformidade com conhecimentos tecnológicos e científicos (enraizamento institucional).

incidentalmente na rotina diária dos indivíduos de uma comunidade. Nesta fase, não existem ganhos individuais, contratações de trabalho e propriedades particulares (VEBLEN, 1914).

O autor não nega que neste nível cultural primitivo os indivíduos sejam portadores de adornos e objetos de uso pessoal. Mas esse fenômeno da “posse” não é institucionalizado, uma vez que não constitui um hábito de pensamento compartilhado entre todos os membros dessa comunidade. Da mesma forma, não existe a acumulação de riquezas e nem a busca por isso, de modo que o máximo que pode ser percebido é “[...] um acúmulo de bugigangas e objetos pessoais, dentre os quais, pelo menos em alguns casos, devem ser incluídas certas armas e talvez ferramentas”¹¹ (VEBLEN, 1914, p. 144, tradução nossa).

Nos primórdios da cultura humana existe, portanto, uma relação dos indivíduos tanto com as tecnologias materiais (físicas), tais como ferramentas elaboradas com ossos, pedras e madeiras, quanto com tecnologias imateriais (sociais), que abrangem formas cooperativas de organização do trabalho, com baixa especialização, com ausência de hierarquia e com presença de práticas voltadas para a subsistência da coletividade. Segundo Veblen (1914), nos primeiros anos do período neolítico, os indivíduos já haviam aprendido a produzir e a utilizar ferramentas e a desenvolver técnicas incipientes de pesca e caça. Essa “proficiência tecnológica” aproximava os indivíduos da comunidade por meio do compartilhamento de instrumentos, informações e formas de usos em prol do bem comum.

Com o passar do tempo, com o desenrolar e a extensão das atividades produtivas e o aumento populacional, os indivíduos aprenderam a fazer e a utilizar outros materiais (cerâmica, madeira), de modo que as tecnologias (instrumentos e técnicas) foram sendo aprimoradas e difundidas. O alcance dessa eficiência e proficiência tecnológica - em realizar as tarefas da melhor maneira possível dentro das possibilidades existentes (*à la* instinto de trabalho eficiente)¹² - envolveu a interação de tecnologias físicas e sociais, em nível individual (esforço e habilidade) e coletivo (intensidade, apercepção e domínio coletivo do conhecimento). Na etapa primitiva, apesar de os indivíduos competirem algumas vezes por pequenos lotes de terra ou por bens oriundos do trabalho, o tratamento hostil e os hábitos predatórios não eram institucionalizados.

¹¹ No original: “[...] An accumulation of trinkets and personal belongings, among which should, at least in some cases, be included certain weapons and perhaps tools” (VEBLEN, 1914, p. 144).

¹² “It [the instinct of workmanship] shows at its best, both in the individual workman's technological efficiency and in the growth of technological proficiency and insight in the community at large, under circumstances of moderate exigence, where there is work in hand and more of it in sight, since it is initially a disposition to do the next thing and do it as well as may be [...]” (VEBLEN, 1914, p. 33).

Por outro lado, o contexto histórico da era moderna industrial descreve novos hábitos de pensamento que se relacionam com outra realidade tecnológica. Conforme sintetizado na Figura 7, na fase predatória moderna, as tecnologias sociais envolvem principalmente uma grande divisão na organização do trabalho, especialização, poder e hierarquia nas relações de trabalho, práticas intensivas em máquinas e voltadas para o ganho pecuniário de um pequeno grupo. Estas são as formas de interação entre os indivíduos e as tecnologias físicas (máquinas, ferramentas e equipamentos industriais) nessa sociedade moderna.

Figura 7 - Tecnologias sociais e físicas

ETAPA TECNOLOGIAS	PRIMITIVA	PREDATÓRIA (INDUSTRIAL/MODERNA)
SOCIAIS	Formas cooperativas de organização do trabalho. Baixa especialização do trabalho. Ausência de hierarquia nas relações de trabalho. Práticas intensivas em mão-de-obra. Atividades conduzidas por aptidões individuais e coletivas.	Grande divisão na organização do trabalho. Elevada especialização do trabalho. Poder e hierarquia nas relações de trabalho. Métodos intensivos em máquinas. Atividades conduzidas por quem é dono dos bens materiais e imateriais.
FÍSICAS	Ferramentas e objetos de osso, pedra, cerâmica e madeira. Usadas <i>pelos</i> indivíduos.	Máquinas, ferramentas e equipamentos industriais. Usadas <i>para</i> os indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Veblen (1898a) observa que, na etapa primitiva, as tecnologias físicas facilitaram os meios e os usos “pelos” indivíduos, mas não necessariamente “para” os indivíduos. Ou seja, as tecnologias físicas eram utilizadas pelos indivíduos como meios de facilitar a vida em grupo. Entretanto, isso se modifica com o surgimento de uma sociedade predatória (bárbara e pecuniária), quando o uso das ferramentas industriais, de novos métodos de produção e organização (tecnologias físicas e sociais) se desenvolveram e se difundiram como forma de aumentar a produção “para” os indivíduos obterem ganhos econômicos e acumularem riquezas.

Segundo o autor, na etapa predatória, as tecnologias físicas deixam de ser usadas “pelos” indivíduos como ferramentas (instrumentos) facilitadoras para a vida em sociedade, e passam a existir “para” os indivíduos obterem, especialmente, excedentes individuais e demonstrarem poder. Nesta fase moderna da civilização, segundo Veblen (1914), não são mais as aptidões individuais e coletivas dos trabalhadores que ditam a organização econômica dessa sociedade, mas as relações de propriedade: “quem é dono do que”. Dessa forma, quando o sistema cultural

simples evolui para um sistema tecnológico mais complexo, surgem conjuntamente novas exigências e “[...] um novo esquema de instituições que governam as relações econômicas dos homens”¹³ (VEBLEN, 1914, p. 146, tradução nossa).

Essa espécie de transição gradual para um moderno sistema industrial, ou um sistema tecnológico mais amplo, é motivado por forças diversas. Segundo Veblen (1914), são forças “complexas e recônditas” que raramente são idênticas em todos os lugares. Por isso, tanto os aspectos materiais (máquinas) quanto imateriais (o que o autor denomina de “matéria-prima humana”) são diferentes entre as sociedades, de modo que não seja possível estabelecer um “curso normal” de uma trajetória de crescimento ou uma sequência típica de elementos que incluam “boas” instituições ou tecnologias.

Nos primórdios do sistema industrial, quando a indústria ainda é organizada com base nas aptidões e habilidades da mão de obra, existe uma certa independência social dos indivíduos no que se refere aos aspectos materiais (tecnologia física). Os trabalhadores interagem com os equipamentos e ferramentas ligados apenas às atividades que exercem, independentemente das demais. Em contrapartida, percebe-se, ainda nesta fase, uma dependência do estoque comum de conhecimento, principalmente da tecnologia no seu sentido imaterial (tecnologia social).

Para Veblen, a substituição do trabalho livre por um trabalho controlado pela grande indústria da etapa predatória-pecuniária exerce, em geral, uma grande força na compreensão da evolução cultural da sociedade. “De fato, pelo menos no domínio econômico, esta parece ter sido a mutação mais universal e mais radical pela qual a cultura humana sofreu ao avançar da selvageria para a civilização; e as causas disso devem ter um caráter igualmente universal e intrínseco”¹⁴ (VEBLEN, 1914, p. 147, tradução nossa).

Tal como nas formas de trabalho, as mudanças que ocorrem na evolução das sociedades acontecem de maneira gradual, e o avanço tecnológico é acompanhado por alterações nas instituições e nos indivíduos, de modo que esse conjunto interativo é o que descreve as diferentes etapas culturais. De acordo com Veblen (1914), ao mesmo tempo em que se modifica gradualmente o esquema tecnológico vigente, mudam-se também os hábitos de pensamento que, de um modo geral, acabam definindo “a direção do grande domínio tecnológico” dessa sociedade, isto é, a sua trajetória de desenvolvimento.

¹³ No original: “[...] a new scheme of institutions governing the economic relations of men”.

¹⁴ No original: “Indeed, at least in the economic respect, it appears to have been the most universal and most radical mutation which human culture by undergone in its advance from savagery to civilisation; and the causes of it should be of a similarly universal and intrinsic character”.

Segundo Veblen (1914), por conta principalmente de hábitos de pensamento da cultura predatória, ocorreram limitações ao avanço tecnológico ligado à manifestação do instinto de trabalho eficiente. Enquanto que, em certas culturas primitivas¹⁵, o desenvolvimento tecnológico fica “preso” ou “interrompido” (*arrested development*) basicamente pela indisponibilidade de aspectos materiais, nas culturas predatórias essas tecnologias físicas são facilmente encontradas, de modo que o fator central para a compreensão do desenvolvimento tecnológico moderno está nos aspectos imateriais. A maior relevância está na maneira como as tecnologias físicas são desenvolvidas e utilizadas, ou seja, na identificação das tecnologias sociais existentes que interagem com certos hábitos de pensamento socialmente compartilhados (instituições).

Veblen (1914) descreve que não há um ponto ou uma data definida para a ocorrência de uma mudança radical dos fenômenos “que guiam a vida econômica”. De qualquer modo, esse fato parece estar relacionado, segundo o autor, ao aprimoramento das tecnologias imateriais, isto é, com o surgimento de “métodos indiretos de produção” (tecnologias sociais), tais como: o cultivo sistemático do solo, a domesticação de animais e plantas, formas de organizar o trabalho e utilizar equipamentos industriais. Com esses avanços tecnológicos, na etapa predatória, surge também a acumulação de excedentes para o proprietário da tecnologia.

Segundo Veblen (1914, 1921), a base tecnológica moderna, da etapa predatória-pecuniária, normalmente fica no controle da “grande indústria”, que tem seus proprietários ligados apenas indiretamente ao processo produtivo. Quem detém a posse dos elementos materiais acaba, portanto, por possuir também a propriedade dos aspectos imateriais relacionados, tal como o conjunto de conhecimentos envolvidos na indústria. É por isso que a propriedade privada emerge como um fator estratégico e central no estado moderno das artes industriais.

As mudanças institucionais relacionadas ao estado industrial e à cultura pecuniária podem aparecer de diferentes formas. Entretanto, segundo Veblen (1914), seus resultados caminham para uma mesma direção: a propriedade de bens tangíveis, a exemplo do que ocorre

¹⁵ De acordo com Veblen (1914), em algumas culturas primitivas, como a dos esquimós, o desenvolvimento tecnológico é barrado pois alcança o limite do domínio tecnológico físico (material) que está disponível naquele contexto. Segundo o autor, na cultura esquimó, não houve evolução para uma indústria pecuniária e pautada na propriedade, mesmo havendo desenvolvimento tecnológico de alto nível de elaboração: especialização e acúmulo de conhecimentos e de equipamentos (barcos, trenós, animais, lanças) necessários para a vida em sociedade. Essa cultura primitiva dos esquimós envolve um sistema tecnológico de alto nível que garante a organização da sociedade, juntamente com um alto grau de cooperação e interesse no bem comum (VEBLEN, 1914).

nas civilizações ocidentais e diferente do que acontece nas culturas primitivas¹⁶. A instituição da propriedade na sociedade moderna pecuniária está ligada ao acúmulo de itens que conferem poder e riqueza, à emulação pecuniária e à mudança no temperamento e nos hábitos de vida das pessoas.

Para Veblen (1914), apesar de a tecnologia ter existido antes da propriedade (enquanto instituição), não foram os meros avanços tecnológicos que promoveram a institucionalização da propriedade na sua forma mais desenvolvida - como hábito de pensamento pecuniário socialmente compartilhado. Foi o contexto cultural predatório e o estado das artes industriais que originaram a instituição da propriedade e o sentido principalmente mecanizado da tecnologia.

Nesse sentido, as tecnologias, mesmo que em formatos físicos e sociais incipientes, já existiam em culturas primitivas e, portanto, são anteriores à formação da instituição da propriedade privada. Segundo Veblen (1914), diferentes traços de tecnologia podem ser encontrados em culturas onde a propriedade não é uma instituição presente, tal como no caso da sociedade primitiva, nas comunidades indígenas e de esquimós. De qualquer forma, a existência da tecnologia não está condicionada à presença da propriedade privada enquanto instituição com linhas pecuniárias (contexto capitalista).

Veblen (1914) não estabelece um juízo de valor sobre a propriedade privada. Não é a presença ou a ausência da propriedade em si que determinará a trajetória de uma sociedade. Segundo o autor, existem, por exemplo, culturas que não possuem a demarcação da propriedade privada, mas, em contrapartida, detêm um controle governamental coercitivo, um sacerdócio autoritário e uma forte divisão de classes, o que prejudica o bem-estar coletivo.

Com isso, Veblen (1914) não quer condicionar os aspectos negativos da evolução da sociedade moderna ao fato de existir ou não a instituição da propriedade privada. O problema maior do desenvolvimento cultural, para o autor, está nos grupos de indivíduos que exercem o poder sobre essas propriedades (inclusive das tecnologias) e nas formas como estes as utilizam¹⁷. Esses indivíduos exercem grande influência sobre o comportamento da sociedade, e

¹⁶ Segundo Veblen (1914), existem circunstâncias materiais peculiares que podem condicionar uma cultura a permanecer em níveis primitivos, tal como ocorreu com a comunidade indígena Pueblo, grupo de nativos norte-americanos do sudoeste dos Estados Unidos. Dentre os fatores materiais relacionados estão: a) habitat, que favorece o assentamento agrícola em locais isolados; b) local de habitação protegido de invasões externas; c) ausência de animais de carga, que poderiam permitir o deslocamento para longas distâncias e tornar a invasão atraente e lucrativa (VEBLEN, 1914).

¹⁷ Um argumento semelhante a este é feito por Chang (2008) ao reforçar que o importante para o desenvolvimento econômico não é a mera existência (forte ou fraca) dos direitos de propriedade, mas a habilidade de decidir quais e como os direitos de propriedade devem ser protegidos.

possuem meios diretos ou indiretos de manter ou ampliar as vantagens pecuniárias pessoais, em detrimento de ganhos sociais.

Dessa forma, a depender de como a tecnologia é usada e apropriada pelos indivíduos, ou seja, da interação entre tecnologias físicas e sociais e as instituições, poderão ocorrer avanços ou entraves ao desenvolvimento de uma sociedade. É por isso que as tecnologias estão relacionadas a um amplo conjunto de hábitos e de conhecimentos dos indivíduos, que podem ser de cunho tecnológico e também popular, constituindo um “sistema de tecnologia”.

3.3 O SISTEMA DE TECNOLOGIA VEBLENIANO

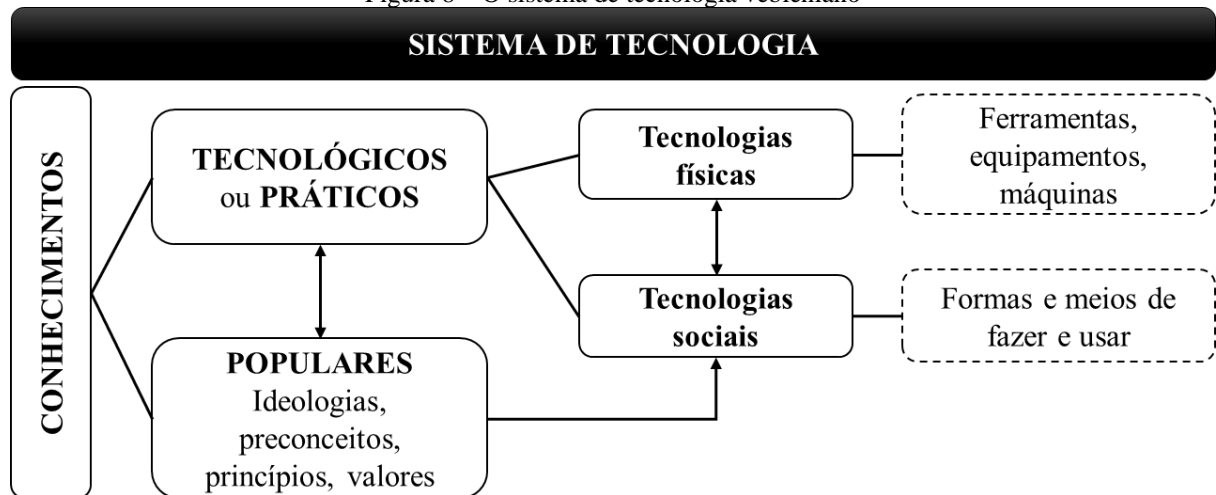
Os indivíduos possuem, além de instintos e hábitos, um “conjunto cumulativo de conhecimentos” constituído por saberes sistematizados, acumulados e sujeitos a mudanças ao longo do tempo. Conforme Veblen (1914), esse conhecimento é “seletivamente trabalhado, conectado e acumulado”, como se possuísse uma “ordem teleológica das coisas”¹⁸. Nesse sentido, os conhecimentos, apesar de serem passíveis de modificações, tendem a ser transferidos e acumulados entre as gerações como hábitos, muitas vezes sem maiores reflexões.

Para Veblen (1914), os conhecimentos passam por um esquema habitual de formas e meios e conduzem a um “sistema de tecnologia” (*system of technology*), constituído por rotinas internas e externas à indústria (principal modo de produção capitalista). Esse sistema de tecnologia está descrito no ambiente industrial dos trabalhadores, mas não está separado da vida em sociedade. Nesse sistema, portanto, os conhecimentos acumulados pelos indivíduos interagem com o contexto e estão sujeitos aos enraizamentos institucionais.

Veblen (1914) descreve esse sistema de tecnologia como um agregado de conhecimentos tecnológicos, práticos ou “de fato” (*matter-of-fact*), que incluem as tecnologias materiais ou físicas (ferramentas, equipamentos e objetos) e imateriais ou sociais (formas e meios de fazer e usar). Esse sistema também abrange os conhecimentos populares, que se referem às ideologias, preconceitos, princípios e valores, ou seja, é a “sabedoria convencional” (*conventional wisdom*) (Figura 8).

¹⁸ “For the large generality of human knowledge this will mean that the raw material of observed fact is selectively worked over, connected up and accumulated on lines of a putative teleological order of things, cast in something like a dramatic form. From which it follows that the knowledge so gained is held and carried over from generation to generation in a form which lends itself with facility to a workmanlike manipulation; it is already digested for assimilation in a scheme of teleology that instinctively commends itself to the workmanlike sense of fitness” (VEBLEN, 1914, p. 88-9).

Figura 8 – O sistema de tecnologia vebleniano



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Veblen (1914), essas formas de conhecimentos práticos estão presentes nas rotinas dos indivíduos trabalhadores (sentido produtivo) que buscam condutas eficientes, ou a chamada “eficiência tecnológica” (*technological efficiency*) - à la instinto de trabalho eficiente. Essa eficiência dependerá da forma como esses conhecimentos práticos interagem com os conhecimentos populares existentes.

É importante que se observe que essa noção sobre “prática” em Veblen não faz relação com uma possível dicotomia “conhecimento teórico *versus* prático”. Apesar de o autor não abordar a importância dos cientistas, dos professores e dos pesquisadores na formação dos conhecimentos operacionalizados na indústria, a teoria e a prática são compreendidas dentro de um mesmo conjunto de conhecimentos, que ele prefere chamar de conhecimento tecnológico ou prático. Tanto é assim que as tecnologias não são tidas apenas na sua esfera material, mas principalmente na sua concepção imaterial, nos seus diversos modos de fazer e usar.

Da mesma forma que as tecnologias físicas e sociais interagem, os conhecimentos tecnológicos sofrem influência dos conhecimentos populares, que são sabedorias convencionais que fornecem informações para as experiências de vida dos indivíduos e tornam-se, segundo Veblen (1914), quase que “entidades”.

Para o autor, são principalmente as experiências ou rotinas oriundas do processo cumulativo de conhecimentos tecnológicos que são usadas no desenvolvimento de condutas eficientes. Essa eficiência não está ligada à otimalidade¹⁹, mas ao melhor alcance possível das

¹⁹ Veblen afasta-se do princípio de otimalidade neoclássica que relaciona a maximização da utilidade com o alcance de um grau ótimo de bem-estar. Na concepção vebleniana, tanto a eficiência quanto o aspecto útil, várias vezes referenciados em suas obras, carregam um valor pessoal e ao mesmo tempo social, sem qualquer consideração sobre uma preferência que seja estável ou uma escolha que seja ótima.

utilidades básicas da vida em sociedade, que estão ligadas ao instinto de trabalho eficiente e ao trabalho produtivo (industrial). Isso forma aquilo que Veblen (1914) chama de “sistema tecnológico eficiente” ou “eficiência tecnológica”.

Em síntese, Veblen (1914) descreve que é possível considerar dois tipos de conhecimentos: a) tecnológicos ou práticos (de fato): são os conhecimentos ligados ao desenvolvimento e aos usos das ferramentas e matérias-primas no processo de produção; b) popular (de imputação): são as crenças e ideologias tidas como entidades verdadeiras, que agem por si mesmas. Conforme o autor, por mais que exista essa distinção, os indivíduos tendem a acreditar que ambos os tipos de conhecimentos são fatos de observação e de conhecimento prático, quando, na verdade, possuem origens e valores diferentes.

Em um primeiro momento, a tecnologia pode parecer resumida apenas ao conhecimento prático, como se transparecesse garantir sozinha a eficiência do trabalho e o desenvolvimento tecnológico de uma sociedade. Entretanto, segundo Veblen (1914), as duas categorias de conhecimentos, prático e popular, apesar de aparentemente parecerem contraditórias, são compatíveis em um mesmo objeto. O autor exemplifica isso com o caso de um oleiro que produz objetos de argila. O fabricante está ciente das qualidades e das formas de manipular as matérias-primas necessárias para a fabricação dos seus produtos (conhecimentos práticos ou tecnológicos). Entretanto, independente dessas características produtivas, os objetos finais de argila podem representar uma “entidade”, uma figura ou amuleto sagrado, com suas particularidades e quase personalidades (conhecimentos populares)²⁰.

Apesar de em um primeiro momento parecer que a lógica subjetiva e popular não interfere na utilidade direta (tecnológica e prática) do produto físico final (objeto de argila), isso modifica-se quando é pensado sobre os diversos usos que esse bem possa ter. Um vaso de argila pode, por exemplo, representar tanto um suporte para flores quanto um símbolo sagrado. O conhecimento popular e o conhecimento prático andam juntos e interagem mutuamente.

Não são menosprezadas as utilidades subjetivas atribuídas aos objetos durante o processo de formação individual, de familiarização e de habituação, como é o caso dos amuletos sagrados. Entretanto, quando é pensado no alcance de eficiência tecnológica e de avanços tecnológicos, Veblen (1914) reforça a importância dos conhecimentos tecnológicos (práticos).

Segundo o autor, o processo tecnológico possui um sentido laborioso que está presente na cultura industrial. Esse é o marco inicial do desenvolvimento da indústria, quando as tecnologias estavam relacionadas quase que unicamente aos conhecimentos práticos - *à la*

²⁰ “Even the clay in hand will have its pragmatic peculiarities and idiosyncracies which are duly to be respected; and, notably, the finished pot is an entity with a life-history of its own [...]” (VEBLLEN, 1914, p. 56-7).

instinto de trabalho eficiente. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico nem sempre segue essa lógica “produtiva”, uma vez que é um processo conduzido por indivíduos imersos em um quadro institucional, com interação entre os diversos tipos de conhecimentos.

Em sociedades em que os fenômenos tecnológicos são interpretados de uma forma puramente popular (também chamada de “antropomórfica”), ocorre a imputação de certas características subjetivas aos objetos e processos, uma espécie de “testemunho da propensão mundial à criação de mitos” (VEBLEN, 1914, p. 60). Além disso, os mitos estão mais sujeitos à curiosidade popular uma vez que possuem um fim em si mesmo e constituem uma manifestação do instinto de curiosidade vã (conhecer apenas por conhecer). Já o conhecimento tecnológico é, em geral, “pouco atraente”, não instiga a curiosidade popular (vã), sendo interessante apenas para quem o utiliza (VEBLEN, 1914).

Portanto, a iniciativa para o alcance de objetivos tecnológicos, como aqueles relacionados ao desenvolvimento econômico de um país, não é da tecnologia em si, mas dos indivíduos que estão imersos em um contexto cultural. A depender de como ocorre essa interação, poderão resultar (ou não) comportamentos eficientes voltados ao progresso tecnológico, produtivo e industrial.

Na maioria das vezes, os conhecimentos populares, também chamados por Veblen (1914) de “falsas-informações” (*pseudo-informations*), boicotam os comportamentos eficientes (no sentido produtivo), enquanto que os conhecimentos tecnológicos servem de base para os indivíduos conduzirem o trabalho de forma eficiente. Entretanto, isso está longe de ser uma regra, pois nada impede que emergjam certos conhecimentos tecnológicos (práticos) que venham a promover “utilidades não-industriais”, isto é, que não estejam voltados para atividades produtivas e para o bem-estar da sociedade – o que Veblen (1966) chama de “indústrias parasíticas”. Poder-se-ia pensar, o caso da bomba atômica.

Essa dinâmica do sistema de tecnologia e, portanto, a inexistência de uma evolução tecnológica no sentido unicamente positivo, decorre da interação com o sistema de instituições e o contexto cultural da sociedade. O sistema de tecnologia vebleniano interage com as instituições, de modo que nem sempre uma tecnologia pode ser reduzida a um comportamento eficiente, pois a tecnologia ultrapassa o seu aspecto físico e não age por si mesma. Os hábitos de pensamento compartilhados em uma sociedade interferem na consolidação de certos conhecimentos e na maneira como as tecnologias são apropriadas e utilizadas. Da mesma forma, as instituições podem ser influenciadas pela emergência de novos conhecimentos tecnológicos ou populares. É por isso que essa relação entre instituições, conhecimentos e tecnologias é contínua, mútua e evolutiva.

Veblen (1914) cita como exemplo as práticas de cultivo do milho nos Estados Unidos e nas ilhas de Polinésia. Segundo o autor, enquanto que, no primeiro caso, o milho distanciou-se da sua forma original (selvagem), passando por seleção e melhoramento nos grãos e nas formas de cultivo e colheita, na região da Polinésia houve uma certa “aptidão espiritual” no cultivo de plantas, com respeito ao curso natural dos fenômenos. Assim, em cada cultura e região existe uma apreciação maior ou menor por fenômenos mecânicos ou naturais, em convergência com o conhecimento disponível e com os hábitos de pensamento compartilhados nesta sociedade.

Esse distanciamento dos indivíduos da Polinésia com as máquinas, e a maior proximidade com a natureza, tende a se manifestar, segundo Veblen (1914), devido a um conjunto de sistemas filosóficos, cosmológicos, místicos e até científicos. Em outras palavras, o conjunto de instituições dessa sociedade interage com o seu sistema de tecnologia (conjunto cumulativo de conhecimentos). Para o autor, os conhecimentos são resultantes dessa interação com os hábitos de pensamento compartilhados, e este movimento pode (ou não) provocar um desvio (“viés”) do instinto de trabalho eficiente, isto é, de comportamentos eficientes voltados para vida em sociedade.

Enquanto que as plantas e os animais seguem esquemas naturais, a vida da espécie humana não está condicionada unicamente ao progresso biológico. Segundo Veblen (1914), em uma primeira impressão, o cultivo da lavoura e a criação de animais exige dos indivíduos apenas o conhecimento do tempo e o exercício da paciência para que os processos se desenvolvam. Mas, conforme o autor, esse processo não é um mero acontecimento biológico feito “de olhos vendados”, pois em todo o lugar existe o instinto de trabalho eficiente, isto é, a propensão humana em realizar as atividades de maneira eficiente. Portanto, as tecnologias presentes na pecuária, na indústria, ou em quaisquer outras atividades produtivas, são resultantes de uma “propensão permanente” dos indivíduos “em tornar as coisas úteis” – instinto de trabalho eficiente (VEBLEN, 1914, p. 79).

Por mais incipiente que seja uma tecnologia, como no caso da etapa primitiva, ela não pode ser generalizada como um fenômeno antropomórfico. Veblen (1914) exemplifica isso com o caso das pedras em uma sociedade primitiva que, para possuírem utilidade prática, precisam ser pensadas e usadas como conhecimento tecnológico (tecnologia física e social). Essas experiências tecnológicas (práticas) surgiram aos poucos, de maneira muitas vezes acidental, pois os indivíduos não sabiam de imediato como sistematizar os fatos e nem possuíam meios para isso. Em contrapartida, existem regiões, segundo o autor, em que ainda preponderam conhecimentos populares (interpretações antropomórficas) sobre a tecnologia, o trabalho e a vida humana. Na maior parte desses casos, quando os conhecimentos populares se sobressaem

aos conhecimentos tecnológicos, o desenvolvimento tende a ficar “interrompido” (*arrested development*).

Nesse cenário pautado nos mitos, na religião, nas lendas e nas magias, os objetos e as crenças são vistos como fenômenos que “falam por si”, como entidades que possuem um conteúdo quase que espiritual. Vale ressaltar que, conforme Veblen (1914), nem mesmo os mitos e as magias são fenômenos “autodirigidos”, pois precisam recorrer à intervenção das pessoas para acontecerem ou serem propagados. Um objeto qualquer (objeto de cerâmica, pedra, papel, cordão, etc.) precisa ser posto nas mãos de indivíduos, aos seus olhares ou falas (orações, rituais) para ter sentido. São os indivíduos, com suas particularidades e sociabilidades, que são os detentores de uma propensão laboriosa de fazer as coisas, o que implica na inter-relação entre aspectos materiais e imateriais.

Com base nisso, o entrave tecnológico não está na ausência dos recursos materiais em si, mas na forma como estes “recursos inanimados” são usados por “agentes animados” - indivíduos com suas particularidades, crenças, valores e hábitos. “Todas as concepções que excedem o escopo do fato material são inúteis para a tecnologia e, na medida em que tais concepções são introduzidas no volume de informação esboçado pelo trabalhador, elas se tornam obstrutivas”²¹ (VEBLEN, 1914, p. 85, tradução nossa).

Dessa forma, para Veblen (1914), além do obstáculo à eficiência tecnológica (produtiva) ser encontrado em sociedades onde predominam conhecimentos populares, também é identificado quando proliferam-se conhecimentos e hábitos de pensamento pecuniários que barram a realização de condutas eficientes. Nessas sociedades enaltecidas de mitos e de objetos, existe uma interpretação peculiar e viesada do instinto de trabalho eficiente, pois “acredita-se que objetos externos façam coisas; ou melhor, acredita-se que eles são vistos fazendo coisas”²² (VEBLEN, 1914, p. 53, tradução nossa).

A inovação tecnológica (física e social; material e imaterial) por si só não é capaz de promover o progresso do bem-estar coletivo, pois depende das “formas e dos meios” seguidos por ela, ou seja, de como os indivíduos conduzem as tecnologias, se é em prol do aprimoramento da eficiência voltado para a vida individual (emulação) ou para o bem-estar da sociedade.

In the process of gradual amelioration which takes place in the articles of his consumption, the motive principle and the proximate aim of innovation is no doubt the higher efficiency of the improved and more elaborate products for personal comfort and well-being. But that does not remain the sole purpose of their

²¹ No original: “All conceptions that exceed the scope of material fact are useless for technology, and in so far as such conceptions are intruded into the body of information drawn on by the workman they become obstructive”.

²² No original: “External objects are believed to do things; or rather it is believed that they are seen to do things”.

consumption. The canon of reputability is at hand and seizes upon such innovations as are, according to its standard, fit to survive (VEBLEN, 1912, p. 74).

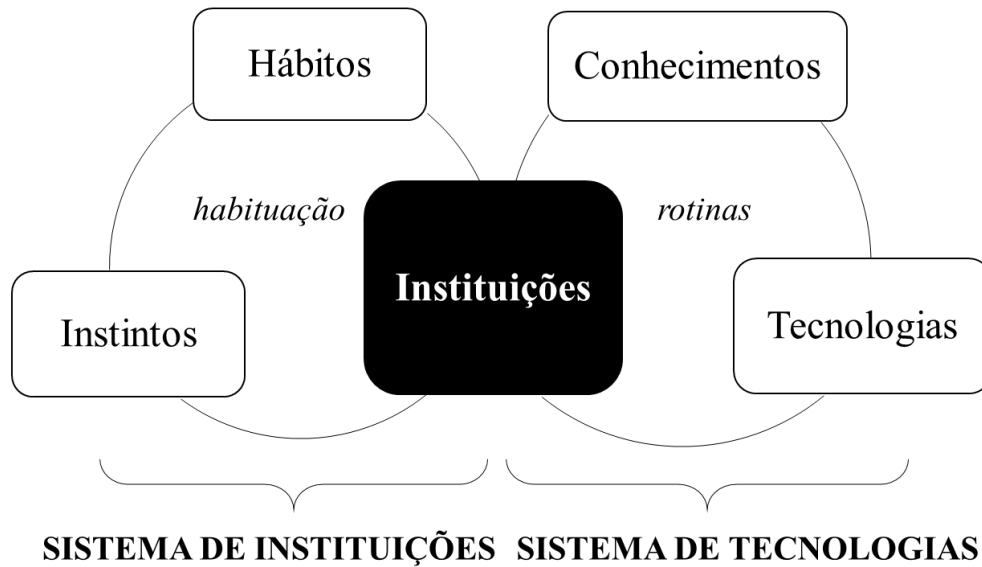
Uma vez que o “cânone da reputação” é constituído de instituições pecuniárias, mais precisamente, de indivíduos guiados pela emulação pecuniária, isso também se reflete nas inovações dos produtos e serviços. Segundo Veblen (1914), o instinto de trabalho eficiente será manifestado em seu formato original em sociedades com hábitos de pensamento voltados para a eficiência das atividades e das tecnologias em prol da vida humana em sociedade, e não unicamente no bem-estar individual.

O processo de habituação cumulativa resultante nas instituições promove consequências significativas para o crescimento e a direção do conhecimento tecnológico. Não é apenas a propensão instintiva ou a presença isolada de uma tecnologia física que terá força na dinâmica do desenvolvimento, mas a interação destes com os hábitos de pensamento socialmente compartilhados.

Therefore the habits formed in any line of experience, under the guidance of any given instinctive disposition, will have their effect on the conduct and aims of the workman in all his work and play; so that progress in technological matters is by no means an outcome of the sense of workmanship alone (VEBLEN, 1914, p. 40).

Assim, não há como vincular o progresso tecnológico apenas à disponibilidade de uma tecnologia física ou à existência do instinto de trabalho eficiente. Isso porque o instinto é onipresente à espécie humana, mas a sua manifestação depende dos hábitos de pensamento compartilhados nessa sociedade, que também interferem no desenvolvimento tecnológico e assim por diante. Conforme a Figura 9, as instituições interferem e conectam o “sistema de tecnologias” - interação via rotinas entre conhecimentos e tecnologias - e o “sistema de instituições” - interação via processo de habituação entre instintos e hábitos.

Figura 9 – Os sistemas de instituições e de tecnologias



Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de habituação social e das rotinas compõe o ambiente dinâmico e processual em que as instituições são formadas e mantidas. Da mesma forma que as instituições são conduzidas pela interação entre hábitos e instintos, elas também interferem na expressão, viesada ou não, dos instintos humanos e de padrões de vida em sociedade.

Essa é a lógica vebleniana presente no sistema de instituições e que está em interação com o sistema de tecnologias. As instituições interferem na formação e propagação de certos conhecimentos humanos (populares e práticos) e tecnologias (físicas e sociais). Da mesma forma, os indivíduos e seus conhecimentos, por meio de rotinas, aprendizados e experiências, podem provocar mudanças nas instituições. Portanto, apesar de não apontar para relações simples, determinísticas e unívocas, a percepção vebleniana de interação entre os sistemas de instituições e de tecnologias traz as instituições, no sentido de hábitos de pensamento compartilhados entre os indivíduos de uma sociedade, como um importante marco analítico do desenvolvimento.

Podem ocorrer casos em que certas instituições reforcem determinados padrões de conhecimentos populares que interfiram negativamente no progresso tecnológico. Isso, de acordo com Veblen (1914), poderia barrar a eficiência tecnológica, ou seja, os comportamentos eficientes ligados ao alcance dos fins básicos da vida, ao trabalho produtivo e útil para a vida em sociedade (*à la* instinto de trabalho eficiente e instinto de inclinação parental). Esse seria o cenário institucionalmente enraizado que é descrito por Veblen para a sociedade moderna

industrial pecuniária – contexto norte-americano entre fins do século XIX e início do século XX²³.

Porém, é importante ressaltar que nem sempre as instituições são entraves ao desenvolvimento tecnológico e que o avanço tecnológico nem sempre é condutor de comportamentos eficientes, no sentido de estarem relacionados ao alcance eficiente dos fins básicos da vida em sociedade. Apesar de Veblen evidenciar, ao considerar o seu contexto cultural, que os conhecimentos tecnológicos estariam relacionados, em geral, com o avanço e a eficiência tecnológica, e que os conhecimentos populares e os hábitos de pensamento enraizados podem barrar este processo, nada impede que o contrário ocorra, a exemplo das utilidades não-industriais e das indústrias parasíticas que são criadas no decorrer do progresso tecnológico.

²³ Mesmo que o contexto americano e mundial atual seja outro, percebe-se que certas instituições e níveis de poder ainda persistem. “Destarte, é óbvio que os Estados Unidos de Veblen ficaram para trás há algum tempo. Entretanto, também é importante para esse trabalho notar que o mundo de hoje não guarda uma distância inultrapassável com aqueles tempos, em que a atual maior potência mundial tomava esta posição entre os países desenvolvidos daquela época - os quais, aliás, em boa medida, são os mesmos de hoje” (CAVALIERI, 2009, p. 18).

4 VEBLLEN E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Os indivíduos, as tecnologias e as instituições, como já abordados nos capítulos anteriores, são pilares da compreensão vebleniana sobre o processo de desenvolvimento, por vezes chamado pelo autor de “desenvolvimento cultural”. Veblen não pressupõe uma trajetória única de desenvolvimento, a melhor tecnologia ou a instituição ideal a ser adotada. Ao considerar a história e o contexto da sociedade norte-americana, na passagem do século XIX para o século XX¹, o autor constrói sua análise para compreender como aquela sociedade se desenvolve por meio da percepção da mudança e do enraizamento institucional.

Em um de seus primeiros ensaios, *The Instinct of Workmanship and the Irsksomeness of Labor*, Veblen (1898a) lança as bases do seu entendimento sobre a evolução das sociedades e traz à tona uma noção embrionária do processo de desenvolvimento pautada na relação entre elementos materiais e imateriais. Para o autor, uma mudança nas condições materiais de uma sociedade apenas irá proporcionar impactos na sua trajetória de desenvolvimento se esta envolver também os aspectos imateriais, tais como os hábitos dos indivíduos.

No pensamento vebleniano, o ser humano não é isolado em sua “individualidade”, nem um ser natural ou divinamente criado. Veblen, ao considerar o indivíduo como um ser social, não ignora a sua capacidade de individualização na construção de sua própria identidade e personalidade. Mas ressalta a existência de uma “personalidade penetrante”, que perpassa por esferas pessoais e sociais.

É relevante notar que essa importância concedida aos indivíduos na construção analítica de Veblen nada tem a ver, portanto, com o individualismo metodológico, uma vez que o ponto de partida não é o indivíduo isolado, num ambiente estático, e racionalmente perfeito. O ponto de partida vebleniano é um processo de interação entre indivíduos, instituições e tecnologias, uma vez que os indivíduos vivem em sociedade e interagem com aspectos materiais e imateriais, com seus instintos e hábitos, sem uma lógica unívoca.

Da mesma forma que o processo de desenvolvimento vebleniano não é tido como um fenômeno individual, ele também não é unicamente material ou econômico. Veblen (1906) não acredita que a vida da sociedade seja um mero resultado dos fenômenos econômicos - como se os fatos econômicos determinassem a vida em sociedade. De acordo com ele, a história do desenvolvimento unicamente “econômico” (*economic development*) não implica na história de

¹ Veblen escreve em um contexto de ascensão da liderança capitalista norte-americana, durante fins do século XIX, no chamado “Gilded Age”, e o início do século XX, período denominado de “Era Progressista”. Sobre uma interpretação de Veblen com ênfase na contextualização histórica norte-americana, ver Cavalieri (2009).

vida da sociedade, pois os fenômenos “econômicos”, que para o autor estão relacionados apenas aos aspectos materiais, são resultados da vida dos indivíduos em sociedade, e não o contrário.

Essa é uma das justificativas encontradas para o fato de Veblen não utilizar o termo desenvolvimento com o qualificador “econômico”, de forma a não condicionar este fenômeno apenas a um elemento específico. Por outro lado, apesar do advento da vida em sociedade ser um fenômeno muito maior do que a economia, esta última exerce uma grande influência no processo evolutivo.

Nas obras *The Theory of Business Enterprise* (1904), *The Vested Interests and the Common Man* (1919a) e *Engineers and the System Price* (1921), Veblen descreve sua compreensão sobre o desenvolvimento da sociedade industrial moderna, relacionando-o ao contexto institucional pecuniário e ao chamado “estado das artes industriais” - o capitalismo na sua forma desenvolvida. Essa etapa cultural é caracterizada por um conjunto de sistemas interligados de instituições e de tecnologias, marcados principalmente pelo enraizamento social de hábitos de pensamento pecuniários difundidos por uma classe ociosa ou por um grupo de indivíduos denominados de “homens de negócios”. Essas intuições pecuniárias, centradas principalmente na emulação pecuniária, na distinção de poder e de classes econômicas, encontram-se incrustadas na sociedade, isto é, fazem parte da vida habitual do indivíduo comum, das organizações, das relações de mercado, do ambiente político, privado e público.

Desta forma, não basta olhar apenas para as condições materiais disponíveis, pois a capacidade produtiva de uma sociedade depende, de acordo com Veblen (1919a), do contexto institucional que compõe uma determinada etapa cultural. Este aparato institucional é descrito pelo autor ao considerar o desenvolvimento do sistema industrial moderno marcado principalmente pela interação entre indivíduos (homens de negócios), tecnologias (mecanização) e instituições (pecuniárias).

4.1 A SOCIEDADE PECUNIÁRIA E O SISTEMA INDUSTRIAL MODERNO

Veblen (1915, 1966) reconhece que as análises mais profundas sobre o desenvolvimento das sociedades ultrapassam a esfera econômica, sem negar a sua importância. Segundo ele, essas análises interdisciplinares estavam, na sua época, mais próximas dos estudos de sociólogos do que de economistas. É por isso que, diferente de atentar apenas para as atividades e transações econômicas, Veblen busca elementos de outras ciências tais como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, para compreender a ampla influência da força industrial moderna, material e imaterial, no desenvolvimento cultural da sociedade.

A indústria moderna é, segundo Veblen (1915), o grande marco do estado das artes industriais – sistema capitalista desenvolvido, centrado na acumulação de capital e na geração de excedentes. Com a Revolução Industrial, o sistema industrial passou a constituir a estrutura material da sociedade moderna, tendo a “empresa industrial” (*industrial enterprise*), que posteriormente veio a ser chamada de “empresa de negócios” (*business enterprise*)², como a força responsável pelas condições estruturais da sociedade. A empresa industrial representa, portanto, a indústria no início do seu desenvolvimento, com o foco principal na eficiência da atividade produtiva; enquanto que a empresa de negócios constitui o desenvolvimento moderno da indústria, com objetivos principalmente pecuniários (geração de excedentes financeiros).

Ao longo de suas obras, Veblen (2001) não se preocupa em apresentar modelos de sucesso, mas fortalece sua ideia de que o desenvolvimento da sociedade pode seguir trajetórias em prol da manutenção das condições básicas da vida humana ou trilhar caminhos que prejudiquem a própria sobrevivência da espécie. É por isso que o autor tem preocupação com as atividades produtivas que compõem o sistema industrial, que são ligadas basicamente aos setores responsáveis pela produção e fornecimento do “bem-estar material” (*material welfare*) da sociedade. Na época, os principais setores vistos como pertencentes a esse sistema industrial (atividades produtivas) eram: transporte e comunicação; produção e uso industrial de carvão, petróleo, eletricidade ou água; produção de aço e outros metais; extração e beneficiamento da madeira; cimento e outros materiais de construção; têxteis e borracha; moagem e cultivo de grãos; criação de gado e produção da carne (VEBLEN, 2001).

Para além de apontar setores e tecnologias físicas, a força produtiva da sociedade industrial descrita por Veblen é marcada também pela tecnologia social, que abrange as formas processuais de operação das máquinas e utensílios e de organização e divisão das atividades econômicas. A empresa moderna (“de negócios”), apesar de envolver esses diferentes tipos de tecnologias, possui uma configuração distinta do seu formato original. Isso porque, conforme a Figura 10, a sociedade moderna industrial é caracterizada por um contexto institucional essencialmente pecuniário, em que a grande corporação industrial é comandada por “homens de negócios”.

² A tradução brasileira (1966) do livro de Veblen “The Theory of Business Enterprise”, originalmente publicado em 1904 (com versão disponível da edição de 1915), adota a nomenclatura “empresa industrial” como tradução para “business enterprise”. Entretanto, da mesma forma que Veblen diferencia os empresários dos primórdios do desenvolvimento industrial daqueles da sociedade moderna (homens de negócios), a empresa industrial (*industrial enterprise*) difere no seu tempo e na sua essência da empresa de negócios (*business enterprise*) - ainda que sob a ótica de uma “mesma” empresa.

Figura 10 - Elementos da sociedade moderna industrial

SOCIEDADE MODERNA INDUSTRIAL	
INDIVÍDUOS	Figura principal: homens de negócios
TECNOLOGIAS	Físicas: máquinas e equipamentos Sociais: modos de operar (processos)
INSTITUIÇÕES	Pecuniárias → emulação, propriedade, hierarquia, poder, consumo conspícuo, prosperidade, ócio, etc.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse traço pecuniário dos hábitos de pensamento na sociedade moderna industrial é refletido na emulação, na propriedade, na hierarquia socioeconômica, no grau de poder, no consumo conspícuo, no entendimento sobre o que é a prosperidade na vida, no ócio conspícuo traduzido na ostentação, no desprezo por atividades laborais com esforço físico, etc. No decorrer de suas obras, Veblen aponta a classe ociosa e os homens de negócios como os responsáveis por propagar padrões de comportamento e fortalecer esses hábitos pecuniários (“conservantismo institucional”). Portanto, sendo o sistema industrial moderno o principal responsável pelo fornecimento das condições materiais de uma sociedade, é relevante investigar os elementos que o compõem, tal como os homens de negócios que estão à frente das principais decisões.

4.1.1 Indivíduos: o comando dos “homens de negócios”

A empresa é uma organização formada por indivíduos com suas particularidades, crenças, hábitos e conhecimentos. Na sociedade americana do século XX descrita por Veblen (1904), quem está à frente dessa grande estrutura industrial é o “homem de negócios” (*business man*), por vezes chamado de empreendedor (*entrepreneur*)³. Este teria a função de coordenar os processos industriais de forma eficiente (*à la* instinto de trabalho eficiente), mas não é assim que ocorre na maioria das vezes numa sociedade moderna pecuniária.

O papel do empresário se altera no desenrolar da sociedade industrial por conta principalmente de mudanças nos hábitos de pensamento socialmente compartilhados (leia-se: instituições). Na tentativa de compreender os fenômenos econômicos e as mudanças institucionais, Veblen investiga o comportamento dos homens de negócios, uma vez que eles

³ Empreendedor (*entrepreneur*), na definição de Veblen (2001, p. 20), é um termo técnico para qualificar o indivíduo “que cuida do fim financeiro das coisas”.

exercem grande influência na economia e na trajetória de uma sociedade. Ou seja, o sistema industrial constitui a estrutura material da sociedade e os homens de negócios não controlam apenas as atividades e os indivíduos internos à indústria. “Assim, pois, em torno dele e do seu destino giram os permanentes interesses da humanidade civilizada” (VEBLEN, 1966, p. 2).

Veblen (1904; 1921) utiliza diferentes expressões para referir-se aos indivíduos que estão envolvidos com as atividades econômicas no decorrer do desenvolvimento industrial. Os “capitães da indústria” (*captains of industry*), ou “homens de negócios familiares”, são os indivíduos proprietários e também condutores das atividades industriais e financeiras nos primórdios da atividade industrial. Estes são representados pela figura do empresário, o proprietário e o gerenciador da pequena e média empresa (“empresa industrial”), que depende do bom funcionamento desse negócio para sua sobrevivência e de sua família, que é também inventor, projetista e construtor de fábricas, máquinas, motores, ferramentas e processos.

Enquanto isso, os “capitães das finanças” (*captain of finance*), “homens de negócios”, “financiadores corporativos” ou “empreendedores modernos”, são os gestores das finanças das grandes corporações modernas, e na maior parte das vezes não são seus donos e nem mesmo os seus acionistas. Esses homens de negócios tomam decisões com foco principal no lucro (meta) individual e pouco conhecem da realidade produtiva do sistema industrial. Essa percepção moderna dos negócios (“empresa de negócios”) acaba, segundo Veblen (2001 [1921]), reduzindo a figura do “produtor” (*producer*) ao do “gerente financeiro” (*financial manager*), quando, na verdade, o produtor é quem participa diretamente da produção real (economia real).

Segundo Veblen (2001), o início do desenvolvimento industrial, antes da difusão da especialização no trabalho e da grande escala dos negócios, não havia uma separação notória entre os “especialistas industriais” e os “gerentes de negócios”. Entretanto, com o passar do tempo, houve uma diferenciação de funções e de poderes entre aqueles que projetavam e controlavam os processos tecnológicos e industriais (gestão industrial) e aqueles responsáveis pela comercialização e finanças (gestão de negócios). Assim, os meios (como) pelos quais as atividades industriais deveriam ser conduzidas passou a ficar à cargo dos especialistas industriais, enquanto que a gerência dos negócios (o que, quanto, quando e para quem deveria ser produzido) ficou sob responsabilidade dos homens de negócios.

Os capitães das finanças empregam os especialistas industriais e, segundo Veblen (2001), utilizam os conhecimentos tecnológicos destes últimos para transformá-los em ganhos individuais. O resultado disso foi o uso ineficiente da capacidade produtiva do sistema industrial frente às condições básicas da sociedade. Os motivos principais para essa restrição à produção foram a busca por manter um preço lucrativo, frente ao aumento da produtividade decorrente

da mecanização, e um aumento na exigência do nível de conhecimento tecnológico requisitado pelo moderno sistema industrial (VEBLEN, 2001).

Decorrente desse alto grau de exigência, os modernos capitães optaram em manter os preços em níveis lucrativos por meio da restrição à produção a um nível abaixo das necessidades da comunidade, abaixo da capacidade produtiva industrial, ao invés de diminuir os custos por unidade produzida. Isso porque esta última alternativa exigiria formas e meios mais demorados e habilidosos, com conhecimentos práticos dos quais os homens de negócios não teriam maior domínio – o que Veblen (2001) chama de “ignorância técnica”.

Segundo Veblen (2001), esses capitães financeiros (homens de negócios) não apenas são ignorantes tecnicamente como também criticam os conhecimentos tecnológicos apontados pelos especialistas industriais. Conforme o autor, são os homens de negócios que comandam as estratégias da indústria e decidem pela contratação de trabalhadores; já os especialistas industriais (trabalhadores) são os responsáveis pelo funcionamento do sistema e pela geração de lucros dos homens de negócio.

Dessa forma, na sociedade moderna industrial, quem permanece ligado à esfera produtiva são os trabalhadores, os “especialistas industriais” ou “engenheiros da produção”⁴, que incluem os indivíduos vinculados às atividades de produção, desde pesquisadores, inventores, técnicos, especialistas, até operários do processo industrial. Estes são conhecedores do sistema produtivo, mas não possuem poder de decisão sobre os negócios e as atividades da indústria.

Com o avanço da mecanização e dos mercados e com a mudança nos hábitos de pensamento, os negócios passaram a ter formatos variados, estando mais susceptíveis às manipulações e sabotagens. Os homens de negócios, especialistas em finanças e manipulações estratégicas, passaram a tomar decisões com o objetivo principal de obter lucro individual e não necessariamente melhorar o desempenho ou a eficiência (*à la* instinto de trabalho eficiente) da empresa. Disso decorre o processo que é denominado por Veblen (2001) de “sabotagem industrial”⁵ ou “sabotagem capitalista”.

⁴ De acordo com Wiebe (1967 apud CAVALIERI, 2015), no contexto histórico da Era Progressista, havia uma “tendência à profissionalização”, em que os detentores do saber estavam representados por “especialistas”, tais como os engenheiros, os médicos, os advogados, os professores e os cientistas.

⁵ Na obra “The Engineers and the Price System”, Veblen (2001) descreve que a palavra “sabotagem” - do francês sabot que significa sapato de madeira, o qual provoca um andar lento, arrastado, desordenado - é utilizada para descrever “manobras de desaceleração, ineficiência, confusão e obstrução”. No contexto moderno americano, essa palavra era popularmente vinculada apenas à prática de obstrução forçada (greves) ou violenta oriunda de trabalhadores nas fábricas. Entretanto, segundo o autor, essa percepção é limitada, pois condiciona a sabotagem a um processo oriundo unicamente de “trabalhadores rebeldes e desorganizados”, esquecendo que importantes grupos organizados e estratégicos podem sabotar de maneira ainda mais significativa e violenta (mesmo que não no seu sentido literal) o processo industrial.

Esse processo de sabotagem industrial vai muito além de considerar atos rebeldes de trabalhadores ou de concorrentes que resolvem barrar a eficiência de uma indústria por prática criminosa ou trapaceira. Segundo o autor, existem estratégias deliberadas que sabotam o sistema industrial de maneira disfarçada e, por vezes, ainda mais violenta. São métodos estratégicos comandados por homens de negócio que passam despercebidos pela maioria da sociedade. A sabotagem industrial, no sentido vebleniano, é um comportamento humano estratégico que é encontrado principalmente na classe capitalista por meio de um sistema deliberado de estratégias que reduzem a eficiência da produção industrial sob a imagem de uma “gestão industrial pacífica” (VEBLEN, 2001).

As sabotagens capitalistas, da mesma forma que as greves trabalhistas, normalmente não constituem fatos ilegais, e decorrem de uma vantagem ou privilégio pertencente a uma classe. De acordo com Veblen (2001), enquanto que os trabalhadores (operários), na maior parte das vezes, sabotam o sistema industrial por conta de reivindicações sociais e direitos trabalhistas (salários, jornadas, condições de trabalho, etc.), os homens de negócios costumam usar a sabotagem como forma de auferir ganhos pecuniários individuais em detrimento de ganhos produtivos coletivos. Segundo o autor, esse tipo de sabotagem industrial é comum na sociedade capitalista constituída por um “sistema de preços e negócios”, caracterizando-se inclusive como um fato “natural”, que é sancionado e acreditado socialmente.

A sabotagem capitalista decorre da institucionalização de hábitos de pensamento pecuniários e pode ser utilizada para manter estrategicamente o sistema de preços a um nível lucrativo. Segundo Veblen (2001), a garantia dos lucros do mercado exige um controle da taxa e do volume de produção da indústria, o que envolve formas e meios de manutenção deliberada da ociosidade dos recursos por parte dos homens de negócios – é a sabotagem⁶. Existe, portanto, um distanciamento entre a indústria moderna (empresa de negócios) e os seus processos produtivos, apesar de ambos pertencerem a um mesmo sistema industrial.

Por mais que os homens de negócios não detenham a propriedade física da indústria, isto é, não sejam os “donos” da máquina, dos equipamentos, da mão de obra e da estrutura material, eles detêm o seu controle.

Daí seguem-se dois resultados: as fortunas dos proprietários de bens acham-se em grande medida na dependência de outros – os proprietários de bens intangíveis; e a administração do equipamento industrial tende a concentrar-se nas mãos de homens que não possuem equipamento industrial, e que têm apenas interesse remoto no

⁶ “And the ways and means of this necessary control of the output of industry are always and necessarily something in the nature of sabotage - something in the way of retardation, restriction, withdrawal, unemployment of plant and workmen - whereby production is kept short of productive capacity” (VEBLEN, 2001, p. 8).

funcionamento eficiente desse mesmo equipamento. O ativo daqueles que possuem menos, ou que possuem apenas bens materiais, é administrado por aqueles que possuem mais, especialmente sob forma de bens imateriais; os processos materiais da indústria acham-se sob o controle de homens cujo interesse se concentra na valorização dos bens imateriais (VEBLEN, 1966, p. 88-9).

Além disso, segundo o autor, os homens de negócios possuem ganhos de diversas fontes, de modo que as suas fortunas não estejam dependentes dos resultados de apenas uma empresa. É por isso que a ocorrência de uma depressão econômica, que possa resultar por exemplo na falência ou na venda de uma empresa, nem sempre é motivo de grande preocupação por parte desses homens de negócios⁷. Inclusive, certas perturbações podem ser desejadas por grupos que ganham financeiramente com esses episódios. “A depressão [econômica] é, precipuamente, uma doença da afetividade dos homens de negócios” (VEBLEN, 1966, p. 121).

Portanto, na moderna fase industrial, ocorre um distanciamento entre os interesses dos homens de negócios (*vested interests*) daqueles pertencentes aos indivíduos ligados à atividade produtiva industrial e à sociedade comum.

O interesse da comunidade em geral requer a eficiência industrial e a utilidade da produção; ao passo que o interesse comercial da empresa em si exige a vendibilidade da mesma produção; e o interesse dos homens que dispõem em última instância da direção dessas sociedades anônimas exige a vendibilidade dos títulos que representam o seu capital (VEBLEN, 1966, p. 80).

O autor descreve essa divergência de interesses com grande preocupação, pois podem existir situações em que os interesses pessoais dos capitães das finanças entrem em confronto com os interesses produtivos da corporação. Uma administração ruim (priorização pelo enriquecimento pessoal) pode, por exemplo, ser conduzida propositalmente com a justificativa de existirem fatores externos ou impactos negativos de uma crise⁸. Esse distanciamento de interesses, segundo o autor, conduz ao retardo de processos de desenvolvimento da indústria, com impactos negativos para toda a sociedade, pois o preço, a variedade e o volume de produção dos bens e serviços passam a ser determinados principalmente pela previsibilidade de lucros aos homens de negócios.

⁷ Veblen (1966) considera as crises como fenômenos inerentes à modernidade industrial pecuniária centrada na geração de excedentes. Nas palavras de Veblen (1966, p. 15), os homens de negócios “[...] podem auferir lucros de determinada perturbação do sistema, seja que esse distúrbio determine um aumento de facilidades ou produza uma crise generalizada, da mesma maneira pela qual um especulador no termo pode ser favorável à baixa ou à alta dos cereais”.

⁸ “Uma aparência eloquente de recesso ou de desastre causará uma baixa na rentabilidade putativa da empresa, tornando-a inferior à sua real capacidade de rendimento, e oferecendo, assim, oportunidades vantajosas de compra em vista de alta futura, ou para fins de controle estratégico” (VEBLEN, 1966, p. 82).

Além disso, a relação pessoal entre produtor e consumidor também fica fragilizada no sistema industrial moderno. Enquanto que as fases do artesanato e do primórdio da indústria são descritas por Veblen (1966) com produtores e donos das empresas preocupados com a imagem familiar e com a boa reputação dos seus negócios – por vezes, abdicando de grandes lucros -, os homens de negócios das grandes corporações modernas ignoram, em geral, valores de honestidade, reputação e função social.

Os homens de negócios realizam estratégias e manobras para deter o controle e o poder não apenas de uma atividade, mas também em participar de outras negociações lucrativas. Na maior parte das vezes, eles não se importam, não participam ou nem mesmo conhecem as tecnologias envolvidas nos processos industriais. “O apego a uma avaliação rigorosa e incessante de todas as coisas em termos de preço e lucro deixa-os, por hábito estabelecido, impróprios para apreciar os fatos e valores tecnológicos que podem ser formulados apenas em termos de desempenho mecânico tangível [...]”⁹ (VEBLEN, 2001, p. 26, tradução nossa).

Ademais, quando esse progresso tecnológico é promovido pelos homens de negócios, ele normalmente não costuma ser decidido por conta do aprimoramento da atividade produtiva em si (eficiência), mas por algum fim mercadológico e pecuniário. “Nesse caso, seus esforços dirigem-se, não para a manutenção da eficiência permanente do equipamento industrial, mas visam influenciar o mercado momentaneamente, causar apreensões a outros grandes operadores, ou inspirar confiança aos acionistas” (VEBLEN, 1966, p. 16-7).

4.1.2 Tecnologias físicas e sociais: a mecanização e o conhecimento

O sistema industrial moderno é constituído por uma nova realidade, composta por um novo esquema institucional e tecnológico e, ao mesmo tempo, pela cumulatividade de conhecimentos e experiências. A tecnologia da sociedade moderna industrial, da qual Veblen (2001) se refere, representa “um estoque compartilhado de conhecimentos e experiências mantido em comum pelos povos civilizados” (p. 43, tradução nossa).

A utilização dessa nova ordem tecnológica depende, segundo Veblen (2001), de pessoas “habilitadas” (“nascidas, criadas, treinadas e instruídas”) em tornar possível esse novo estado das artes industriais. Nesse quadro de pessoas habilitadas estão os trabalhadores produtivos (operários, cientistas, inventores, técnicos e especialistas) com conhecimentos acumulados e

⁹ No original: “Addiction to a strict and unremitting valuation of all things in terms of price and profit leaves them, by settled habit, unfit to appreciate those technological facts and values that can be formulated only in terms of tangible mechanical performance [...]”.

que compõem a “classe industrial”. Conforme o autor, são esses “especialistas industriais”, também chamados de “engenheiros de produção”, que constituem a equipe responsável por dar funcionamento ao sistema industrial. Sem a presença desses indivíduos, não é possível colocar as máquinas, as ferramentas e os processos em funcionamento.

O desenvolvimento da indústria moderna tem como marco tecnológico a mecanização, um misto de tecnologias físicas e sociais presentes nas rotinas das firmas. O processo de mecanização “tem significado mais amplo e menos superficial do que um mero agregado de aparelhos mecânicos a serviço do trabalho humano. Ele significa isso, mas significa, além disso, outra coisa” (VEBLEN, 1966, p. 3). Essa “outra coisa” diz respeito às diversas formas e meios de criar e utilizar as máquinas e ferramentas, ou seja, às tecnologias sociais ou imateriais.

Esse processo abrange o conhecimento tecnológico (físico e social) dos trabalhadores envolvidos no sistema industrial. A mecanização não constitui, portanto, apenas os conhecimentos ligados ao trabalho interno de confecção de um produto final, mas uma ampla gama de processos anteriores a isso, desde a criação de fórmulas químicas, moléculas, compostos, pequenas peças, grandes equipamentos, até as instalações e a elaboração das instruções dos usos dessas máquinas e ferramentas.

Esse progresso tecnológico propiciou o aumento da eficiência produtiva por unidade de equipamento e por mão de obra empregada no sistema industrial. Antes da completa mecanização havia, de acordo com Veblen (2001), uma preocupação em direcionar formas e meios do sistema industrial para o alcance de sua capacidade máxima, uma vez que o mercado estava em crescente expansão. Entretanto, com a Revolução Industrial, em meados do século XIX na Inglaterra e posteriormente na América, a capacidade produtiva da indústria ultrapassou a demanda, abalando a livre concorrência e iniciando momentos de restrição proposital da eficiência industrial (“sabotagem”)¹⁰. Esse controle da eficiência industrial passou a fazer parte das estratégias das grandes corporações, não no sentido de possibilitar o abastecimento interno a um preço atrativo para a população, mas em garantir *a priori* um preço que mantenha o nível lucrativo dos “capitães das finanças” (VEBLEN, 2001).

O avanço contínuo da tecnologia, juntamente com a existência de recursos naturais, o aumento persistente da população e a disponibilidade de crédito¹¹, resultou num acréscimo na

¹⁰ Na Inglaterra, outros fatores que contribuíram para esse abalo na eficiência industrial, além do excesso de oferta em relação à demanda, foram a obsolescência de plantas industriais por conta de melhorias e expansões realizadas e a redução de mão de obra industrial frente às péssimas condições de trabalho (acidentes, desnutrição, insalubridade, etc.) (VEBLEN, 2001).

¹¹ Veblen reconhece a grande importância do crédito na expansão dos negócios industriais, e, ao mesmo tempo, enxerga com preocupação a concentração da disponibilidade de recursos nas mãos daqueles que já possuem meios financeiros. O sistema de financiamento e crédito, conforme o autor, tem sido conduzido por grandes

eficiência da indústria possibilitado a geração de grandes lucros financeiros. Apesar disso, esses lucros passaram a ser relacionados apenas à presença dos homens de negócios nas corporações. Entretanto, esse processo industrial moderno só foi possível pela presença de indivíduos produtivos (classe industrial) em interação com o progresso tecnológico e com o contexto institucional.

Essa ideia de processo é central na análise de Veblen (1966), ficando ainda mais evidente na sua explicação sobre a tecnologia moderna. Segundo ele, o sistema industrial moderno é formado por uma sequência de processos com aparelhos, materiais e trabalhadores que se inter-relacionam, de modo que não haja determinismo unívoco das máquinas para os indivíduos ou para os processos.

Nenhum processo mecanizado compreendendo o uso de determinados aparelhamentos é independente de outros processos instalados alhures. Cada um deles depende do funcionamento adequado de muitos outros processos, de similares características mecânicas. Nenhum processo da indústria mecanizada é autossuficiente. Cada um deles segue-se a uns e precede a outros processos, numa sequência sem fim, na qual todos se encaixam, e a cujos requisitos devem adaptar o seu funcionamento (VEBLEN, 1966, p. 4).

O sistema industrial moderno é constituído por processos interligados. A produção de bens e serviços industriais assume um caráter basicamente quantitativo e padronizado, exigindo coordenação. Os especialistas industriais são fundamentais nesse processo e precisam trabalhar em conjunto, com um mesmo propósito, para que não ocorra interrupção de uma etapa e prejudique as demais. Por meio da supervisão constante, esses especialistas coordenam a estratégia geral da produção industrial (VEBLEN, 2001).

Esse sistema mecanizado está imerso num contexto institucional, com ênfase para hábitos de pensamento ligados à padronização e à estandardização dos processos, produtos e comportamentos. Os fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia)¹² possibilitam a eficiência produtiva e o alcance de processos e produtos uniformizados. Aquilo que foge do padrão industrial, que exige mais atenção e cuidado artesanal, é visto pelos responsáveis da atividade econômica como um “atraso ao processo industrial”, pois traduz-se como mais laborioso e custoso (VEBLEN, 1966).

organizações, como o Federal Reserve System (FED) nos Estados Unidos, que, apesar de terem ampliado, facilitado e consolidado as operações de crédito, concentraram a distribuição de recursos nas mãos daqueles que já exerciam vantagem financeira, na justificativa de controlar o risco e manter o sistema financeiro “equilibrado” (e fechado).

¹² Veblen (2001) apresenta uma crítica à concepção clássica tradicional na Economia que desconsidera, ou trata como exógena, a tecnologia como fator de produção. Para ele, a terra, o trabalho, o capital e a tecnologia são fatores de produção geradores de renda para alguém e contribuem para o produto agregado.

Essa estandardização não é encontrada apenas nos materiais e nos processos internos à indústria, mas também nos produtos e serviços ofertados e no cotidiano dos indivíduos de toda a sociedade. “Impera, assim, certo grau de padronização e de exata ajustagem mecânica dos detalhes da vida cotidiana, que implicam num funcionamento fácil e fluente de todos esses processos que satisfazem as necessidades humanas padronizadas” (VEBLEN, 1966, p. 8).

Apesar de o trabalhador deter a força, a habilidade e o raciocínio para operar a máquina, ele passa a ter sua rotina disciplinada pela máquina; é “ela” quem dita o ritmo e as normas do processo industrial. Conforme Veblen (1966), não predomina mais a ideia do trabalhador isolado que utiliza uma ou mais ferramentas para realizar certas tarefas, mas a imagem do trabalhador entrosado com a máquina, de modo que “ela” passa a controlar os seus movimentos. Ainda assim, conforme o autor, o ser humano permanece, tal como no passado, um agente racional dotado de inteligência, enquanto que a máquina segue com sua característica inanimada, dependente do indivíduo para ser construída e operacionalizada. Este é o motivo pelo qual utilizam-se as aspas ao dizer que “ela” (a máquina) controla o trabalhador. Sempre haverá alguém por trás da ideia, construção ou comando da tecnologia física.

Apesar de os indivíduos se distinguirem das outras espécies pela existência da racionalidade, o progresso da mecanização intensificou a padronização da vida intelectual e cotidiana. Segundo o autor, a indústria passa a exigir um nível de inteligência muito peculiar, passível de ser moldada e disciplinada por processos quantitativos e exatos, não requerendo maiores níveis de esforço deliberativo. “Em suma, outro gênero de inteligência por parte do operário é inútil; é até pior do que inútil, pois que o hábito de pensar em termos outros, que [não] os quantitativos, obscurece a apreensão quantitativa dos fatos com que o operário tem que lidar” (VEBLEN, 1966, p. 156).

Conforme o autor, os trabalhadores têm seus hábitos de pensamento ligados à padronização do processo mecânico que, por sua vez, é dirigido por homens de negócios que são os maiores interessados nessa estandardização. É por isso que, com o fato de os indivíduos possuírem seus hábitos de pensamento vinculados as relações mecânicas de causa e efeito, há um abandono e um certo desprezo pelo uso das habilidades intelectuais, pelo exercício da reflexão e do pensamento. A disciplina provocada pela mecanização gera um “valor cultural” na sociedade, que vai muito além do ambiente industrial. É um valor cultural, um hábito de pensamento, que afeta as “faculdades mentais” e os métodos de percepção dos indivíduos (VEBLEN, 1966).

Segundo Veblen (1966), não é possível ignorar o fato cumulativo das experiências, dos hábitos e dos conhecimentos presentes nas rotinas dos indivíduos. Além disso, diferente do que

ocorre com uma molécula ou uma máquina, são variadas e imprevisíveis as causas e consequências da vida humana, sendo este o motivo da compreensão vebleniana de causalidade cumulativa não determinística. Ainda assim, é preciso reforçar que essa concepção não é tida como puramente aleatória, pois as instituições, tal como a padronização, a disciplina e a emulação pecuniária, fornecem meios para interpretar certos “padrões” de comportamentos.

Portanto, na fase moderna industrial, é institucionalizado que o curso dos processos da vida humana, tal como o da máquina, deve seguir uma linha exata, em que toda causa leva a uma consequência predefinida. Entretanto, não existe um curso exato quando se trata de seres humanos que vivem em sociedade e em um contexto mutável. Essa trajetória tida como “natural” ou “normal” é, na verdade, sustentada por hábitos de pensamento socialmente compartilhados numa sociedade moderna pecuniária.

4.1.3 Instituições: hábitos de pensamento pecuniários

Os hábitos de pensamento da padronização e da disciplina são considerados instituições quando deixam de pertencer apenas ao ambiente da firma e passam a ser compartilhados pelo conjunto da sociedade nas suas rotinas diárias. Essa padronização de comportamentos (ações e pensamentos) é comandada por uma classe econômica superior que, na cultura industrial moderna, está representada pelos homens de negócios. É do interesse destes que sejam conservados processos, produtos e hábitos estandardizados como forma de garantir o funcionamento linear das atividades e comportamentos, principalmente, como garantia dos ganhos financeiros e da manutenção do poder. “A motivação dos negócios é o lucro pecuniário [...]. A finalidade e o resultado usual é uma acumulação de riqueza” (VEBLEN, 1966, p. 11).

O hábito de pensamento pecuniário caracteriza as principais instituições da cultura moderna, apesar de não ter sido um marco inicial do processo industrial. Veblen (1966) descreve que nos primórdios do desenvolvimento da indústria, quando ainda não havia a completa mecanização¹³ e as operações financeiras eram reduzidas, a empresa tinha um formato mais comercial. O trabalho dos “capitães da indústria” dependia principalmente de condições ambientais e comerciais (demanda e oferta). Esses empresários eram os proprietários das empresas e controlavam a produção e as finanças, de modo que a subsistência deles e de suas famílias estava condicionada ao bom desempenho do negócio. A instituição da prosperidade naquela sociedade estava ligada, num primeiro momento, em alcançar o sucesso dos negócios

¹³ Uma exceção, segundo Veblen (1966), foi a navegação, que envolveu grandes investimentos em mecanização.

da família e em atender um nível de produção suficiente para aquele contexto. Não é que a busca pelos lucros inexistia nesta época, mas que este ainda não estava enraizado na sociedade como um hábito de pensamento socialmente compartilhado.

Com o progresso da mecanização e a mudança institucional de ordem pecuniária, além do predomínio das máquinas no processo produtivo, o foco da indústria deixou de ser meramente comercial para centrar-se no elemento financeiro. Entra em cena a figura dos homens de negócios ou “capitães das finanças” que passam a tomar as principais decisões da indústria. Com isso, ascende o “espírito empreendedor” (*spirit of business enterprise*) que, na visão de Veblen (1966), está voltado essencialmente para a emulação pecuniária. Mudam-se os hábitos de vida e de pensamento dos indivíduos dessa sociedade. “Prosperidade agora significa, antes de tudo, prosperidade financeira; ao passo que outrora significava suficiência da produção industrial” (VEBLEN, 1966, p. 91).

Como reflexo dessa institucionalização pecuniária, há um afastamento de hábitos produtivos e coletivos que vão ao encontro da manifestação original dos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental. De acordo com Veblen (1966), na sociedade moderna, a relação impessoal e pecuniária impera nas relações de consumo, produção e fornecimento de bens e serviços, na contratação de trabalhadores, na definição dos salários e incentivos, na criação de empresas e vagas de trabalho, na educação, etc. Como exemplo disso, segundo o autor, é que um determinado trabalho pode até ser inútil ou perigoso para a sociedade, mas obterá espaço no sistema industrial moderno se este prever ganhos pecuniários àqueles que detêm poder.

Isso interfere no desenvolvimento da sociedade pois, na visão de Veblen (1966), essa função improdutiva das chamadas “indústrias parasíticas” - criações de produtos ou serviços “inúteis” por parte das empresas com fins apenas de gerar ganhos financeiros a um pequeno grupo - tomaria espaço daquelas atividades e de trabalhadores que contribuiriam positivamente para a vida em sociedade. Em outras palavras, essas indústrias voltadas unicamente para o lucro - a exemplo de empresas que rentabilizam em cima de marcas e não da funcionalidade dos produtos - estariam distantes do propósito do desenvolvimento das sociedades que é promover o alcance eficiente dos fins básicos da vida humana.

O crescimento desproporcionado de indústrias parasíticas, [...], poderia rebaixar a efetiva vitalidade da comunidade a ponto de tornarem-se uma ameaça à sua prosperidade ou, até mesmo, a sua existência. Um persistente excesso de esforços parasíticos e ruinosos em relação à indústria produtiva traz necessariamente a decadência (VEBLEN, 1966, p. 33).

Veblen entende que a trajetória positiva de uma sociedade teria relação com a manutenção das condições básicas da vida humana e, portanto, com a existência de atividades produtivas (úteis) para a sobrevivência e a prosperidade da vida em sociedade. Por outro lado, os hábitos de pensamento pecuniários, quando institucionalizados, interferem negativamente nesse desenvolvimento, pois reforçariam a existência de indústrias parasíticas em detrimento de atividades e negócios socialmente produtivos (industriais).

O traço pecuniário e impessoal das relações industriais também é percebido nas relações de propriedade. Segundo Veblen (1966), apesar de a instituição da propriedade em sua forma física ser antiga e precedente à mecanização, ela é conduzida na fase moderna pelo hábito de pensamento pecuniário, e a propriedade ganha o formato de riqueza fictícia (riqueza ou capital financeiro) e do consumo conspícuo (ostentação).

Não apenas a propriedade está sob o formato de hábitos de pensamento pecuniários, mas também todos os demais comportamentos passam a ser guiados por questões monetárias e motivações financeiras.

O ponto predominante dos negócios é a questão de lucros e de perdas. Lucros e perdas constituem um item da contabilidade, e todas as contas são inscritas em termos de unidade monetária, não em termos das condições de vida, nem em termos da utilidade das mercadorias, nem em termos da eficiência mecânica de um estabelecimento industrial ou comercial. [...]. O homem de negócios julga os fatos do ponto-de-vista de suas posses, e estas são julgadas em termos de dinheiro (VEBLEN, 1966, p. 43).

Neste sentido, os lucros comandam as negociações, os investimentos e as propriedades. O lucro, enquanto hábito de pensamento, é visto como intrínseco a qualquer atividade econômica, como um elemento que faz parte do moderno esquema habitual da vida humana. Os indivíduos passam a considerar os grandes lucros extraídos pelas grandes corporações como algo comum e indiscutível, quase como um fenômeno “natural” da vida¹⁴.

A taxa de lucros “comum” nos negócios é considerada como coisa natural nos meios dos homens de negócios. Faz parte do seu ponto-de-vista sobre o bom-senso em questão de negócios e é, portanto, normal. O lucro, pensam eles, é normal, constituindo a finalidade de todos os seus esforços; ao passo que um prejuízo ou uma diminuição dos valores investidos são considerados como um acidente desfavorável que não pertence ao curso dos negócios, e que necessita de explicação particular (VEBLEN, 1966, p. 44-5).

¹⁴ Segundo Veblen (1966), no sistema econômico anterior à era moderna mecanizada não havia essa concepção de tratar dos lucros como algo normal e incontestável. Como exemplo, na Idade Média, valores cristãos condenavam os altos lucros e a cobrança abusiva de juros (usura), de modo que essas práticas eram reprimidas socialmente.

Segundo o autor, daqui decorre o ideário liberal do século XVIII que transparece que a eficiência produtiva foi uma criação isolada do “empreendedor individual” (“homem de negócios”), de modo que as rendas desse processo deveriam ser “naturalmente” direcionadas a ele. Essa naturalização dos grandes lucros que são apropriados por uma minoria é tida como resultante do esforço ou mérito individual, enquanto que os prejuízos financeiros são vistos como decorrentes de algum evento externo.

A geração de excedentes é, portanto, uma característica inerente ao hábito de pensamento da sociedade capitalista. A busca pela eficiência industrial aliada ao progresso das tecnologias tende a promover um maior nível de produção (excedente). Entretanto, é a forma como essas tecnologias e os excedentes são utilizados, que envolve a interação com os hábitos de pensamento predominantes, que irá descrever a trajetória dessa sociedade.

Segundo Veblen (1919a), o excedente líquido - quantia pela qual a produção real excede seu custo – pode, por um lado, ser investido na manutenção ou substituição de equipamentos e processos, ou em inovações voltadas para a eficiência de atividades industriais, proporcionando ganhos para a sociedade. Por outro lado, esse excedente também pode deixar de ser investido produtivamente em prol da eficiência industrial e dos ganhos coletivos e ser voltado para o “aprimoramento tecnológico” do bem-estar individual.

Dessa forma, o problema maior não está na existência do excedente ou da propriedade em si, mas nas formas e meios como estes são percebidos, mantidos e difundidos pelos indivíduos dessa sociedade. Uma vez que estão institucionalizados os hábitos de pensamento pecuniários, as atividades econômicas e políticas, que envolvem setores públicos e privados, passam a ser elaboradas, conduzidas e avaliadas somente pelo grau de lucratividade que conferem a um pequeno grupo que detém o poder.

4.2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A visão multifacetada do desenvolvimento acompanha toda a construção do pensamento vebleniano. Reconhecer a importância das outras áreas para compreender a realidade dos fenômenos econômicos é um diferencial do autor. Nas suas palavras, “[...] os objetivos da especulação econômica nunca foram isolados do trabalho que está sendo feito em outras linhas de investigação”¹⁵ (VEBLEN, 1899, p. 125, tradução nossa).

¹⁵ No original: “[...] the aims of economic speculation have never been insulated from the work going forward in other lines of inquiry”.

Uma primeira noção sobre o processo de desenvolvimento foi levantada por Veblen (1898a) no ensaio *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*, ao descrever a relação inseparável entre os elementos materiais e imateriais, vinculando o progresso tecnológico ao movimento de interação e mudança nos indivíduos e nas instituições. Os indivíduos se comportam e interagem com as tecnologias de diferentes formas, a depender principalmente das instituições presentes num contexto cultural. Ou seja, indivíduo e estrutura, condições imateriais e materiais, interagem continuamente.

Veblen descreve que a interação entre indivíduos e estrutura na sociedade predatória-bárbara resultou no enraizamento de instituições como o poder coercitivo, a hierarquia de poder, a força violenta e bélica, a emulação honrosa, etc. Ou seja, essa sociedade manifesta seus instintos e trilha o seu desenvolvimento com base nesses hábitos de pensamento essencialmente predatórios e bárbaros. Uma vez que estes hábitos são institucionalizados, eles sinalizam para as formas e os meios com que os indivíduos interagem uns com os outros e com as tecnologias, sobre a maneira como eles entendem os problemas existentes, priorizam atividades econômicas, perpetuam certos valores e tomam suas decisões.

Mas os contextos culturais da sociedade se modificam com o passar do tempo, por conta de um conjunto de elementos materiais e imateriais que estão em constante movimento. Conforme já apontado, essa mudança vai além daquilo que é mais facilmente visível, como o progresso tecnológico físico, ela abrange principalmente mudanças institucionais.

Na sociedade moderna predatória-pecuniária, encontram-se instituições pautadas principalmente na emulação pecuniária, no poder pecuniário, na hierarquia socioeconômica, no consumo conspícuo, etc. As atividades econômicas, políticas e cotidianas tendem a ser conduzidas sob orientação (meios e formas) de hábitos de pensamento pecuniários. “As instituições modernas (civilizadas) apoiam-se, em grande parte, sobre princípios financeiros” (VEBLEN, 1966, p. 135).

A compreensão vebleniana sobre o desenvolvimento perpassa, portanto, pelo estudo dos hábitos de pensamento de uma sociedade¹⁶. Existem condições ambientais, materiais (bens e tecnologias físicas) e imateriais (tecnologias sociais, hábitos e instintos), que podem favorecer a origem, a ascensão ou o desaparecimento de uma instituição. Para Veblen (1914), existem instituições que necessitam de contextos pacíficos tanto para sua gênese quanto para sua sobrevivência - tal como o cooperativismo. Sendo assim, “uma investigação genética das

¹⁶ “Nessa lógica, os hábitos de pensamento são parte das condições de possibilidade do conhecimento de um determinado tempo histórico, e a origem e a forma dos hábitos de pensamento estão relacionadas com o ambiente social, cultural e tecnológico em que se inserem os indivíduos” (CAVALIERI, 2015, p. 20).

instituições se dirigirá para o crescimento de hábitos e convenções, condicionados pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana [...]”¹⁷ (VEBLEN, 1914, p. 2, tradução nossa).

Segundo Veblen (1966), a indústria, a empresa, a tecnologia e os indivíduos pertencem a um mesmo esquema cultural e social, de modo que uma mudança em um desses elementos promove impacto nos demais. Nada está dado ou pressuposto no processo de desenvolvimento vebleniano, tudo irá depender das formas e meios como os indivíduos, as tecnologias e as instituições interagem em um contexto cultural. O processo de desenvolvimento em um sentido evolutivo, cabível a uma ciência moderna, se ocupa, portanto, de relações e sequências dinâmicas sem um fim predeterminado (VEBLEN, 1899).

Esse movimento interativo não é um mero desdobramento de uma situação anterior, mas está sujeito tanto à cumulatividade quanto à adaptação e mudança por parte da estrutura e dos indivíduos. Essa percepção constitui, para Veblen (1906), um processo de causação que admite a adaptação e a herança em interação com as mudanças que ocorrem num todo orgânico (leia-se: indivíduos, instituições e tecnologias).

Social structure changes, develops, adapts itself to an altered situation, only through a change in the habits of thought of the several classes of the community; or in the last analysis, through a change in the habits of thought of the individuals which make up the community. The evolution of society is substantially a process of mental adaptation on the part of individuals under the stress of circumstances which will no longer tolerate habits of thought formed under and conforming to a different set of circumstances in the past. For the immediate purpose it need not be a question of serious importance whether this adaptive process is a process of selection and survival of persistent ethnic types or a process of individual adaptation and an inheritance of acquired traits (VEBLEN, 1912, p. 192).

Portanto, Veblen considera a evolução da estrutura cultural e social - indivíduos, sociedade e seus elementos materiais e imateriais - como um processo de mudança, de desenrolar e de adaptação, isto é, como uma sequência cumulativa e, ao mesmo tempo, mutável de causas e efeitos. Esse aspecto evolutivo do desenvolvimento tem nas instituições, isto é, nos hábitos de pensamento socialmente compartilhados pelos indivíduos, um fenômeno analítico central de percepção de mudança.

Essa ideia de movimento não pressupõe o desenvolvimento como um processo de avanço (progresso) na direção de um alvo específico, tal como seria alcançar uma meta de

¹⁷ No original: “A genetic inquiry into institutions will address itself to the growth of habits and conventions, as conditioned by the material environment and by the innate and persistent propensities of human nature [...]”.

crescimento econômico. O processo é cego, como pressupõe a análise darwiniana¹⁸. “[...] No esquema de pensamento darwiniano, a continuidade buscada e imputada aos fatos é uma continuidade de causa e efeito. É um esquema de causação cegamente cumulativa, na qual não há tendência, nem termo final, nem consumação”¹⁹ (VEBLEN, 1907, p. 304, tradução nossa).

Admitindo-se a incerteza, não há como determinar o futuro de uma sociedade, uma vez que os indivíduos e as estruturas possuem características pessoais e sociais, instintivas e habituais, conhecimentos populares e tecnológicos, que se modificam com o passar do tempo²⁰. Não é possível determinar *a priori* como os indivíduos de uma sociedade irão se comportar pautando-se apenas na questão material, econômica ou numa “consciência de classe”. A trajetória da atividade econômica pertence à ampla trajetória da sociedade, e não o contrário.

A título de exemplo, Veblen (1907) descreve que não seria possível afirmar que os indivíduos com menores condições econômicas se uniriam com aqueles de uma mesma classe social e, com isso, se revoltariam contra os indivíduos de uma classe superior. Não há como prever que esse tipo de conduta deliberada motivada por questões de classe fosse acontecer. Segundo o autor, se por um lado poderia haver a revolta de trabalhadores contra a classe dos homens de negócios, por outro lado também poderia ocorrer, pela convivência com hábitos pecuniários (habituação social), a concordância e a identificação do trabalhador com uma classe economicamente distinta²¹. Ou seja, em uma sociedade com o enraizamento institucional centrado na emulação pecuniária, na busca por estar sempre à frente dos demais em termos pecuniários, os trabalhadores almejam tornar-se “homens de negócios” ou um integrante da “classe ociosa”, e não aniquilar estes.

¹⁸ “Darwinism does not deny belief, choice, purposeful behavior or foresight: it simply asserts that they too are caused and worthy of explanation” (HODGSON; KNUDSEN, 2006, p. 12).

¹⁹ No original: “[...] In the Darwinian scheme of thought, the continuity sought in and imputed to the facts is a continuity of cause and effect. It is a scheme of blindly cumulative causation, in which there is no trend, no final term, no consummation”.

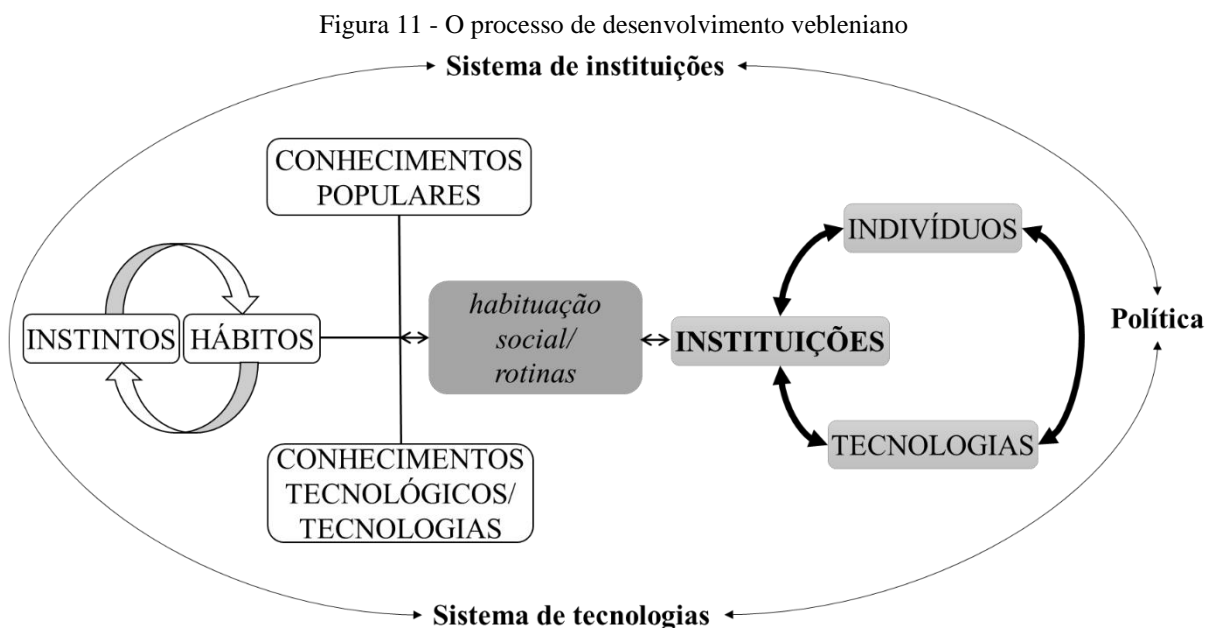
²⁰ “Em Veblen a história ‘evolui’ enquanto processo ‘absurdo’ (absurdist), com uma trajetória ‘cega’, inexistindo qualquer movimento dialético, que leve a rupturas preestabelecidas ou ‘redentoras’, muito menos a qualquer processo determinístico de ‘progresso’. Em realidade, a ‘cegueira’ é fruto ou parte de um processo de permanente mudança e adaptação, realizada em meio à incerteza” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 94-5).

²¹ Veblen (1906, 1907) traz sua percepção sobre a teoria marxista e tece algumas críticas. Uma delas refere-se à dicotomia trabalhadores versus capitalistas, em que Veblen não acredita na ocorrência deliberada de uma revolução dos operários contra os proprietários dos meios de produção. O autor não acredita nessa revolução pois entende que os trabalhadores desejam emular socialmente para, com isso, tornarem-se capitalistas. Isso configura a predominância da instituição da emulação pecuniária nas relações sociais. “It is quite impossible on Darwinian ground to foretell whether the ‘proletariat’ will go on to establish the socialistic revolution or turn aside again, and sink their force in the broad sands of patriotism. It is a question of habit and native propensity and of the range of stimuli to which the proletariat are exposed and are to be exposed, and what may be the outcome is not a matter of logical consistency, but of response to stimulus” (VEBLEN, 1907, p. 309).

[...] O homem do povo sente ter uma espécie de participação metafísica nos lucros dos homens de negócios que são cidadãos da mesma “comunidade”; de maneira que qualquer política que favoreça os lucros comerciais desses homens de negócios domiciliados dentro das fronteiras nacionais se apresenta como benéfica para todo o resto da população (VEBLEN, 1966, p. 145).

Dessa maneira, as instituições predominantes em uma sociedade, em interação com os indivíduos e as tecnologias, possibilitam uma compreensão do processo de desenvolvimento de uma sociedade. Conforme a Figura 11, os instintos interagem com os hábitos de vida e de pensamento dos indivíduos. Uma vez que um hábito de pensamento é compartilhado socialmente (habituação social) configura-se como uma instituição, tal como os hábitos de pensamento pecuniários que resultam na instituição da emulação pecuniária.

Os hábitos de pensamento interferem nas formas e meios de manifestação (original ou viesada) de certos instintos humanos. Esse sistema de instituições descreve a interferência dos hábitos de pensamento sobre os padrões de comportamentos dos indivíduos de uma sociedade, inclusive na política. Mas isso não impede que os indivíduos, em interação com as tecnologias e as instituições (indivíduos e estrutura), sejam capazes de modificar os hábitos já enraizados.



Fonte: Elaborado pela autora.

A interferência dos indivíduos sobre as instituições, e vice-versa, pode decorrer de conhecimentos humanos de cunho tecnológico ou popular. As instituições servem de estímulos para certos comportamentos e conhecimentos populares (ideologias, convenções, preconceitos, princípios, valores) e/ou tecnológicos (tecnologias físicas e sociais). Da mesma forma, os

conhecimentos dos indivíduos, por meio das rotinas, podem interferir na construção e na mudança institucional (motivo pelo qual a flecha é bidirecional).

Os conhecimentos e as tecnologias tanto são vistos como influenciadores das instituições de uma sociedade quanto sofrem interferências destas. Veblen (1906) não advoga, portanto, que somente as condições materiais (tecnologias físicas e produção material) irão determinar as instituições ou a “vida intelectual e espiritual” da sociedade. Existe um movimento interativo, uma dupla direção causal, entre os aspectos materiais e imateriais da vida em sociedade.

Os sistemas de instituições e de tecnologias fazem parte do amplo “esquema de vida” (*scheme of life*) de uma sociedade, que reproduz comportamentos (ações e pensamentos) direcionados ou não ao progresso econômico e/ou social de um contexto histórico. Veblen (1899) considera que os pensamentos e a construção dos conhecimentos de uma época, tais como de economistas, físicos e cientistas, também estão fortemente ligados ao contexto de uma sociedade; “o esquema de pensamento ou de conhecimento é em boa parte uma reverberação do esquema de vida” (p. 143, tradução nossa)²². Apesar de haver essa contextualização, certos esquemas de vida “antiquados” podem estar enraizados institucionalmente e serem reproduzidos em sociedades modernas.

O desenvolvimento vebleniano é, portanto, uma conjunção de todos esses elementos em um processo cumulativo, mutável e sem uma trajetória definida; mas, ao mesmo tempo, não é meramente aleatório. Isso porque Veblen fornece uma base analítica centrada principalmente na percepção e investigação dos hábitos de pensamento predominantes em uma sociedade, uma vez que estes interferem nas formas e meios como os indivíduos constituem seus conhecimentos, interagem com as tecnologias e se comportam no ambiente. Ou seja, as instituições (boas ou ruins) são os instrumentos analíticos que possibilitam uma compreensão da trajetória (positiva ou negativa) de desenvolvimento de uma sociedade e são propagadas especialmente por grupos de indivíduos que detêm poder econômico e político.

Mesmo havendo a possibilidade de enraizamento institucional, a análise não implica numa estabilidade institucional. As instituições e os indivíduos são fontes de enraizamentos e de mudanças em todo tempo e lugar. Os avanços tecnológicos, ou “utilidades industriais”, caminham junto com as mudanças que ocorrem nos indivíduos e nas instituições. Portanto,

²² No original: “The scheme of thought or of knowledge is in good part a reverberation of the scheme of life”.

Veblen não coloca as instituições e as tecnologias em uma situação de confronto ou de rigidez²³, como se uma levasse ao progresso e outra restringisse o desenvolvimento de um país.

Uma tecnologia não constitui o progresso por si só. Da mesma forma que uma instituição, ela pode constituir entraves ou ser uma mola propulsora do alcance de fins básicos da vida em sociedade (bem-estar coletivo). Isso irá depender dos hábitos de pensamento que são compartilhados pelos indivíduos em um determinado estágio de desenvolvimento cultural e da força política para provocar mudanças institucionais.

A etapa moderna de crescimento da empresa industrial, segundo Veblen (1966), pode, em um primeiro momento, parecer condicionada apenas pelo progresso da tecnologia física do setor industrial. Entretanto, conforme o autor, existem elementos imateriais presentes nos conhecimentos e nas instituições que podem bloquear ou fortalecer o crescimento contínuo da empresa industrial e das condições de vida em sociedade. O bloqueio muitas vezes decorre da predominância de personalidades ou corporações que perpetuam e reforçam hábitos de pensamento exclusivamente pecuniários, da sobreposição de conhecimentos populares centrados em mitos em detrimento de conhecimentos tecnológicos voltados para o bem-comum, ou por afastar as tecnologias de suas funções industriais (produtivas).

A tecnologia (conhecimento tecnológico) não foi criada para buscar sozinha os seus próprios fins; não é uma mera manifestação da curiosidade vã. Por isso, não há como vincular a tecnologia física, sozinha, ao desenvolvimento ou ao progresso do bem-estar coletivo. Se assim fosse, o simples acréscimo de produtividade resultante do progresso tecnológico resolveria o problema de suprimento das necessidades básicas de alimentação de toda a população mundial.

Junto da ascensão das finanças corporativas, segundo Veblen (2001), os homens de negócios passam a observar dois pontos principais: a manutenção de preços lucrativos por meio da limitação da eficiência produtiva (sabotagem) e/ou a preservação de lucros por meio da redução de custos. O primeiro tende a ser o mais praticado justamente por envolver menores

²³ Existe uma interpretação particular sobre a relação entre instituições e tecnologias descrita pela chamada “dicotomia vebleniana” (instituições versus tecnologia ou cerimonialismo versus instrumentalismo) de Clarence Ayres (1944). Nesta concepção, as tecnologias possuem seus avanços limitados pelo ambiente institucional (relativamente estático). Na interpretação ayresiana, as instituições possuem um aspecto cerimonial e restritivo ao desenvolvimento, e as tecnologias, como um contraponto, constituem elemento instrumental e positivo ao progresso econômico. Entretanto, segundo Johnson e Lundvall (1994, p. 703), é preciso ter cuidado com “la idea - que con frecuencia y de manera errónea se atribuye a Veblen- de que las instituciones tienden a retrasar el cambio tecnológico y constituyen un elemento rígido en el cambio social”. Da mesma forma, para Pessali e Fernández (2006, p. 92), “Veblen não definia [...] uma dicotomia absoluta - ou seja, que a tecnologia sempre conduz ao progresso socioeconômico enquanto que as instituições representam estagnação ou degradação socioeconômica. As simplificações, porém, são sempre tentadoras e esta, em particular, acabou se difundindo tanto dentro do pensamento institucionalista como em outras esferas intelectuais”.

riscos e exigir menor conhecimento da prática industrial. “Os processos de produção foram crescendo cada vez mais, diversificados, complicados, e mais difíceis de serem compreendidos por qualquer leigo em tecnologia - e o financiador da corporação era um leigo [...]”²⁴ (VEBLEN, 2001, p. 28, tradução nossa).

Como já retratado, a sabotagem capitalista - retirada consciente da eficiência industrial - é uma das formas de articular o avanço tecnológico, que proporcionou aumento da capacidade produtiva, com o controle do nível de produção a um patamar “suficientemente” lucrativo aos capitães das finanças. “Portanto, a taxa e o volume da produção devem ser ajustados às necessidades do mercado, não à capacidade de trabalho dos recursos disponíveis, equipamentos e mão-de-obra, nem às necessidades de bens de consumo da comunidade”²⁵ (VEBLEN, 2001, p. 8-9, tradução nossa).

Dessa forma, as atividades econômicas da sociedade pecuniária são controladas por homens de negócios, independentemente da situação social, econômica ou ambiental de um país. Por mais que exista miséria, fome, ausência de condições básicas de vida, os recursos permanecerão ociosos se não houver a previsibilidade de lucros aos seus “capitães”. Segundo Veblen (2001), essa lógica habitual de levar a vida é vista como “natural”. Prova disso, é que a maior parte da mídia, dos especialistas e da sociedade, venera os altos episódios lucrativos das grandes corporações, ao invés de questionar a sua eficiência industrial perante os problemas da sociedade.

Veblen (2001) não ignora o fato de existirem contextos, tal como de crises econômicas, que exigem um maior controle da produção industrial para garantir o funcionamento de todo o sistema. Na visão do autor, estratégias nesse sentido poderiam surtir efeito positivo maior na sociedade quando elaboradas na forma de um plano abrangente nacional - um “sistema nacional industrial” (*nation's industrial system*) - conduzido por uma autoridade central (governo). Isso porque os impactos de uma ação coordenada poderiam gerar efeitos transbordamentos para toda a sociedade.

Segundo o autor, o governo é uma figura necessária, “ou pelo menos conveniente”, para o desenvolvimento de um sistema industrial, uma vez que ele pode controlar as condutas prejudiciais ao sistema e, também, manter um certo equilíbrio de forças entre os diversos segmentos da sociedade. Entretanto, numa sociedade pecuniária, da mesma forma que o

²⁴ No original: “The processes of production were continually growing more extensive, diversified, complicated, and more difficult for any layman in technology to comprehend - and the corporation financier was such a layman [...]”.

²⁵ No original: “So the rate and volume of output must be adjusted to the needs of the market, not to the working capacity of the available resources, equipment and man power, nor to the community's need of consumable goods”.

mercado é influenciado por interesses dos homens de negócios, as pessoas que compõem um governo também podem estar. Assim, os efeitos sobre o sistema industrial e a sociedade irão depender de como esse governo é composto e para quem ele está governando (VEBLEN, 2001).

Portanto, essa interação entre o sistema de tecnologias e o sistema de instituições carrega outro fator central, que é o sistema político de um país - Estado e mercado como faces da mesma moeda. Os agentes políticos, quando representados por homens de negócios, podem afastar as políticas dos objetivos sociais e industriais, interferindo negativamente no desenvolvimento dessa sociedade. Por isso, segundo Veblen (1966, p. 190), é preciso encontrar um meio para “salvar a humanidade da vulgarização e desintegração acarretada pela indústria mecanizada”. Essa “indústria mecanizada” da qual o autor se refere não tem relação com o fato de haver uma estrutura física composta por máquinas, mas principalmente por conta de ser comandada por homens de negócios e por haver o predomínio de instituições pecuniárias.

4.3 A POLÍTICA NA SOCIEDADE MODERNA PECUNIÁRIA

A política de um governo também exerce grande influência sobre o processo de desenvolvimento. Ela é construída e implementada, em meio a um contexto institucional, por um grupo de agentes públicos em interação com agentes privados, influenciando o esquema de vida da sociedade. Tal como os economistas e suas teorias são influenciados pelos “cânones da ciência” de sua época²⁶, isto é, pelos hábitos de pensamento compartilhados entre a comunidade científica, o mesmo ocorre com a condução das atividades econômicas e com as formas de pensar e fazer política. Tanto o mercado quanto o Estado são vistos como instituições que, no contexto cultural da sociedade moderna industrial, pautam-se em aspectos pecuniários. Nesse sentido, não existe em Veblen a dicotomia “mercado *versus* Estado”, ambos pertencem ao moderno sistema de produção capitalista.

Em uma sociedade pecuniária, segundo Veblen (1966), a “aparelhagem política”, que inclui serviços políticos, militares, diplomáticos, legislativos, executivos e judiciários, pode estar viesada para uma “política de negócios”, com interesses mercantis e financeiros em detrimento de pautas sociais e produtivas. Veblen (1966) reconhece a importância e a

²⁶ Veblen (1899a), ao analisar o surgimento do pensamento econômico fisiocrático e clássico, constata a influência sobre estes dos contextos culturais, isto é, dos esquemas habituais de pensamento de suas respectivas épocas. “Veblen sugeriu que, se os ‘grandes mestres do passado’ desenvolveram uma ciência não evolucionária, foi porque estavam inseridos em diferentes condições epistêmicas de possibilidade” (CAVALIERI, 2015, p. 13). Entretanto, Veblen (1899a) critica o fato de a Economia “moderna” permanecer presa nesses pressupostos ultrapassados (“não evolucionários” ou “pré-darwinianos”), que vão ao desencontro do contexto do pensamento científico moderno (evolucionário).

necessidade de uma instituição nacional, representada pela figura do governo, para o alcance de condições básicas para a vida humana em sociedade, mas alerta que as políticas, enquanto instrumentos com fins determinados, correm o perigo de estarem direcionadas exclusivamente para ganhos financeiros de uma minoria.

Da mesma forma que o problema do desenvolvimento, em Veblen, não está na instituição isolada da propriedade privada, do mercado ou do excedente, o problema também não está na instituição do Estado ou da política. O autor percebe que, numa sociedade pecuniária, a motivação financeira está presente desde em simples comportamentos de consumo até em importantes decisões políticas de (des)investimento. Nesse sentido, a discussão não perpassa pelo tamanho do Estado, mas pelas “formas e meios” com que as políticas e os governos são conduzidos e como os agentes públicos e privados interagem.

Segundo Veblen (1966), na sociedade moderna, a emulação pecuniária perpetua-se juntamente com outras instituições, tais como a disciplina, a prosperidade e o patriotismo²⁷. Estas também carregam o traço pecuniário e passam a guiar comportamentos políticos e populares, constituindo uma base sentimental enraizada e compartilhada quase que “irracionalmente” entre os indivíduos.

O hábito de pensamento da disciplina existe, de acordo com Veblen (1966), desde as fases primitiva e bárbara, tanto na hostilidade da comunidade tribal ao pajé e ao cacique, quanto na fidelidade dos servos aos senhores feudais. Nessas etapas culturais mais remotas, havia o comportamento ritualizado, disciplinado e fiel do grupo a um indivíduo que, por diferentes motivações, era tido como superior. Já na fase moderna pecuniária, conforme o autor, o hábito de pensamento da disciplina toma um sentido patriota, que é quando prepondera a submissão do “homem do povo” (leia-se sociedade comum) a um “ser superior” que, neste caso, é o governo. Este, por sua vez, tende a ser comando por “homens de negócios” que também são políticos ou “homens de Estado” (*statesmen*).

A instituição da disciplina com traços patriotas não tem relação, segundo Veblen (1966), com o fato de os indivíduos serem mais educados ou organizados em suas vidas, mas de manterem, quase que “inconscientemente”, hábitos padronizados de submissão e admiração a uma classe superior que detém poder. Além do mais, é de pleno interesse dos homens de negócios, ou da classe ociosa, que sejam mantidos e perpetuados na sociedade os hábitos pecuniários de padronização, patriotismo, disciplina e prosperidade.

²⁷ Além destes, conforme Veblen (1966), na sociedade predatória-pecuniária moderna, existem outros hábitos de pensamento ligados ao aspecto pecuniário, tais como: a concorrência, o pensamento unilateral e a cristandade.

A influência cultural indireta ou incidental dos princípios e da prática de negócios é ampla e vigorosa. Os princípios mercantis têm uma influência peculiar sobre os sentimentos do povo como algo intrinsecamente justo e benéfico. Servem, assim, para orientar e persuadir mesmo em assuntos que não concernem diretamente os negócios. Desse modo, infiltram-se de maneira íntima e completa, por exemplo, no sistema educacional. Sua presença, como elemento de bom-senso, no conselho dos “educadores” apresenta-se sob a forma de ingênua insistência sobre as coisas “práticas”, toda vez que deliberam sobre planos de instrução. Coisas “práticas” significam coisas lucrativas (VEBLEN, 1966, p. 193).

Esses hábitos ligados à prosperidade financeira individual são refletidos, portanto, para todas as camadas da sociedade, inclusive no processo de ensino e aprendizagem das escolas e faculdades. O foco do ensino na cultura moderna pecuniária, segundo Veblen (1966), passa a ser voltado para atividades lucrativas, com rotinas e avaliações mecanizadas, com menor espaço para atividades de reflexão acerca dos conteúdos e da realidade²⁸.

Dessa forma, segundo Veblen (1966), o homem de negócios é tido como o produtor putativo da sua riqueza e é visto popularmente como se fosse um contribuinte da prosperidade material e do progresso de toda a sociedade. Sendo assim, os homens de negócios em interação com o quadro institucional interferem nas trajetórias tecnológicas e no padrão de desenvolvimento da sociedade.

Os homens de negócios, leigos do conhecimento tecnológico industrial, tomam decisões no âmbito da política local e nacional essencialmente pautadas no lucro individual, mesmo que isso tenha que tornar os processos produtivos ineficientes, desperdiçando recursos e desorientando o uso adequado das tecnologias em todo o sistema industrial (VEBLEN, 2001). É por isso que algumas inovações tecnológicas, como aquelas que agregam valor aos produtos primários, que preservam o meio-ambiente, que redistribuem renda, ou que representem melhorias para a vida em sociedade, são criticadas ou evitadas por esse grupo de indivíduos que exercem poder sobre as decisões políticas de um país.

Por outro lado, Veblen (2001) sinaliza para o importante papel dos “especialistas industriais”, trabalhadores e pesquisadores (técnicos, especialistas, cientistas, engenheiros, químicos, etc.), que são os responsáveis por evidenciar os problemas econômicos e sociais da negligência política. Esses especialistas “produtivos”, segundo o autor, são os agentes que poderiam evitar ou denunciar manobras que pudessem sabotar o bom funcionamento do sistema ou que fossem ao desencontro do propósito básico de fornecer as condições materiais básicas para a vida em sociedade.

²⁸ Segundo Veblen (1966), esses hábitos de pensamento são encontrados mais facilmente no âmbito da educação privada, onde persiste o comando direto de homens de negócios com fins lucrativos.

Uma vez que o sistema industrial é constituído por processos interdependentes, a sua natureza implica numa dependência do bem-estar material de todos os indivíduos. Nesse sentido, segundo o autor, o sistema industrial do ponto de vista do bem-estar material seria o responsável por “unir” os indivíduos de todas as nações por uma mesma preocupação: atender as condições materiais básicas da sociedade. Para isso, os especialistas industriais, que compõem o “pessoal geral da indústria”, deveriam ter liberdade para alocar os recursos (materiais, equipamentos e mão de obra) de maneira socialmente eficiente (VEBLEN, 2001).

Dessa forma, na realidade do século XX descrita por Veblen (2001), as decisões políticas de investimento produtivo (o que hoje é conhecido por “política industrial”) deveriam ser elaboradas principalmente por especialistas industriais que vivenciam a realidade das indústrias, uma vez que estes estariam desligados dos interesses pecuniários individuais dos homens de negócio. O autor acredita que a percepção negativa do comando industrial pelos “capitães financeiros” está cada vez mais evidente para a sociedade comum, que passa a estar mais atenta para casos de corrupção e desonestidade²⁹.

Veblen (2001) acredita que se a indústria produtiva do país – setor determinante para o progresso da sociedade moderna – fosse gerenciada por indivíduos competentes ligados à área industrial, haveria um produto nacional muito maior do que aquele que é proporcionado sob as decisões dos homens de negócios. Entretanto, o autor não prevê quando (e se) isso poderia acontecer, mas reitera que essa situação apenas seria possível quando a importância da indústria produtiva, da tecnologia e do bem-estar coletivo passassem por uma legitimidade social (institucionalização), isto é, se tornassem hábitos de pensamento socialmente compartilhados.

Ao fim deste capítulo, uma interpretação sobre Veblen para o fenômeno do desenvolvimento das sociedades é de um processo evolutivo que está sujeito a mudanças e enraizamentos e que é formado por interações entre elementos materiais e imateriais, entre os sistemas de instituições e de tecnologias. Esse entendimento do desenvolvimento envolve os três pilares até aqui apresentados: indivíduos, instituições e tecnologias, sendo que uma trajetória positiva de desenvolvimento perpassa pela interação desses três elementos de modo a promover o aprimoramento da vida em sociedade.

Uma vez sistematizado e apresentado esse instrumento institucionalista vebleniano para pensar o desenvolvimento das sociedades com base nos três pilares, cabe a este trabalho propor

²⁹ “What these men may then do with it all is not so plain; the best they can do may not be good enough; but the negative proposition is becoming sufficiently plain, that this mechanical state of the industrial arts will not long tolerate the continued control of production by the vested interests under the current businesslike rule of incapacity by advisement” (VEBLEN, 2001, p. 37).

uma nova agenda de pesquisa que unifique os elementos abordados até aqui em uma análise das raízes institucionais que descrevem um país ou uma região. Esse ferramental teórico e analítico institucionalista sugere, portanto, uma compreensão mais profunda sobre a trajetória de desenvolvimento brasileiro.

5 OS PILARES VEBLENIANOS E AS RAÍZES DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Em Veblen, percebe-se a importância de considerar o contexto histórico no qual ele estava inserido - a evolução da sociedade norte-americana entre fins do século XIX e início do século XX. O resgate histórico é o principal instrumento utilizado pelo autor para compreender a evolução das instituições nesta sociedade. Apesar de sinalizar para uma realidade específica, os esforços de Veblen podem ser utilizados como base para compreender a realidade de outros tempos e lugares, uma vez que a etapa cultural denominada por ele de “predatória-pecuniária” é um marco ainda presente nas sociedades modernas capitalistas.

Veblen não almeja explicar o desenvolvimento moderno apenas por eventos passados, mas ressalta que o desenvolvimento é um processo evolutivo e cumulativo, e que o passado traz importantes sinalizações para compreender o estágio atual de uma sociedade. É por isso que, neste último capítulo da tese, a interpretação institucionalista vebleniana construída ao longo deste trabalho é utilizada para compreender as raízes institucionais que marcaram o processo de desenvolvimento do Brasil até chegar em um “Brasil global-dependente” (anos 90 até 2000).

Para isso, a discussão será limitada em três aspectos, seguindo os três pilares abordados nesta tese: a “revolução” burguesa no Brasil (indivíduos), a emulação pecuniária (instituições) e a dependência cultural e tecnológica (tecnologias). Essas discussões serão abordadas principalmente com base nos seguintes intérpretes do Brasil¹: Florestan-Fernandes, Celso Furtado e Bresser-Pereira. O intuito não é um aprofundamento da economia brasileira ou dos seus intérpretes, mas o início de uma nova agenda no estudo do desenvolvimento do Brasil por meio da utilização dos três pilares do institucionalismo vebleniano.

Em Veblen, a chamada “classe ociosa” exerce um papel fundamental não apenas na determinação de padrões de consumo em uma sociedade, mas na condução das políticas e da economia. No decorrer de suas obras, além da classe ociosa, também aparece a figura dos “homens de negócios”. Esses indivíduos, pertencentes a classe dominante (elite), exercem grande influência na manutenção de certas instituições, comportamentos e atividades econômicas. Dessa forma, o primeiro passo para identificar a interação entre indivíduos,

¹ Diferentes intérpretes da economia brasileira fornecem explicações para compreender a formação econômica e social do país, tais como: Florestan-Fernandes, Celso Furtado, Conceição Tavares, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freyre, Ignácio Rangel, Raymundo Faoro, Luiz Carlos Bresser-Pereira e, mais recentemente, Jessé José Freire de Souza.

tecnologias e instituições de um país é compreender a formação de uma “classe burguesa” no país.

5.1 INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES: A “REVOLUÇÃO” BURGUESA NO BRASIL

A origem e a emergência do capitalismo no Brasil, de uma sociedade dividida em classes e com instituições predominantemente predatórias e pecuniárias, são investigadas por Florestan Fernandes (1976) em “A Revolução Burguesa no Brasil”. De antemão, o termo “revolução” aparece no título desta seção entre aspas pois representa o próprio questionamento deste autor sobre a existência ou não de uma “revolução” burguesa no país, isto é, da tomada de poder por meio do rompimento ou de uma mudança com a lógica vigente.

Na colonização do Brasil, foram importados os chamados “móveis capitalistas do comportamento humano” - relacionados aos aspectos materiais (equipamentos e produtos estrangeiros) e também imateriais (leis de apropriação de terras, padrões de consumo, formas de organização do trabalho, etc.). O senhor rural dessa época (senhor de engenho) não definia as regras, as margens de lucro e as transações comerciais; apenas conduzia a atividade de produção e detinha a posse da terra, dos trabalhadores e dos equipamentos. O excedente econômico (lucro da atividade) era apropriado fora do país pela Coroa, agentes financiadores da produção ou do comércio (FERNANDES, 1976).

O valor oriundo da atividade produtiva, e distribuído aos senhores rurais no Brasil, correspondia apenas a uma parcela da riqueza produzida internamente. Na verdade, esse montante apropriado internamente não era o “lucro econômico” da atividade, mas uma “remuneração” aos proprietários dos recursos produtivos.

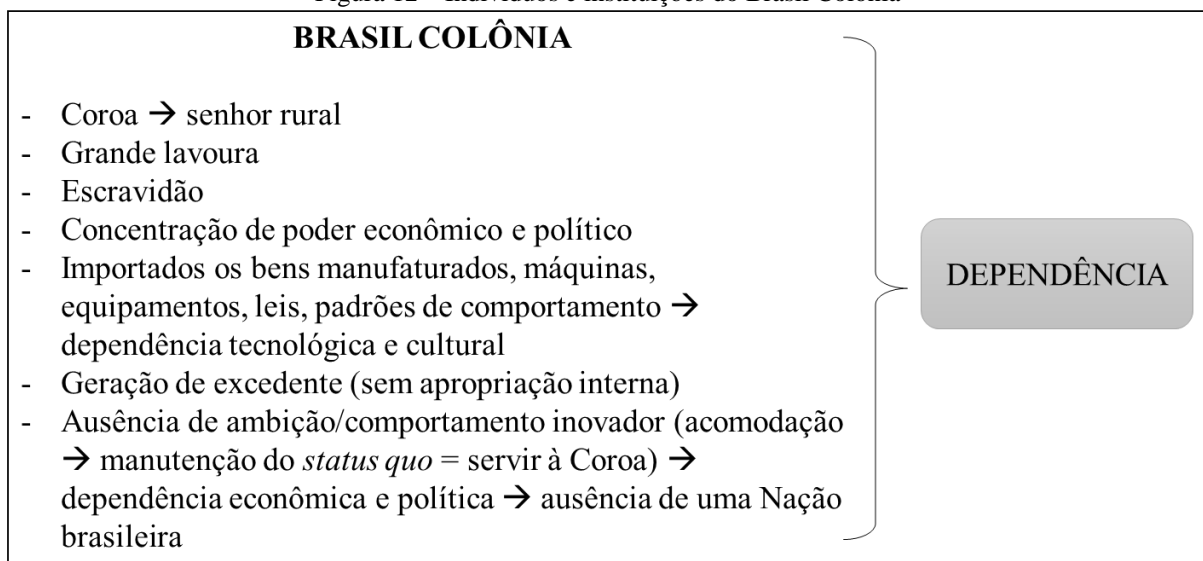
No fim, o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (FERNANDES, 1976, p. 24-5).

Durante os primórdios do Brasil-Colônia, não emergiram instituições internas que pudessem possibilitar uma dinâmica própria de geração e distribuição da riqueza nacional. As regras e as instituições predominantes na Metrópole eram transplantadas para as colônias. Com isso, os hábitos de pensamento da elite brasileira da época – os senhores de engenho – foram formados sob uma lógica acomodada de parceria (dependência) com os agentes estrangeiros.

[...] O sistema colonial forçava um tipo de **acomodação** que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna. Ela era compelida a especializar-se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma, tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais, apesar de ser uma ‘empresa exportadora’. Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos [...] (FERNANDES, 1976, p. 25, grifo nosso).

A Coroa ditava as regras e delimitava os padrões de comportamento das colônias. A dependência econômica, política, tecnológica e cultural do Brasil estava institucionalizada, isto é, constituía um hábito de pensamento socialmente compartilhado, *à la* Veblen (Figura 12). Além disso, os indivíduos da época não tinham o “espírito empreendedor”, a lógica do lucro e o comportamento inovador. “Passava a fazer parte da **mentalidade econômica** do agente a ausência de ambições que pudessem conduzir seus comportamentos ativos em novas direções, inclusive na de romper os bloqueios que pesavam sobre a grande lavoura por causa da existência e persistência do sistema colonial” (FERNANDES, 1976, p. 26, grifo nosso).

Figura 12 – Indivíduos e instituições do Brasil Colônia



Fonte: Elaborado pela autora.

Não apenas a atividade econômica estava em conformidade com os padrões estrangeiros, mas também a mentalidade, as práticas diárias, os ideais de vida dos brasileiros (dependência tecnológica e cultural). Essa forma “acomodada” da sociedade, juntamente com a ausência do comportamento inovador por parte da elite, manteve o Brasil dependente da Coroa. Isso foi chamado, por Fernandes (1976), de “heteronomia econômica”.

Mas essa heteronomia ultrapassava a esfera econômica, pois envolvia a sujeição às regras, à estrutura produtiva e à cultura da Metrópole. A naturalização da dependência brasileira

e a ausência de hábitos de pensamento voltados para o desenvolvimento de uma nação brasileira estavam, portanto, nas raízes das instituições coloniais brasileiras.

5.1.1 A extinção do estatuto colonial e a manutenção institucional

A formação do Brasil enquanto território independente e a consolidação do capitalismo no país não ocorreram com a simples extinção do estatuto colonial em 1808. Da mesma forma que Veblen interpreta o desenvolvimento das sociedades como um processo com mais aprimoramentos do que rompimentos, Fernandes percebe pequenas modificações e continuidades ao longo do desenvolvimento brasileiro. “Uma Nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de zigzagues” (FERNANDES, 1976, p. 27).

No Brasil, o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e de emergência de uma “revolução” burguesa tiveram início com o fim do estatuto colonial, isto é, com o rompimento do *status* colonial no sentido econômico. Em linhas gerais, segundo Fernandes (1976), isso envolveu a apropriação interna do excedente econômico, que passou a estar concentrado nas mãos da elite brasileira da época (aristocracia agrária).

O fim do estatuto colonial criou as condições para a emergência de uma nova classe no Brasil, o que poderia sinalizar para o surgimento de uma “burguesia nacional”. Entretanto, não foi exatamente isso que aconteceu. Conforme Fernandes (1976), a origem da burguesia no Brasil não representou uma “revolução”, uma ruptura histórica e institucional². O que ocorreu no país foi uma transição pacífica do *status* de colônia para um Brasil “independente” das regras econômicas da Metrópole.

De acordo com Fernandes (1976), com o fim do estatuto colonial, o grupo dos antigos senhores rurais constituiu a aristocracia agrária, a classe hegemônica da época, com poderes econômicos e políticos suficientes para propagar os padrões (ainda estrangeiros) de produção e de consumo na sociedade brasileira. Essa elite não contrariou a forma de organização burocrática e estamental já existente (escravidão, concentração de poder econômico e político, defesa dos interesses de uma classe, etc.), apenas mostrou-se contrária às regras do estatuto colonial que restringiam o poder econômico interno da apropriação dos excedentes.

² Segundo Fernandes (1976), diferente do que aconteceu na Europa, o capitalismo e a burguesia emergem de forma lenta e tardia no Brasil.

Na fuga de D. João VI para o Brasil, em 1808, ele trouxe esse estado – suas leis, suas práticas, e sua burocracia. É esse aparelho burocrático e esse sistema legal que as elites brasileiras da época usaram para adotar uma constituição e, em seguida, construir o seu estado-nação. Tratava-se de uma elite formada por uma burocracia patrimonialista, por senhores de terra e por comerciantes de escravos. Uma elite, portanto, heterogênea, e, a não ser no caso da burocracia patrimonialista, sem ideia de nação e de estado (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 16).

Com a mudança da Corte para o Brasil, o país passou, em 1815, de Colônia para “Reino Unido”, de modo que o poder político deixou de se manifestar como uma imposição de fora para dentro para organizar-se a partir de dentro. O processo de fim do *status* colonial representou um importante marco para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isso, segundo Fernandes (1976), constituiu um traço, de certa forma, “revolucionário”, devido ao rompimento com o estatuto colonial.

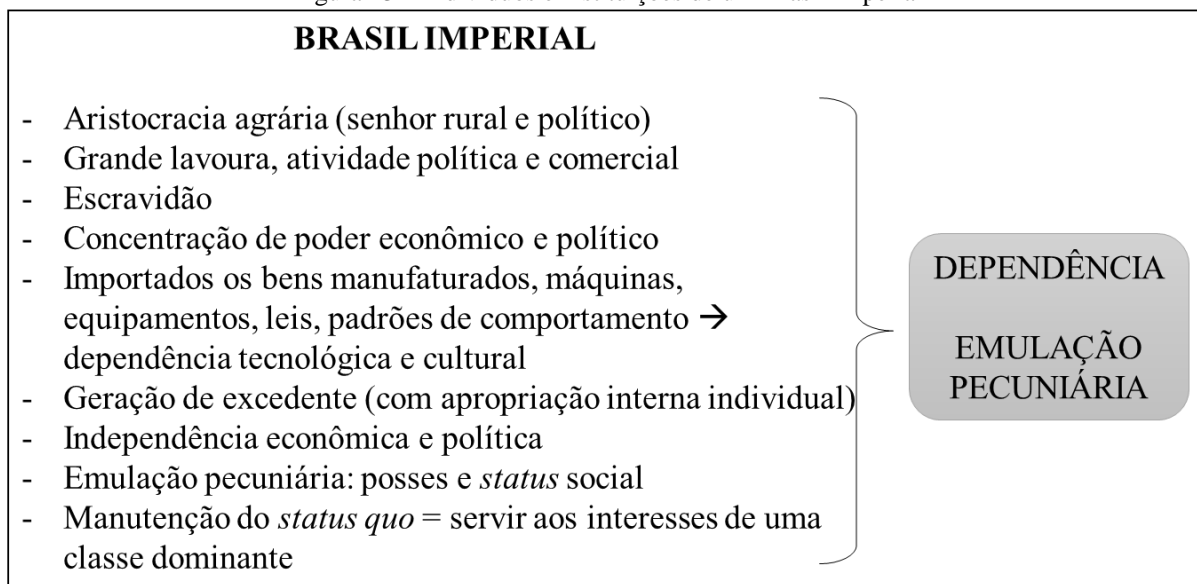
Entretanto, ao invés de significar uma “revolução”³, no sentido de romper com as estruturas e instituições existentes, esse processo envolveu a manutenção da concentração do poder econômico e político nas mãos de um pequeno grupo com interesses individuais e distantes do plano de construção nacional. O conservantismo institucional, *à la* Veblen, impedia a institucionalidade de um novo pensamento voltado para a construção de uma Nação que modificasse a lógica de produção e de concentração de poder.

A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial – da escravidão, à extrema concentração de renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências (FERNANDES, 1976, p. 33).

Tal como sintetizado na Figura 13, a história pós-colonial do Brasil apresentou-se, portanto, com um conservantismo institucional pautado na atividade da grande lavoura, na escravidão, na dependência tecnológica e cultural, na concentração de poder econômico e político e na manutenção da lógica de servir a uma classe dominante (neste momento, a aristocracia agrária). Além disso, com o fim do pacto colonial e a internalização da apropriação do excedente, institucionalizou-se a emulação pecuniária (lógica do lucro, ostentação de posses e do *status* social).

³ De acordo com Fernandes (2018), a palavra revolução é aplicada em diferentes contextos e pode conduzir a diferentes interpretações. Independente das diferenças, para o autor, existe uma unanimidade em compreender a revolução como um conjunto de mudanças drásticas, abruptas, violentas, na estrutura da sociedade.

Figura 13 – Indivíduos e instituições de um Brasil Imperial



Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de independência do Brasil iniciou entre 1822, com a proclamação da independência, e perdurou até 1831, com a abdicação de Dom Pedro I e seu retorno para Portugal. O longo período imperial brasileiro, da independência até a proclamação da República (1889), foi chamado por Bresser-Pereira (2012) de “Estado e Integração Territorial”. Este estágio representou, segundo o autor, a integração política do território nacional, mas também a perpetuação da subordinação cultural e tecnológica aos hábitos e tecnologias europeias.

Mesmo que o processo de independência do Brasil indicasse que o país “pensaria e agiria” de forma independente do Império Português, as regras e os hábitos propagados na sociedade brasileira permaneceram condicionados às tendências externas. O poder político e econômico estava concentrado nos estamentos senhoriais, e a sociedade comum (“massa dos cidadãos ativos”) continuava servindo, segundo Fernandes (1976), de massa de manobra para a elite (os “donos do poder”, os “cidadãos prestantes”, os “senhores-cidadãos”, ou também chamados de “homens de negócios”).

Conforme relatado por Fernandes (1976), com a integração do território brasileiro, a elite brasileira percebeu que a proteção e a ampliação dos seus privilégios estavam condicionadas ao seu grau de domínio sobre a população local. Os interesses da elite senhorial se escondiam em meio a discursos em prol do progresso, da liberdade e da riqueza da nação. De acordo com o autor, os interesses privados da elite acabavam fazendo parte da pauta política dos interesses do povo, como se tudo fosse para beneficiar o conjunto da nação. Dessa forma, com o enraizamento institucional pecuniário, os interesses privados se misturavam

(estrategicamente) com os interesses da sociedade, havendo uma “naturalização” da concentração de riqueza.

Tanto Veblen quanto Fernandes não criticavam a existência do excedente econômico em si. A questão central, para ambos, estava em como esse excedente era apropriado e utilizado. O problema residia na concentração do poder e do excedente nas mãos de um pequeno grupo que usufruía apenas em benefício individual. Por mais que o fim do estatuto colonial tivesse modificado o fluxo do excedente em favor da economia interna, emergiu uma nova forma de limitar esse fluxo devido a concentração da renda nas mãos daqueles que controlavam a política e a economia do país – que, naquele período, incluíam as atividades da grande lavoura e de comércio internacional (FERNANDES, 1976).

O processo de “rompimento” da condição colonial provocou algumas mudanças estruturais-funcionais na sociedade brasileira. Fernandes (1976) classificou essas mudanças em três níveis:

- a) mudança na função política do “senhor rural” em “senhor-cidadão” (quando passa a exercer também funções políticas);
- b) emergência de novos discursos igualitários (discurso político de “solidariedade social”);
- c) ausência de garantias sociais.

Mesmo com o marco histórico do Brasil independente, não houve o enraizamento de uma identidade nacional⁴, ou seja, o debate não estava direcionado para a construção de uma consciência nacional sobre as necessidades e os projetos do país no longo prazo. Os dirigentes do Brasil optaram por incorporar as técnicas, as instituições e os valores das civilizações ocidentais modernas, com o discurso de “superação de velhos hábitos”, de “modernização” e de “progresso” (FERNANDES, 1976).

Essa forma de pensar priorizava a atuação do mercado e a cópia de modelos externos sem a preocupação com a adaptação e a construção de um modelo de desenvolvimento nacional. Essa ideologia de mercado passou a ser difundida entre a sociedade como um modelo ideal, enraizando-se como um hábito de pensamento, e promovendo um padrão de comportamento intelectual-ideológico. Veblen chamaria isso de um predomínio de conhecimentos populares em detrimento de conhecimentos tecnológicos. Desse ponto também decorreu o fato de as elites do Brasil interpretarem, segundo Fernandes (1976), todo processo de mudança social como algo

⁴ A identidade nacional carrega, neste trabalho, um sentido político, “está relacionada com a capacidade de as elites e o povo terem um conceito de nação” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 36).

de competência apenas do setor privado e que apenas este teria os “conhecimentos adequados” sobre o que seria o melhor para o país.

Por mais que a pressão da elite brasileira da época tivesse constituído um ato, de certa forma, “revolucionário”, ela permaneceu assentada na escravidão e na exploração econômica primária. De acordo com Fernandes (1976), o “realismo conservador” e, ao mesmo tempo, o “idealismo liberal” das elites senhoriais da época eram as duas faces da mesma moeda: manter a concentração de privilégio e poder e, ao mesmo tempo, propagar o discurso de progresso e maior liberdade.

Um dos fatos que justificou essa contradição, entre aspectos revolucionários e conservadores da revolução burguesa brasileira, foi a forma como a elite brasileira absorveu a ideologia liberal da época⁵. De acordo com Fernandes (1976), o liberalismo passou a ser incorporado no país como uma “consciência social” sobre a necessidade de “emancipação colonial”. Entretanto, essas motivações liberais permaneciam amparadas na divisão social e econômica (estamentos senhoriais), na escravidão, na atividade primário-exportadora, na dependência cultural e tecnológica, na apropriação individual dos excedentes e na concentração do poder político e econômico.

O privilegiamento econômico das atividades práticas das camadas senhoriais assumiu, assim, o caráter de um “imperativo histórico”. Ele acarretava a continuidade pura e simples dos padrões coloniais da “grande lavoura”, com todo o séquito de condições que a tornavam tão imprópria à integração nacional – a escravidão, o latifúndio, a monocultura extensiva, a especialização na produção e exportação de certos “produtos tropicais”, a extrema concentração social da renda, a exiguidade e a descontinuidade do mercado interno, a dependência das importações, o crescimento econômico descontinuo e horizontal etc. (FERNANDES, 1976, p. 74).

A elite brasileira da época mostrava-se, portanto, defensora da liberdade econômica e da autonomia comercial e financeira, isto é, de poder escolher onde aplicar o excedente e negociar com outras nações. Mas, ao mesmo tempo, essa elite era conservadora na centralização do poder político e econômico e mantinha a dependência cultural europeia (BRESSER-PEREIRA, 2012). Ou seja, não houve a formação de uma identidade nacional e industrial, e a elite percebeu na figura do Estado um “meio” para realizar suas decisões políticas, e um “fim” para manter seus privilégios.

⁵ “Essas expressões, ‘conservadores’ e ‘liberais’, tinham pouca relação com suas correspondentes na Europa” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 18).

5.1.2 O pensamento burguês e a constituição da burguesia

Após o rompimento do estatuto colonial, o próximo passo do desenvolvimento do capitalismo “moderno” estava na superação do sistema escravocrata. De acordo com Fernandes (1976), a lei de abolição do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós), em 1850, mesmo que não tenha significado a abolição da escravidão, constituiu um importante marco no desenvolvimento do capitalismo e na evolução da burguesia no Brasil.

Com a abolição do tráfico de escravos e a crise do império, as lavouras de café passaram a se expandir com mão de obra assalariada. Essas fazendas de café, localizadas principalmente no estado de São Paulo, estavam sob comando de uma “burguesia agrária”, que possuía o pensamento (“espírito”) burguês - a lógica pecuniária -, e envolvia-se na modernização das atividades comerciais das cidades. Foi esta classe que, posteriormente, impulsionou a República. Diferentemente desta, os “barões do café”, no comando das grandes fazendas de café localizadas principalmente em Minas Gerais e Rio de Janeiro, ainda desejavam a manutenção das instituições escravocratas (FERNANDES, 1976).

Dessa diferença entre os “senhores rurais” (burguesia agrária e barões do café) é que emergiu o que Fernandes (1976) denominou de “burguesia nacional”. Ou seja, a elite da época era composta tanto pelos barões do café quanto por uma burguesia formada pelos fazendeiros de café de São Paulo (SP) (burguesia agrária) e pelos imigrantes comerciantes (imigrante burguês ou burguesia industrial).

Esse fazendeiro de café de SP, também chamado de “senhor-cidadão” ou “cidadão da República”, era aquele indivíduo que antes se resumia ao “senhor rural” na fazenda, mas que posteriormente passou a utilizar parte do seu excedente em atividades fora da grande lavoura. Segundo Fernandes (1976), essa “metamorfose” da figura do senhor rural em burguesia agrária não decorreu de uma consciência sobre os equívocos da grande lavoura (regime escravocrata e latifundiário), mas da preocupação em manter a posição social - poder, estilo de vida e visão de mundo - frente a um novo cenário de “modernização” e de elevados custos de produção com a pressão pelo fim da escravidão.

Os fazendeiros de café de SP (burguesia agrária) distinguiam-se da aristocracia rural (barões do café) pois não estavam presentes permanentemente na lavoura e se envolviam também com outras atividades comerciais. De acordo com Fernandes (1976), esses fazendeiros possuíam o “espírito burguês”, eliminavam os intermediários das negociações (redução nos custos e aumento dos lucros), aprimoravam técnicas, modernizavam setores de serviços

(transporte, comunicação), separavam a gerência dos negócios da relação familiar e introduziam a mão de obra assalariada.

Ou seja, um importante traço da Revolução Burguesa brasileira e da chamada “modernização” da época foi o assalariamento e a consolidação do hábito de pensamento pecuniário (burguês), juntamente com a presença do consumo conspícuo. A emergência do “capitalismo mercantil” no Brasil (fase predatória-pecuniária) ocorreu com o surgimento dessa mentalidade burguesa, isto é, quando “o ‘negociante’ transfigura-se no protótipo do *homo economicus*, como se o ‘homem de negócios’ (e não o ‘empresário’ que existia dentro dele) fosse o demiurgo da criação ou da multiplicação das riquezas” (FERNANDES, 1976, p. 103).

O burguês é, de acordo com Fernandes (1976), o indivíduo negociante, aquele que intermedia negociações com o mercado externo, que especula com os valores e com o seu dinheiro e que se apropria dos lucros. Este é o agente que tem o “espírito burguês” (a lógica do lucro) e que vai vir a ser chamado posteriormente de “empresário moderno”, “empreendedor” ou “homem de negócios”. Essa burguesia, que surgiu no desenrolar do Brasil independente e “moderno”, teria, segundo o autor, as forças e os meios (políticos e econômicos) para provocar uma ruptura com a ordem até então vigente.

Essa ideia descreve a capacidade e a força da elite em modificar uma estrutura enraizada. Veblen já trazia isso ao destacar a influência da “classe ociosa” sobre o comportamento dos indivíduos de toda a sociedade. É por isso que Veblen não acreditava que haveria uma consciência de classe de segmentos inferiores ao ponto de romper com a lógica do poder. Isso porque a institucionalização da emulação pecuniária (marco central da sociedade predatória e pecuniária) faria com que os indivíduos comuns desejassem ser “homens de negócios” ou pertencer à “classe ociosa”. E foi exatamente isso que serviu de reforço para a sobrevivência e a propagação da própria elite.

Um fato importante da mudança da figura do senhor rural no país foi que a burguesia agrária passou a obter distinção social (emulação) não mais pela posse de grandes extensões de terra, casarões ou quantitativo de escravos, mas principalmente pelo papel político e pela imagem pecuniária perante a sociedade moderna (urbana). Fernandes (1976) descreveu isso como a emergência do senhor rural em “homem de negócios”, quando a fazenda permaneceu apenas como fonte de renda, mas não de *status*. Conforme o autor, este indivíduo, que não residia mais com sua família na grande propriedade distante do centro urbano, teria agora como principal objetivo a obtenção de lucros de diferentes formas, para garantir e ampliar sua posição social e também demonstrar poder pecuniário por meio do consumo conspícuo, a exemplo de morar no centro urbano, ostentar e desfrutar dos confortos materiais do mundo moderno.

Como forma de garantir isso, a burguesia da época se aproximava cada vez mais das atividades políticas e financeiras (aplicação do excedente) e se afastava do dia a dia (operacional) da atividade econômica, delegando os trabalhos laborais a uma parcela de trabalhadores assalariados. Os homens de negócios tinham, portanto, apenas uma relação estratégica com a grande lavoura, com foco na geração de excedentes. Mais do que isso, de acordo com Fernandes (1976), esse indivíduo pertencente a burguesia não era um “homem de negócios qualquer”, tal como seria o comerciante-imigrante da cidade (burguesia industrial/comercial⁶). Conforme o autor, esse indivíduo pertencente a burguesia agrária seguia sendo um fazendeiro do café “com sobrenome e tradição familiar” (manutenção do *status* social), mas agora com novas formas de demonstração de poder e de acumular riqueza (emulação pecuniária e consumo conspícuo).

O marco da emergência da burguesia brasileira foi, portanto, quando o aspecto pecuniário se tornou uma instituição, quando o lucro econômico, o consumo conspícuo e a emulação pecuniária passaram a ser compartilhados na sociedade como hábitos de pensamento. É por isso que, segundo Fernandes (1976, p. 203), a “[...] Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

Diferentemente dos antigos senhores de engenho e dos barões do café, tanto o fazendeiro de café de SP (burguesia agrária) quanto o imigrante burguês europeu (burguesia comercial ou industrial) formaram a “burguesia brasileira” da época - indivíduos que incorporam o hábito de pensamento burguês, que buscaram o lucro, investiram e aceitaram correr riscos. A peculiaridade era que, mesmo assim, uma parcela dessa burguesia nacional permanecia enraizada em instituições coloniais e ligada aos interesses primário-exportadores⁷.

Algumas políticas voltadas para o setor agrário acabaram gerando, segundo Suzigan (2000), efeitos positivos para o desenvolvimento industrial, como foi o caso do estímulo à imigração, que disponibilizou mão de obra para a indústria. Mas esse “burguês imigrante”, que tinha a lógica do lucro e também do investimento produtivo industrial, estava dependente das relações com o setor externo, uma vez que as atividades de comércio (exportação e importação) seguiam controladas por grandes grupos econômicos estrangeiros. “As origens do grupo social

⁶ Sérgio Silva (1976) chamou esse imigrante burguês de “burguesia industrial”, uma parcela reduzida de imigrantes europeus que chegou ao Brasil com alguma quantidade de capital e de conhecimento e que passou a se dedicar às atividades de comércio local e de importação.

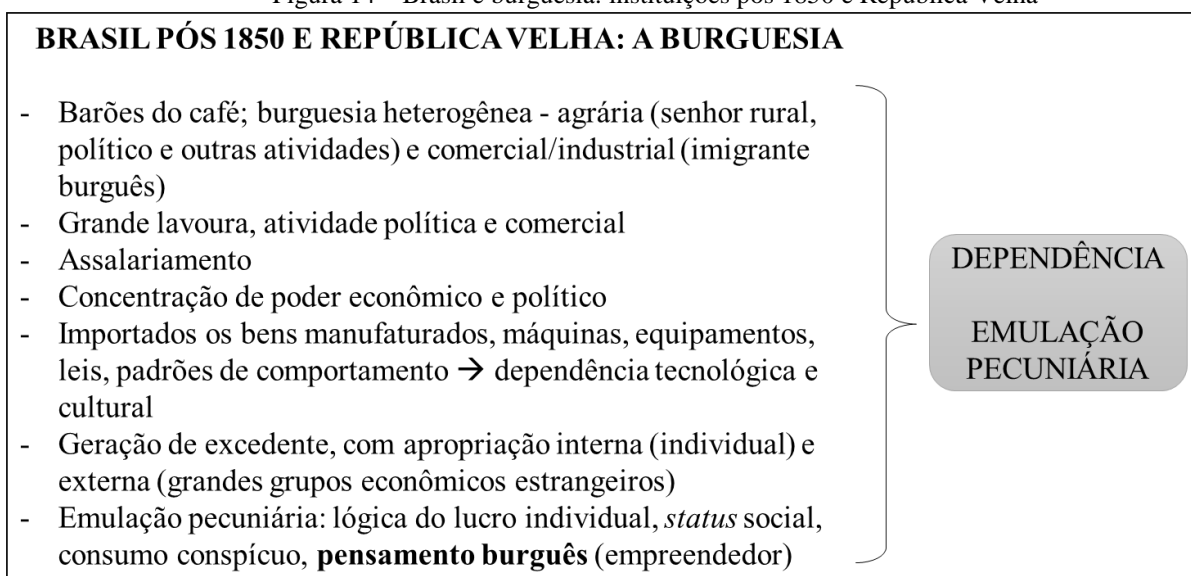
⁷ “[...] Algumas políticas destinadas a atender interesses agrários acabaram favorecendo a indústria - como, por exemplo, a imigração, que acabou sendo importante fonte de mão de obra industrial” (SUZIGAN, 2000, p. 14).

que forma o núcleo da burguesia industrial nascente é, para o nosso estudo, uma questão **subordinada**” (SILVA, 1976, p. 100, grifo nosso).

Essa relação com o setor externo era estreita, ao ponto que o burguês imigrante passou a ser um representante das empresas estrangeiras. Segundo Silva (1976), essa burguesia industrial e comercial obtinha vantagens atuando como importador tanto no acesso ao capital e crédito externo, quanto na aplicação dos lucros nos seus negócios (a criação de empresas industriais). Esta forma peculiar de emergência da burguesia brasileira no contexto da república, tal como representado na Figura 14, segue o desenho do capitalismo no Brasil, isto é, descreve a forma como ocorreu a manutenção de certos privilégios e as relações de dependência do país.

As elites dirigentes do país, que tinham o monopólio do poder e, ao mesmo tempo, qualificavam-se como “revolucionárias”, optaram por uma conduta conservadora como forma de manter seus interesses. “O setor [burguesia brasileira] que eventualmente poderia resistir às mudanças encontrava nelas um meio para conquistar autonomia real e para assumir o controle político da Nação emergente” (FERNANDES, 1976, p. 65).

Figura 14 – Brasil e burguesia: instituições pós 1850 e República Velha



Fonte: Elaborado pela autora.

Se, por um lado, a emergência do pensamento burguês entre o Império e a República representou uma possibilidade de uma revolução nacional e industrial, isso não ocorreu no Brasil. “O regime político, na transição do Império para a República Federativa, continuou sendo dominado pelos interesses das oligarquias agrárias. Não havia espaço no projeto político para uma construção deliberada de fatores industrializantes” (SUZIGAN, 2000, p. 14).

A dependência segue perpetuando-se no desenvolvimento do Brasil pós 1850 e a constituição da República Velha, tanto no que se refere aos aspectos materiais e tecnológicos (bens, equipamentos, processos), quanto imateriais e culturais (hábitos e comportamentos). Por mais que a modernização no país se apresentasse na forma do trabalho assalariado, de novas possibilidades de atividades econômicas, de consumo e de investimento, os “móveis capitalistas” brasileiros seguiam dependentes de padrões externos.

[...] O País não alterou sua forma de inserção no comércio internacional, consolidando, pelo contrário, sua posição de supridor mundial de commodities agrícolas e agroindustriais, com alguma diversificação nos anos vinte, e manteve-se praticamente à margem do avanço tecnológico-produtivo da segunda revolução industrial (SUZIGAN, 2000, p. 15).

Os modelos de desenvolvimento sugeridos pelos países centrais não levavam em conta as peculiaridades estruturais, geográficas, culturais e institucionais dos países subdesenvolvidos. Esse hábito de copiar modelos externos de desenvolvimento e a susceptibilidade do Brasil às regras e ao funcionamento das economias externas também fizeram com que se perpetuasse, ao longo do tempo, o hábito de pensamento brasileiro de uma economia dependente e periférica. Devido às instituições pecuniárias e à ausência de autonomia tecnológica e cultural, a burguesia brasileira da época associou-se ao capital financeiro internacional e entrou em defesa das grandes organizações internacionais e dos padrões de consumo por elas determinados (FERNANDES, 1976).

A importação de bens de consumo pela elite dependia dos excedentes gerados com a atividade de exportação primária. Entretanto, de acordo com o autor, os perfis das exportações (primárias) e das importações (manufaturados) não eram vistos como elementos de disparidade econômica ou de dependência do país, mas eram propagados como “relações naturais”. “Ao contrário do que sucedera nos países da Europa, nos quais a produção rural, controlada pela aristocracia agrária, se destinava ao consumo interno, o Brasil exportava a sua produção rural” (FERNANDES, 1976, p. 77).

Ao mesmo tempo em que a burguesia brasileira aproximava-se do debate sobre o progresso, a liberdade e a modernização, essas alterações eram defendidas na forma de adaptações e melhoramentos – um mero “ajustamento histórico” ou uma “revolução dentro da ordem”, como observou Fernandes (1976). Não é que o processo de formação da burguesia brasileira esteve completamente isento de mudanças ao longo da história, mas este ocorreu de forma gradual e não rompeu com instituições enraizadas desde o período colonial. É a ideia de Revolução Burguesa como um processo ligado à evolução do capitalismo no país.

O enraizamento colonial da dependência tecnológica e cultural, da emulação pecuniária, da concentração da atividade e do poder econômico e político, constituem algumas instituições que se perpetuaram no modo de fazer política e de compreender o desenvolvimento do país. A percepção de nação independente e industrializada ainda não era parte de um projeto de Estado, mas já ressoava em discursos no meio social. Conforme Bresser-Pereira (2012), a República Velha foi um período de emergência das ideias de Nação por parte de figuras intelectuais importantes da sociedade brasileira⁸. Mas isso apenas ganha mais evidência com o processo de industrialização do país e o “pacto nacional” de Getúlio Vargas.

5.1.3 Uma burguesia heterogênea, um “pacto nacional” e uma nação dependente

Bresser-Pereira (2012) denominou o período brasileiro que vai da Revolução de 1930 até meados dos anos 1970 como ciclo “Nação e Desenvolvimento”, dividindo-se entre um “Pacto Nacional-Popular” (1930) e um “Pacto Autoritário-Modernizante” (1964). Neste ciclo, a ideia de Nação deixou de ser parte apenas do pensamento de grupos intelectuais da sociedade e passou a estar contemplada num projeto político de longo prazo.

Após a Revolução de 1930, com a formação do Estado Nacional e o Processo de Substituição de Importações (PSI), o país se unificou enquanto nação e introduziu novas bases econômicas. O país passou a construir uma nova forma de dinamizar a economia interna: ocorreu o “deslocamento do centro dinâmico”, conforme retratado por Celso Furtado (2007). O Brasil se estabeleceu enquanto território nacional para acumulação de capital e iniciou suas bases para a industrialização.

O governo de Getúlio Vargas se aproximou dos interesses nacionalistas⁹ e industrializantes. Com oposição à dependência externa e à oligarquia exportadora, Vargas realizou, conforme Bresser-Pereira (2012), um acordo político, chamado de “Pacto Nacional-Popular”, entre diferentes segmentos sociais, que incluíram: trabalhadores, intelectuais (nacionalistas e de esquerda), burguesia industrial nascente, burocracia pública, setores substituidores de importações e criadores de gado do Sul e do Nordeste.

⁸ Neste período, destacaram-se importantes intérpretes brasileiros sobre a questão nacional: Silvio Romero, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Monteiro Lobato, Roberto Simonsen, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, etc. (BRESSER-PEREIRA, 2012).

⁹ “O nacionalismo não tinha qualquer caráter étnico, nem religioso; era apenas econômico e motivo de orgulho para seus adeptos, porque significava a formulação de um grande projeto comum de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 32).

Com isso, o projeto nacional e industrial de desenvolvimento de Vargas foi posto em prática em 1930 pelo Estado e com o apoio da maior parte da sociedade. A parcela crítica pertencia ao setor primário-exportador e aos segmentos dependentes deste. Nas palavras de Bresser-Pereira (2012, p. 21), “pela primeira vez na história do país o governo liderava com êxito uma política voltada para a industrialização, e o Brasil alcançava taxas de crescimento elevadas. [...]. O Brasil realizava assim a sua revolução nacional e industrial, ou seja, sua revolução capitalista, no mesmo movimento em que construía o seu estado-nação”.

A industrialização do Brasil, a despeito do debate sobre a sua origem¹⁰, representou um importante marco na mudança estrutural da dinâmica da atividade econômica. Suzigan (2000) divide essa fase em três momentos:

- a) a análise do desempenho da produção industrial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país e à produção agrícola brasileira;
- b) a compreensão da origem/natureza da industrialização e do padrão de desenvolvimento (diversificação/concentração, grau de sofisticação tecnológica);
- c) identificação do perfil da política econômica em relação ao setor industrial.

Conforme Suzigan (2000), entre 1933 e 1980, o peso da indústria no PIB brasileiro (8,7%) supera a participação do setor agropecuário (3,8%), de modo que a taxa de crescimento econômico desse período também foi superior em relação ao período anterior, passando de uma média de 4,5% entre 1901-1929 para 6,7% entre 1933-1980. Segundo o autor, no início dos anos noventa até 1929, o desenvolvimento da indústria esteve dependente da exportação primária (geradora de divisas que possibilitavam as importações e a formação interna de capital) e esteve focado principalmente na produção de bens de consumo. “A política econômica, embora suscetível aos pleitos protecionistas da classe industrial emergente, era inteiramente dominada pelos interesses da agricultura, os quais detinham a hegemonia política na época” (SUZIGAN, 2000, p. 19).

É a partir de 1930, mais especialmente com o PSI, que a indústria ganha um protagonismo na apenas na produção de bens de consumo, mas também de manufaturados. Segundo Suzigan (2000), a política econômica estava voltada para os interesses industriais em

¹⁰ Na visão de Celso Furtado (2007), com a “teoria dos choques adversos”, foi o choque externo que promoveu o desenvolvimento da indústria no Brasil e, com isso, o deslocamento do centro dinâmico da economia. Crítico a isso, Peláez (1972) entendia que a industrialização brasileira emerge do setor exportador (“industrialização induzida por exportações”), não havendo uma contradição entre a indústria e setor do café. Silva (1976), por sua vez, entende que a indústria e o café são partes de um mesmo processo de acumulação de capital, denominado de “complexo cafeeiro” e, assim, ao mesmo tempo que constituem uma unidade, são também uma contradição. Cohn (1969) compreende a industrialização como um processo que faz parte do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, existem pré-condições sociológicas para a industrialização.

um mesmo momento em que as políticas agrícolas persistiam. Entretanto, por mais que os interesses industriais e a burguesia industrial tivessem alcançado maior importância neste período, não ocorreram mudanças substantivas entre os anos 1940 e 70 no que se refere a consolidação de uma burguesia industrial brasileira enquanto classe hegemônica no país. Esse fato foi relatado não apenas por Florestan-Fernandes e Bresser-Pereira, mas também por autores como Oliveira Vianna, Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins.

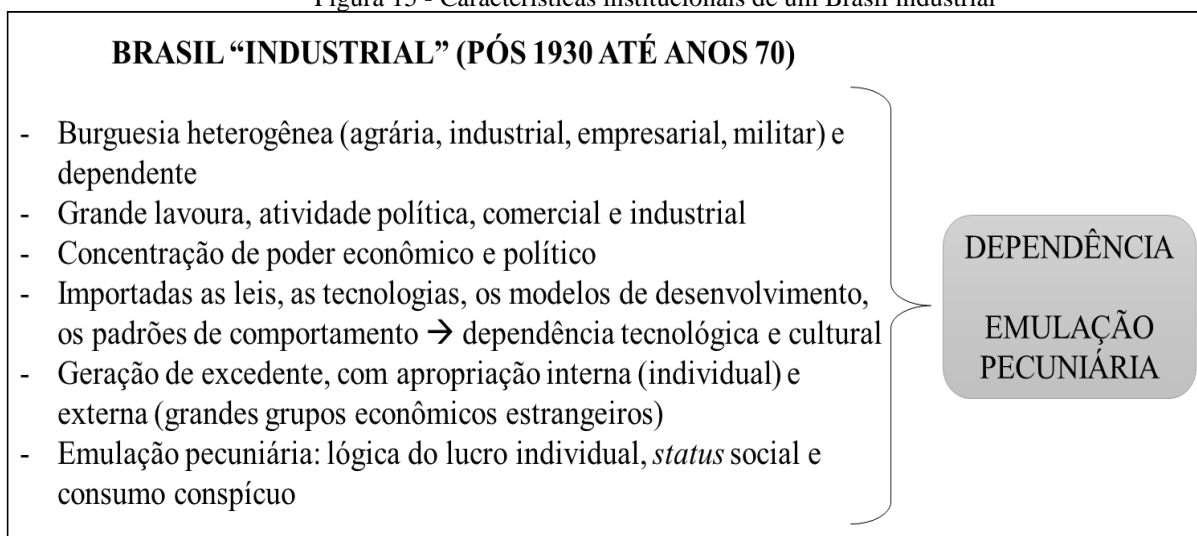
Ainda que tivesse evoluído na concepção nacional e industrializante, a burguesia nacional brasileira não alcançou êxito em institucionalizar o hábito de pensamento de um projeto de longo prazo para o país com a participação da tecnologia e da indústria. Essa elite também não promoveu mudanças na estrutura fundiária, não almejou reduzir as desigualdades regionais e nem alterar a estrutura de concentração de renda do país (FONSECA, 1989).

Além disso, por mais que o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil tivesse provocado uma mudança no padrão da atividade econômica, a dependência do país na esfera tecnológica e cultural permaneceu. Segundo Suzigan (2000), neste período houve um importante desenvolvimento da ciência e da tecnologia por meio da criação de centros de pesquisa, de apoio público à pesquisa e à pós-graduação, da padronização de normas técnicas industriais, da criação de laboratórios de certificação de qualidade, etc.; mas esse sistema não esteve próximo do sistema produtivo.

Por mais que o governo de Juscelino Kubitschek tivesse tentado recompor o “Pacto Nacional-Popular” de Vargas, ele intensificou as relações com o exterior, abrindo maior espaço para o capital estrangeiro na esfera produtiva e financeira. A habituação social da dependência brasileira em relação aos países centrais impediu, portanto, que se institucionalizasse uma identidade nacional-industrial-tecnológica. É por isso que Bresser-Pereira (2012) chamou essa elite brasileira da época de “burguesia nacional-dependente”: nacional, pois entendia que para alcançar os interesses individuais era necessário o desenvolvimento do país; e dependente, pois era seguidora da ideologia neoliberal propagada pelos países desenvolvidos.

Em síntese, conforme a Figura 15, no período de industrialização do Brasil, a burguesia nacional e industrial ganhou maior espaço, quando comparado ao momento histórico anterior. Mas, ainda assim, coexistiram outros grupos sociais com grande poder econômico e político, tal como o caso dos militares e dos empresários liberais (desligados da indústria), constituindo uma burguesia brasileira heterogênea.

Figura 15 - Características institucionais de um Brasil industrial



Fonte: Elaborado pela autora.

O pacto nacional-popular-industrial foi substituído, com o Golpe de 64, por um pacto denominado por Bresser-Pereira (2012) de “autoritário-modernizante”, quando os militares (tradicionalmente defensores do nacionalismo) e os empresários industriais (a burguesia nacional-industrial) fecharam acordo com os norte-americanos em favor da instauração do regime militar no país. Por mais que o Golpe Militar tivesse origem nos interesses estrangeiros, o novo regime não constituiu um rompimento completo com algumas instituições já enraizadas no país.

De acordo com o autor, o “Pacto Autoritário-Modernizante de 1964” foi construído sob a mesma base burguesa, mas agora sua maior força estava na figura dos militares e desconsiderava as camadas mais pobres da sociedade. Com o passar do tempo, essa exclusão dos trabalhadores do projeto autoritário e modernizante de 1964 intensificou os conflitos sociais e os apelos democráticos. É com base neste cenário que emergiu um novo ciclo político, de meados dos anos 1970 até meados de 2000, que foi denominado por Bresser-Pereira (2012) como “Democracia e Justiça Social”, por conta da sua ênfase na luta pela democracia e pela diminuição da desigualdade.

Segundo Bresser-Pereira (2012), a crise do regime autoritário decorreu, em partes, do descontentamento do grupo de empresários em relação às medidas autoritárias adotadas pelo governo de Ernesto Geisel. Com isso, a “burguesia empresarial” deixou de apoiar o governo e se lançou em defesa do discurso democrático. Esse novo ciclo democrático resultou na promulgação da Constituição de 1988 – “uma constituição democrática, social e participativa, que foi recebida com frieza pelas elites conservadoras do país que a consideraram ‘utópica’ e ‘inviável’” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 24).

Já no início do último governo da ditadura, ficara claro que o nacional-desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal haviam perdido espaço. Deixou de existir um “projeto nacional” de industrialização. A crise do início dos anos oitenta sobrepôs objetivos de estabilização macroeconômica aos objetivos de desenvolvimento industrial, ou econômico de modo geral (SUZIGAN, 2000, p. 18).

Conforme Suzigan (2000), além do baixo crescimento econômico brasileiro entre 1981 e 1999, com uma média de 1,9%, a indústria perdeu sua participação no PIB, alcançando uma média de apenas 0,7% neste período, ficando abaixo do setor agropecuário, que teve 2,7% de média de participação. Segundo o autor, esse período marcou uma perda de dinamismo da produção industrial, tanto por razões estruturais decorrentes do fim do PSI, quanto por questões conjunturais motivadas pela crise da dívida. A política econômica não abria espaço para a agenda do desenvolvimento, do progresso industrial e tecnológico do país, mas estava preocupada em seguir as recomendações dos países centrais sobre a estabilização macroeconômica.

O padrão de desenvolvimento brasileiro seguiu orientado por leis, tecnologias, modelos de desenvolvimento e padrões de comportamento determinados de fora para dentro. “A necessidade mais imaginária do que real de crédito externo induz essas elites à política do *confidence building*, ou seja, de aceitar sem a devida crítica as recomendações vindas dos credores através das agências internacionais para conseguir, assim, a confiança dos credores” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 27). Esses modelos estandardizados foram propagados pelas elites intelectuais da época como “conhecimentos tecnológicos”, como práticas e normas formais a serem seguidas para superar os problemas do país e, com isso, alcançar o desenvolvimento econômico.

Em 1990, após o Consenso de Washington, além da dependência brasileira que já estava institucionalmente enraizada no Brasil, passa a predominar “conhecimentos populares” (ideologias) oriundos do neoliberalismo e do fenômeno da globalização¹¹. “[...] A globalização abria espaço para a ideologia neoliberal segundo a qual o desenvolvimento deve ficar por conta apenas do mercado, e para a ideologia ‘globalista’ que anunciava o fim do estado-nação e o surgimento de um conjunto de empresas multinacionais e de seus executivos racionais e liberais voltadas para o desenvolvimento universal (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 28-9). Isso,

¹¹ Segundo Baumann (2021), a palavra “globalização”, que passou a ser mais utilizada principalmente a partir de 1980, pode ser relacionada a três dimensões: financeira, comercial e produtiva. Apesar dos efeitos positivos popularmente relacionados à globalização, como a ampliação dos investimentos, da qualificação da mão de obra e da disponibilidade de bens de consumo, existem desvantagens, tais como a ampliação da desigualdade e da concentração de renda. Sobre isso, ver Baumann (2021).

segundo o mesmo autor, tornou ainda mais evidente a “alienação cultural e política” por parte da elite econômica e intelectual brasileira da época.

Essa “alienação” constituiu-se no predomínio de conhecimentos populares (ideologias) em detrimento de conhecimentos tecnológicos, e passou a ser propagada na sociedade principalmente, segundo Bresser-Pereira (2012), por elites rentistas, financistas¹² e intelectuais. Esses conhecimentos difundidos por elites intelectuais estavam desligados da atividade produtiva, dominavam as principais revistas e noticiários de economia e reproduziam pensamentos que interessavam a lógica do livre mercado, dos homens de negócios e das grandes corporações transnacionais em fins do século XX.

A alienação não é apenas das elites econômicas e políticas; é também das elites intelectuais, que adotam de modo acrítico teorias e orientações políticas vindas do exterior que, ainda que não se apliquem à realidade brasileira, estão legitimadas a priori pela ‘superioridade’ da cultura estrangeira (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 42).

A era neoliberal constituiu o que Bresser-Pereira (2012) chamou de “Pacto Liberal-Dependente”, sob as regras gerais e a institucionalidade global do Consenso de Washington. Esse período, segundo o autor, representou ao Brasil uma espécie de retorno à condição econômica “quase colonial” (anterior aos anos 1930), por conta da desintegração do país enquanto nação unificada (perda da ideia de Nação e de Estado). Se no período da industrialização ocorreu uma tentativa de consolidar uma burguesia nacional e industrial, esta, segundo Bresser-Pereira (2012), sucumbiu com a institucionalização da ideologia neoliberal.

A heterogênea burguesia brasileira unificou-se, nesse “pacto liberal-dependente” referenciado por Bresser, por meio da manutenção de interesses dos grandes grupos econômicos, mas também pela inserção dos interesses de uma elite rentista e financista. Esse pacto sustentado pela institucionalização do “livre mercado” foi um acordo motivado essencialmente por orientações e modelos externos, de modo que se manteve as bases institucionais da dependência brasileira e, mais do que isso, provocou uma espécie de “retorno” ao estágio colonial, por conta da acomodação em sujeitar-se aos interesses estrangeiros (dependência econômica).

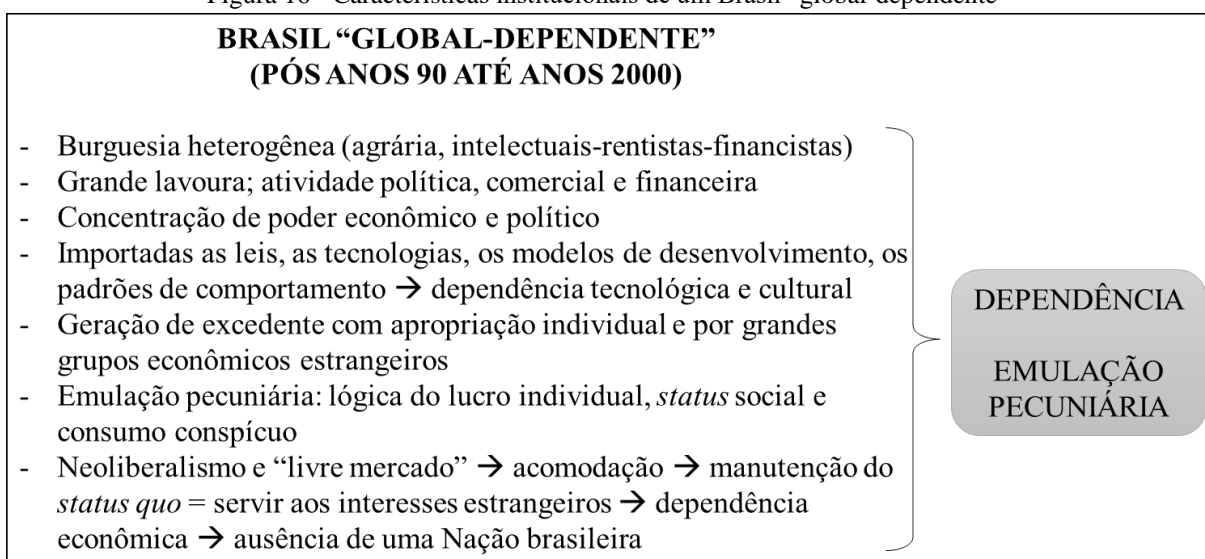
Essa perda de dinamismo econômico nacional e os efeitos das recomendações estrangeiras voltadas ao ajuste macroeconômico e ao livre mercado geraram, segundo Suzigan

¹² Bresser-Pereira (2018) destaca o predomínio atual da coalisão de uma elite rentista (que vive apenas de rendas e é desligada da atividade produtiva) com uma elite financista, que utiliza-se de estratégias empresariais e financeiras apenas para elevar os ganhos individuais.

(2000), aumento do desemprego e da pobreza, piora na distribuição de renda e em setores fundamentais (sistema de saúde, sistema educacional, previdência).

Conforme sintetizado na Figura 16, a evolução para um Brasil global-dependente esteve relacionada a institucionalização da emulação pecuniária, do neoliberalismo, da reprodução acrítica de modelos recomendados pelos países centrais, da dependência tecnológica, cultural e econômica brasileira, da presença de uma burguesia heterogênea sem a articulação de uma burguesia nacional-industrial-inovadora.

Figura 16 - Características institucionais de um Brasil “global-dependente”



Fonte: Elaborado pela autora.

O desenvolvimento do Brasil foi, portanto, cercado de elementos que caracterizaram a formação de uma burguesia heterogênea. Tal como Fernandes (1976) evidenciou, não existe um “modelo democrático-burguês” ideal, uma vez que cada país possui especificidades históricas, culturais, sociais e econômicas. Mas é possível identificar historicamente que, no Brasil, existe o enraizamento institucional de país dependente e periférico que, em partes, pode ser explicado pela forma como se desenvolveu a burguesia no país. “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1976, p. 293).

O uso de meios políticos em benefício individual também perpetuou esse capitalismo dependente e excludente. Sérgio Buarque de Holanda (1995), em “Raízes do Brasil”, descreveu a passagem dos interesses individuais do círculo familiar para o ambiente político. O entendimento de Estado misturou-se com o sentimento de família, perpetuando valores e formas

de pensar individualistas. Dessa mistura de interesses individuais com os interesses políticos, e de olhar o Estado como um ente da família, estava o que o autor denomina de “homem cordial” brasileiro. Este se esquivava de confrontar instituições enraizadas, até porque a manutenção do *status quo* constituía a garantia de seus privilégios.

Essa cordialidade não tinha a ver com o fato de ser polido, educado ou vestir-se de terno e gravata. Apesar de utilizar-se desses instrumentos, esse “homem cordial” buscava, de todas as formas, estratégias de negociação de seus interesses com os valores, as ordens e as instituições já existentes. “Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social” (HOLANDA, 1995, p. 147).

A burguesia desse Brasil global-dependente, que teria o poder de reverberar novos padrões produtivos, nacionais e tecnológicos de comportamento para o conjunto da sociedade, reproduziu a visão neoliberal estrangeira do livre mercado e da desnecessidade do Estado no processo de desenvolvimento. Se esta elite fosse nacionalista, segundo Bresser-Pereira (2012), ela compreenderia a importância do Estado na defesa do conhecimento tecnológico, do trabalho e da indústria nacional, e não seria conivente com imposições externas sobre um “modelo ideal” de desenvolver o país¹³.

As elites dos países latino-americanos têm maior dificuldade em se identificar com sua nação do que as elites japonesas e, mais amplamente, do que as asiáticas, porque muitos de seus membros se veem como “europeus” e rejeitam a existência de interesses divergentes entre seu país e os países ricos. Esta elite europeizada com frequência considera inferior seu povo pobre e mestiço, associando-se às elites externas, ao invés de se associar a seu próprio povo (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 15-6).

Portanto, mesmo que a história identifique, no ciclo “Nação e Desenvolvimento” (fase da industrialização brasileira pós anos 30), traços industrializantes na burguesia brasileira, a importância da indústria, do Estado e de uma identidade nacional não se firmaram na sociedade brasileira como instituições, isto é, enquanto hábitos de pensamento socialmente compartilhados.

Parte disso pode ser explicado pela institucionalização da dependência cultural e tecnológica brasileira, presente desde os tempos coloniais e propagada pela elite que detém o poder econômico e político no país. Esse enraizamento foi fortalecido por um conjunto de

¹³ Diferente do Brasil, o Canadá, por exemplo, possui uma identidade nacional institucionalizada. Neste país, existe a mentalidade de nação, a compreensão da importância da política a nível de Estado sobre a defesa do trabalho, do capital e do conhecimento nacionais (BRESSER-PEREIRA, 2012).

conhecimentos não-práticos (ideologias), ou “fatos imaginários”, que foram proferidos por intelectuais como “modelos ideais” para alcançar o desenvolvimento da sociedade.

As elites dos países em desenvolvimento [...] sofrem de alienação cultural e política em vários graus. Esta alienação tem como origem um fato objetivo – o grau mais elevado de desenvolvimento do país hegemônico – e um conjunto de fatos imaginários: a vontade perversa de reproduzir padrões de consumo do exterior, a crença de que, para crescer, um país como o Brasil “precisa” dos capitais dos países ricos, etc. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 26).

De acordo com Bresser-Pereira (2012), a perpetuação dessa alienação por parte das elites dos países periféricos é, inclusive, um fato desejável pelos países centrais, tal como os Estados Unidos¹⁴. Isso porque, conforme o autor, os países ricos são os maiores interessados em realizar seus lucros nos países pobres (Brasil), uma vez que encontram nestes uma mão de obra barata e aproveitam o grande mercado interno para moldar certos padrões de consumo. Esses países centrais inserem estrategicamente as suas empresas no território nacional, realizam seus lucros e os remetem para suas matrizes.

Dessa forma, no lugar de uma burguesia brasileira com identidade nacional, ocorreu o enraizamento institucional de:

- a) Brasil dependente: submisso às ordens e aos modelos externos (alienação nacional);
- b) Brasil excludente: garantidor de privilégios de uma minoria e fortalecedor da divisão de classes;
- c) Brasil crítico ao Estado: com discursos à favor do mercado e crítico à esfera pública, mas que utiliza o Estado por conveniência individual (interesse pecuniário);
- d) Brasil com uma estrutura produtiva especializada e acomodada: focada apenas na atividade primário-exportadora.

Ou seja, apesar de o processo de emergência da burguesia brasileira ter sido marcado por características e contextos históricos distintos ao longo do tempo, o que dificultou a definição do que seria “a elite brasileira”, foi possível identificar a perpetuação de certos hábitos de pensamento compartilhados. Entre as instituições enraizadas, foram encontradas: a emulação pecuniária, o consumo conspícuo, a ausência de uma burguesia nacional-industrial-inovadora, a especialização produtiva, a falta de percepção da importância do Estado e de um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo, o predomínio do interesse individual sobre o

¹⁴ Segundo Furtado (1974, p. 40), tendo em vista que o sistema monetário internacional é pautado no dólar e que a sua emissão é um privilégio do governo americano, é fato que os Estados Unidos detêm “a tutela do conjunto do sistema capitalista” e que se empenharão para manter esse enraizamento institucional de país soberano.

coletivo, a naturalização da dependência externa e a manutenção do poder (privilégios) como uma estratégia política.

A relação de dependência não esteve presente apenas na reprodução de padrões de comportamentos de consumo dos países desenvolvidos, mas também na forma como se enraizaram as instituições e como se desenvolveu a estrutura produtiva e tecnológica do Brasil. “Assim, o comportamento dos produtores e dos investidores só superficialmente é um reflexo das alterações que ocorrem no subsistema do consumo; ele traduz essencialmente o regime de propriedade da terra, o controle da riqueza já acumulada, o controle dos fluxos financeiros e da criação de liquidez, o controle da informação, o acesso à tecnologia, etc.” (FURTADO, 2008, p. 32).

5.2 TECNOLOGIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Este estudo chega ao conceito de dependência no sentido de uma instituição, isto é, um hábito de pensamento que está enraizado na sociedade brasileira e que encontra justificativa, dentre outros elementos, na forma como se desenvolveu o progresso tecnológico no Brasil. Foi Celso Furtado quem apresentou a relevância do progresso técnico na construção da história e na reprodução das sociedades capitalistas (LASTRES; CASSIOLATO, 2020).

Para pensar a tecnologia enquanto pilar vebleniano determinante no contexto histórico brasileiro de país subdesenvolvido, resgata-se o problema da dependência tecnológica do Brasil. Mesmo reconhecendo o poder que a tecnologia exerce para potencializar uma mudança estrutural, tanto em Veblen quanto em Furtado (1999), o progresso tecnológico somente seria capaz de promover mudanças substantivas em um país quando fosse compreendido na forma de um “sistema nacional”, isto é, um sistema construído endogenamente.

Este sistema, criado e desenvolvido internamente, estaria acompanhado dos indivíduos, dos aspectos culturais, de instituições nacionais e de um olhar voltado para a indústria e a tecnologia. Entretanto, ao mesmo tempo que, com o Processo de Substituição de Importações (PSI) no Brasil, a industrialização e o progresso tecnológico se apresentaram como possíveis articuladores de mudanças institucionais e estruturais em prol do aprimoramento produtivo e do desenvolvimento de um sistema e de uma identidade nacional, o que se percebeu foi um aprofundamento das relações externas e da dependência brasileira.

Mesmo com o processo de industrialização brasileira pós anos 1940, e com a intensificação do processo de globalização dos anos 90, houve um aumento da dependência

tecnológica brasileira. Nas palavras de Castro (2003, p. 71, tradução nossa), “[...] houve uma cópia rápida das características da indústria nas economias centrais”.

O progresso tecnológico da periferia decorreu da inserção de empresas, tecnologias e processos estrangeiros, da mesma forma que a produção industrial interna estava voltada essencialmente para o padrão de consumo de uma pequena parcela da sociedade. A sociedade brasileira permaneceu dependente de produtos e insumos estrangeiros e de padrões tecnológicos criados por estes. Essa dependência tecnológica, tanto no processo de elaboração e organização dos processos (tecnologias sociais) quanto nas máquinas (tecnologias físicas), e também a dependência cultural, assentada na cópia de padrões de comportamento externos, bloqueou uma possível mudança na trajetória nacional de desenvolvimento do país. Em outras palavras, interrompeu a formação de uma “civilização industrial e nacional” (FURTADO, 1978).

O PSI foi importante para a industrialização brasileira, mas, ao mesmo tempo, sinalizou para uma maior dependência externa frente a inserção de grandes empresas estrangeiras no país, detentoras da tecnologia e propagadoras de padrões de comportamento. Nas palavras de Furtado (1974), isso aconteceu, pois, o PSI possui uma tendência para a reprodução simplificada (“miniaturização”) dos padrões industriais e tecnológicos externos.

Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cêntricos, o que reforça a tendência para a reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração da renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974, p. 26).

Essa internalização de padrões externos de comportamento excluiu do consumo uma parcela considerável da sociedade que não consegue alcançar essa estandardização do modo de viver a vida, mas também aprisionou o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, fazendo com que as nações periféricas perpetuassem seu estado de dependência em relação aos países centrais. As grandes corporações internacionais passaram a tomar a frente do processo de industrialização, do progresso tecnológico e, em última instância, da trajetória das sociedades.

Quando essas grandes empresas dos países centrais passaram a penetrar nos subsistemas nacionais e a formar grandes oligopólios, intensificou-se o processo de dependência dos países periféricos. Se, por um lado, com o PSI, algumas atividades industriais passaram a fazer parte da estrutura produtiva brasileira, estas permaneceram dependentes de tecnologias externas e comandadas estrategicamente por corporações estrangeiras. Estas, por sua vez, não possuíam

preocupação com a criação de uma dinâmica nacional de longo prazo ou um projeto de desenvolvimento para o país.

Conforme Furtado (1999), o processo de transnacionalização, em que as atividades produtivas e estratégicas nacionais ficam controladas por pequenos grupos estrangeiros, prejudicou a formação institucional de um “Estado Nacional”. Uma “economia nacional”, segundo Furtado (2008), abrangeria tanto um sistema político com autonomia, quanto um sistema econômico coerente com a dinâmica interna do país. Entretanto, a dinâmica de inserção global do Brasil não passou pela endogeneização dos processos tecnológicos e industriais, e nem pela formação de hábitos de pensamento voltados para um projeto de desenvolvimento nacional e pela construção de uma identidade nacional.

Aproximando esse aspecto tecnológico dependente com as instituições de um país, outro fator crítico identificado em países periféricos foi a naturalização dos grandes lucros e a sua apropriação individual por homens de negócios ou por grandes corporações. Esse “moderno capital industrial” prioriza o aspecto financeiro em detrimento do fator produtivo, tal como já descrito por Veblen (1966), de modo que a concepção moderna de “capital” passa a ultrapassar o simples conjunto de recursos e processos produtivos que compõem uma indústria.

Enquanto que, em tempos anteriores à modernização industrial, o capital era constituído basicamente pelos equipamentos industriais, a moderna corporação passou a deter sua capitalização principalmente nos seus aspectos imateriais, com sua rentabilidade centrada essencialmente no que Veblen denomina de *good-will* - aspectos imateriais diversos que estão presentes nas negociações modernas: *marketing, branding, design, valuation*, etc. Esses “ativos diferenciais”, juntamente com as novas formas de composição societária¹⁵, representaram vantagens financeiras especialmente para os seus diretores (homens de negócios) e constituíram-se como importantes estratégias das grandes corporações.

As grandes corporações estrangeiras eram detentoras das estratégias, do capital material (tecnologia física) e do capital imaterial (tecnologia social), o que concentrava poder e riqueza em seus países de origem. Em um contexto de expansão da divisão internacional do trabalho, do mercado financeiro internacional e do poder de oligopólios, a grande corporação transnacional constituiu, portanto, o “elemento estruturador do capitalismo na sua presente fase evoluída” (FURTADO, 1974, p. 10).

¹⁵ “Este método de capitalização, portanto, estabelece uma separação até certo ponto completa entre a direção e a propriedade do equipamento industrial. De maneira geral, sob as formas de organização da corporação, os proprietários das instalações industriais não têm voz ativa na sua administração, e quando os títulos preferenciais representam grande cota do capital, essa alienação do controle por parte dos proprietários pode ser na mesma medida irrevogável” (VEBLLEN, 1966, p. 75).

Essa forma moderna pela qual o sistema capitalista se apresentava foi centrada na concentração de poder econômico e no domínio tecnológico pelas grandes corporações. Conforme Furtado (1974), em fins dos anos 60, com a internacionalização de capitais, o poder das grandes empresas internacionais se fortaleceu na estrutura produtiva brasileira. Com isso, a ideia de um sistema nacional (brasileiro) de desenvolvimento foi perdendo força, dando lugar a uma mentalidade que naturalizou o poder econômico e político das grandes corporações privadas internacionais, e que auxiliou na perpetuação do *status* de Brasil dependente.

Com vistas a elevar a rentabilidade dos investimentos, as empresas dos países industrializados passaram então a buscar matérias-primas, trabalho barato e demanda para seus produtos no mundo subdesenvolvido. Como nestes países não existe uma estrutura sindical organizada e raramente as elites econômicas detêm um projeto de desenvolvimento autônomo, nasce uma interação específica entre os interesses estrangeiros e os das elites dirigentes. Formam-se alianças com as elites locais para bloquear o avanço de forças sociais que acompanham o desenvolvimento econômico e que poderiam vir a ameaçar a estrutura social vigente. Afinal, **não é do interesse das empresas estrangeiras o desenvolvimento local, pois isso poderia levar ao aumento do poder dos trabalhadores e conseqüentemente à elevação dos custos das matérias-primas a serem exportadas para o centro, além do surgimento de concorrência industrial** (CARVALHO; GALA, 2020, p. 65, grifo nosso).

Mesmo que esse processo de industrialização e de acumulação não fosse monopolista - tal como era o modelo inglês dos primórdios da Revolução Industrial -, o poder econômico estava concentrado em poucas grandes empresas multinacionais (com poderes de monopólio). Essas grandes empresas acumulavam vantagens na administração dos preços e no acesso às tecnologias, possibilitando a diversificação da produção e originando os “conglomerados internacionais” que, segundo Furtado (1974), são as formas mais avançadas da “empresa moderna”.

Estes conglomerados não coordenavam apenas um produto específico, mas uma gama de bens, inclusive substitutos entre si (diferenciação e diversificação vertical e horizontal). Furtado (1974) cita como exemplo as grandes empresas de petróleo que se diversificaram dentro do setor petroquímico e também em setores concorrentes, como o carvão e a energia nuclear. Com isso, foi possível auferir vantagens financeiras por meio da manipulação de estratégias em dois setores distintos, equilibrando os ganhos de um com as possíveis perdas do outro setor.

Por mais que essas corporações apresentassem vantagens de economia de escala e escopo, o grande poder, segundo Furtado (1974), estava na manutenção de elevados níveis de lucro (via controle sobre os preços e barreiras à entrada), o que também implicava em vantagens na obtenção de crédito no mercado. Com isso, um dos motivos para esse avanço das grandes

corporações nos países periféricos estava em dominar o grande mercado consumidor brasileiro, eliminando possíveis concorrentes e aproveitando a mão de obra barata disponível. O Estado nacional, por sua vez, ficava “amarrado” às relações de poder e à organização política e econômica da grande corporação não-nacional.

Furtado (1981) criticou a divisão internacional do trabalho, na qual o país periférico serviria apenas para fornecer recursos baratos para que a grande empresa internacional conseguisse realizar seus lucros e aplicá-los fora do país. Ou seja, o processo de dependência se intensificou quando os países periféricos mantiveram sua especialização na produção de bens primários para atender o mercado externo e deixaram de construir um dinamismo industrial e tecnológico nacional.

Graças à manutenção dos baixos salários na Periferia, as empresas transnacionais estão tentando reconstruir o sistema de divisão internacional do trabalho mediante deslocamento para a Periferia de parte crescente da atividade industrial. Uma Periferia semi-industrializada emerge assim sob a forma de um espaço em que se localizam atividades industriais controladas do Centro e orientadas em boa parte para o mercado deste. [...]. A nova divisão internacional do trabalho permite-lhes alcançar um duplo objetivo: abrir espaço para a industrialização periférica no quadro da modernização – o que amplia o espaço de utilização da técnica disponível – e reforçar a posição que ocupam no sistema capitalista [...] (FURTADO, 1981, p. 47).

Para Furtado (1974), essas grandes empresas estrangeiras e seus “homens de negócios” exerceram poder sobre as economias periféricas e foram responsáveis por definir padrões de produção, investimento, consumo e pensamento. Por isso, qualquer movimento na época que fosse questionar esse privilégio e esse espaço encontraria forte resistência não apenas no seletivo grupo de homens de negócios, mas no grupo dos indivíduos “comuns” dos países periféricos, que possuíam seus hábitos de pensamento em favor da grande corporação ou do indivíduo detentor de poder econômico.

Isso devia-se, em grande parte, pelo o que Furtado denominou de “mito do progresso”. Os indivíduos comuns, por consumirem bens dos países centrais (ou cópias destes)¹⁶, ou por seguirem padrões (*standard*) ditados por uma classe econômica superior, acreditavam estar numa situação de progresso econômico, isto é, sentiam-se pertencentes a um *status* social superior, tal como Veblen já identificava na sua obra sobre a Teoria da Classe Ociosa.

¹⁶ “Não se trata de negar toda autonomia ao consumidor: este pode escolher entre duas marcas de automóvel ou mesmo negar-se a comprar automóvel e preferir andar de táxi. Mas, para o conjunto do sistema econômico, essa autonomia tem uma significação que pode chegar a ser marginal. No essencial, o comportamento do consumidor está determinado por decisões tomadas por outros agentes econômicos, os quais, por seu lado, estão condicionados pelos fatores institucionais e culturais [...]” (FURTADO, 2008, p. 32).

Mais precisamente: pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (FURTADO, 1974, p. 14).

Esse processo de domínio de países centrais, dos homens de negócios e da grande corporação intensificou a divisão de classes, elevou as taxas de crescimento econômico dos países centrais e aumentou a distância dos países periféricos. É por isso que a dependência cultural e tecnológica se mostrava como uma instituição que estava ligada a outros dois hábitos socialmente compartilhados na sociedade brasileira: a emulação pecuniária e o consumo conspícuo.

O dinamismo econômico do centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, **o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos**. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no decorrer do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (FURTADO, 1974, p. 44, grifo nosso).

Esse padrão de consumo, de produção e de pensamento mimetizado foi institucionalizado nos países periféricos, acabando por conduzir o comportamento dos indivíduos “comuns” da sociedade e por intensificar a relação de dependência e de concentração de renda.

A essência dessa crítica à dependência e ao “mimetismo cultural” do Brasil não teve como objetivo condenar o consumo e o comércio de produtos estrangeiros ou a circulação de capitais. O problema apontado por Furtado, e também presente nos escritos de Veblen, estava em condicionar institucionalmente o comportamento dos indivíduos e a estrutura econômica do país às estratégias definidas pelas grandes corporações estrangeiras ou pelos homens de negócios, sem que isso envolvesse a construção de uma dinâmica nacional de desenvolvimento, a construção de um sistema nacional de tecnologias e de instituições.

A simples imitação tecnológica não provoca, portanto, mudanças substanciais (institucionais e estruturais) no sentido de superar a condição brasileira de país periférico-subdesenvolvido. Em outras palavras, um país apenas conseguiria se desenvolver caso rompesse com o enraizamento institucional de dependência dos países centrais e internalizasse uma “civilização industrial criativa” (FURTADO, 1978).

Essa criatividade, que em Veblen estava relacionada ao desenvolvimento de conhecimentos tecnológicos (industriais e práticos), em Furtado estava relacionada à construção e utilização da tecnologia em um processo industrial nacional. Apesar de a industrialização da periferia ter representado mudanças no processo de desenvolvimento, principalmente no que se refere a emergência de um setor diferente do tradicional “primário-exportador”, não obteve sucesso em promover a construção de uma identidade nacional, industrial e criativa, capaz de superar a dependência tecnológica e cultural enraizada desde o período colonial.

Para Furtado (1999), o que conectava essa dependência tecnológica e cultural ao estágio de subdesenvolvimento do país era, em grande medida, a forma como as estruturas de poder e o processo político evoluíram no Brasil. Conforme já identificado, na evolução da burguesia brasileira, as diversas formas de poder (especialmente o político) estavam concentradas em um pequeno grupo voltado para a manutenção de interesses pecuniários individuais. “Se observamos mais atentamente o sistema econômico vemos que as decisões significativas, em todos os subsistemas, são fortemente condicionadas por ingredientes políticos, ou seja, pelo uso do poder” (FURTADO, 2008, p. 32).

O fator político da globalização, um “imperativo tecnológico inescapável”, esteve marcado pela institucionalização do livre mercado e o combate ao protecionismo industrial. Isso gerou impactos diferentes nos países periféricos e nos países centrais (com suas indústrias já consolidadas). “[...] O fator político juntamente com a orientação da tecnologia deram ao processo histórico um sentido crescentemente favorável às empresas transnacionais” (FURTADO, 1999, p. 21).

Tal como já descrito, na fase “global” do capitalismo brasileiro, a expansão da economia nacional esteve ainda mais subordinada às corporações internacionais. Conforme Castro (2003), as duas tentativas de *catching-up* (emparelhamento com as nações desenvolvidas) da economia brasileira - décadas de 1950 e 1990 - foram marcadas por um aumento de investimentos estrangeiros no país que auxiliaram no progresso industrial, mas, ao mesmo tempo, constituíram um “aprisionamento” (*lock-in*) da condição de país periférico e tecnologicamente dependente.

Com a intensificação da abertura econômica e comercial, a modernização brasileira foi marcada por um processo de intensificação da entrada de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e de dependência estrutural. Dessa forma, além da dependência cultural, Pereira e Dathein (2021) descrevem que houve uma intensificação da dependência estrutural da economia brasileira pós anos 90, principalmente porque a entrada de investimentos estrangeiros

não esteve acompanhada da criação de uma dinâmica industrial própria e da inserção brasileira da produção industrial nacional no comércio internacional¹⁷. Ou seja, as estratégias de desenvolvimento internas eram conduzidas pelos movimentos e pelas estratégias do capital estrangeiro.

Mesmo que a inserção do Brasil em um panorama econômico global trouxe benefícios de acesso a diferentes mercados, isso aprofundou problemas econômicos e sociais nos países subdesenvolvidos. A competição global exige a utilização de recursos tecnológicos, dos quais os países desenvolvidos possuem significativas vantagens em relação aos países em desenvolvimento. Essa constatação foi trazida por Rodrik (2018), quando ressaltou que a inserção de um país em desenvolvimento nas Cadeias Globais de Valor (CGVs), via vantagens comparativas tradicionais, limita ou até prejudica seu desempenho. Isso porque, em um cenário global, reduzem-se os ganhos de comércio de países pobres, intensivos em trabalho não qualificado, e elevam-se os ganhos de países ricos com recursos tecnológicos e mão de obra qualificada. Ou seja, conforme o autor, as perdas decorrentes da ausência tecnológica não são compensadas pelos ganhos de uma vantagem comparativa intensiva em trabalho barato, porém não sofisticado.

A modernização produtiva do Brasil de fins do século XX estava vinculada a presença de IED, mas as transnacionais não promoveram um dinamismo endógeno. Apesar de a modernização econômica do país pós abertura econômica ter sinalizado para uma reorganização produtiva, com a inserção brasileira nas CGVs, a atividade industrial do Brasil se manteve dependente das estratégias externas de desenvolvimento. Esse baixo dinamismo do Brasil tem como uma das causas a maneira como o país se inseriu nas CGVs: um país que importa muitos bens tecnologicamente sofisticados em relação aos exporta (PEREIRA; DATHEIN, 2021).

De acordo com Furtado (1974), a evolução dos termos de intercâmbio no comércio internacional tende a ser desfavorável para os países da periferia (tal como o Brasil), uma vez que estes seguem dependentes da produção e exportação de bens primários. Na interpretação do autor, isso faz com que os incrementos de produtividade estejam relacionados apenas a um aumento nas exportações desses bens - vantagens comparativas naturais -, e não de um processo de acumulação e avanço tecnológico. Não é que os países não possam aproveitar as vantagens naturais que possuem, mas o problema está em considerar isso como uma *lei geral* - uma instituição.

¹⁷ Sobre a inserção, entre fins do século XX e início do século XXI, da indústria de transformação brasileira no comércio internacional, especialmente das empresas transnacionais, ver Pereira e Dathein (2021).

Somado a isso, a percepção social e intelectual sobre o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade também passou por mudanças, especialmente após o fenômeno da globalização. Segundo Furtado (1999), o Estado passa a ser visto como um facilitador de um sistema produtivo transnacional (dinamismo externo). Isso representou um obstáculo ainda maior para a construção de uma identidade nacional e a percepção social da importância de um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo para o país. A dependência tecnológica e cultural, e o domínio das grandes empresas estrangeiras, constituíram barreiras para a superação do subdesenvolvimento brasileiro.

A experiência nos ensina que **o modelo de desenvolvimento deve ser concebido a partir das peculiaridades de cada país**, tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional. Ora, o que estamos testemunhando é o desmantelamento do modelo que permitiu a inserção de países da América Latina no processo de industrialização e a adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade somente poder ser captada no quadro de um sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que os integram. Trata-se de prescindir de políticas nacionais de desenvolvimento, porquanto a estratégia das grandes empresas transnacionais se sobrepõe ao âmbito de visão dos atores nacionais (FURTADO, 1999, p. 18, grifo nosso).

A racionalidade que imperou na sociedade capitalista, dominada por grandes corporações estrangeiras e homens de negócios, foi, segundo Furtado (1999), a “lógica econômica” (pecuniária), em detrimento da lógica produtiva e tecnológica. Conforme o autor, a elite política e econômica do país, com seus hábitos de pensamento pecuniários, direcionou suas ações com o pressuposto de que todos os recursos materiais já estavam disponíveis para serem usados e que, por isso, apenas seria preciso “alocá-los de maneira eficiente”, isto é, “realizar ações eficientes”.

Entretanto, o critério de eficiência considerado na sociedade predatória-pecuniária era puramente econômico (pecuniário), e não social e substantivo¹⁸. Além do mais, esses “valores substantivos” (*à la* Furtado) diferiam de uma realidade para outra, de modo que o progresso tecnológico e a condução das políticas e das atividades econômicas deveriam levar em consideração as peculiaridades sociais e culturais de cada país.

¹⁸ Furtado (1999, p. 19) diferencia a eficiência econômica da eficiência substantiva por meio do seguinte exemplo: “o valor de um pedaço de pão, para um faminto, não pode ser medido com a mesma escala com que se afere o valor da comida de quem nunca sentiu verdadeira fome”.

5.3 OS PILARES VEBLENIANOS NAS RAÍZES DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A percepção de Veblen sobre o fenômeno do desenvolvimento diz respeito ao fornecimento das condições para o aprimoramento (bem-estar) da vida em sociedade, e não apenas do crescimento isolado da renda ou do progresso tecnológico. De forma semelhante, Furtado, importante intérprete da economia brasileira, argumenta que o crescimento econômico está dentro da discussão do desenvolvimento, mas este último abrange um fenômeno muito maior (uma “estrutura complexa”)¹⁹.

A complexidade estrutural reside nos aspectos “não-econômicos” (valores substantivos), que incluem as instituições e as necessidades imateriais de uma sociedade. “Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de **fatores sociais e institucionais** que escapam à análise econômica corrente” (FURTADO, 1983, p. 78, grifo nosso).

Veblen pensa na estrutura como um sistema de produção capitalista que fornece as condições materiais de uma sociedade, e nas instituições enquanto elementos imateriais que interagem com essa estrutura complexa. Dessa forma, as instituições veblenianas podem ser encontradas em Furtado nesse conjunto de valores substantivos enraizados na sociedade. Apesar de o autor não se deter ao estudo específico das instituições, Furtado descreve a importância do sistema de valores e das variáveis não-econômicas, uma vez que “o desenvolvimento é, ao mesmo tempo, um problema de acumulação e progresso técnico, e **um processo de expressão de valores**” (FURTADO, 1983, p. 80, grifo nosso). Esses valores, tal como as instituições, norteiam o comportamento humano.

Dessa forma, é possível encontrar em Veblen e em Furtado, a despeito de suas diferenças teóricas e metodológicas, uma análise e uma crítica que abrange tanto as estruturas quanto as instituições em um sentido complexo, isto é, para além da discussão econômica tradicional centrada em fatores de produção ou em instituições como “regras do jogo”²⁰. Veblen e Furtado

¹⁹ “[...] O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social” (FURTADO, 1983, p. 78).

²⁰ “Regras do jogo” é o termo popularizado por North (1990), pertencente à Nova Economia Institucional (NEI), para referir-se às instituições como restrições que moldam as condutas dos agentes individuais e das organizações (jogadores). Os trabalhos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2002, 2017) que abordam as instituições normalmente são centrados nessa visão tradicional, que considera as

ressaltam os parâmetros não-materiais do desenvolvimento e entendem que, para pensar na atual situação tecnológica e produtiva de um país, é preciso ter conhecimento do seu contexto institucional.

Furtado interpretou o (sub)desenvolvimento econômico do Brasil por meio de uma análise estrutural assentada no enraizamento de instituições predatórias e pecuniárias, e que também está ligada à forma como a revolução burguesa e o capitalismo se desenvolveram no país, tal como já descrito por Florestan-Fernandes. Furtado (1974) exemplificou esse “aspecto predatório”²¹ com uma publicação do Departamento do Interior dos Estados Unidos, em 1972, que anunciou a estratégia de países centrais em garantir sua posição superior por meio do aumento na demanda de recursos primários não renováveis, importados de países subdesenvolvidos. A política de “abertura” da economia norte-americana de longo prazo estava estrategicamente pautada, portanto, na ampliação da importação de recursos primários e poluentes de países periféricos, enquanto que o progresso interno do país estava direcionado para o desenvolvimento da indústria nacional com atividades econômicas de maior complexidade produtiva²².

Os modelos de desenvolvimento propagados pelas nações desenvolvidas foram sustentados, segundo Furtado (1974), pela importação de recursos primários (atividades menos complexas) de países subdesenvolvidos e pela proteção à indústria nacional e o progresso tecnológico interno (atividades mais complexas). Apesar de as grandes potências econômicas propagarem “modelos de desenvolvimento” assentados, dentre outros elementos, na liberalização dos mercados e na especialização produtiva “natural”, trilharam estratégias de proteção da indústria nacional, sofisticação e diversificação da pauta exportadora (CHANG, 2003).

O sucesso de países que conseguiram passar pelo processo de *catching up* deveu-se, em grande parte, ao papel ativo do Estado. Conforme Cimoli *et al.* (2007), a atuação do governo com políticas protecionistas e subsídios diretos e indiretos foi fundamental para que países em desenvolvimento, durante os séculos XIX e XX, conseguissem alcançar patamares de países líderes. Apesar de os tratados internacionais e as economias desenvolvidas defenderem o livre

instituições (de mercado) como organizações eficientes e “reduzoras de incertezas”, promovendo receituários políticos de desenvolvimento econômico.

²¹ “Refiro-me ao caráter predatório do processo de civilização, particularmente da variante desse processo engendrada pela revolução industrial. A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (FURTADO, 1974, p. 17).

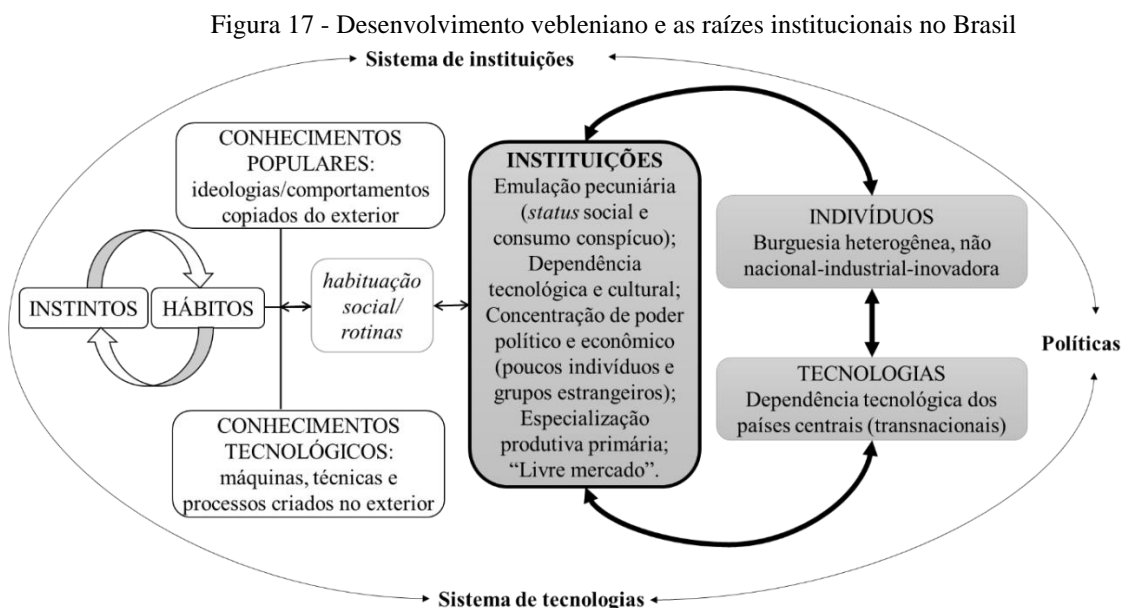
²² “O caso mais dramático é o do petróleo: havendo sido o maior exportador mundial, os Estados Unidos tendem a transformar-se em um dos maiores importadores” (FURTADO, 1974, p. 16).

mercado e se oporem ao protecionismo estatal à indústria nascente, o empurrão do governo foi essencial para o desenvolvimento das indústrias em países como Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Coreia e Taiwan (CHANG, 2003; CIMOLI *et al.*, 2007).

Para Furtado (1974), uma nação não se torna desenvolvida pelo simples caminhar do mercado, orientada pela “mão invisível” de Adam Smith; mas é “resultado de uma política deliberadamente concebida com este fim” (p. 23). A política interfere, portanto, no sistema de tecnologias e de instituições de um país, constituindo o esquema vebleniano de desenvolvimento, representado na Figura 17.

No caso brasileiro, o (sub)desenvolvimento pode ser compreendido pela forma como as instituições interagiram com os indivíduos e as tecnologias ao longo do tempo. Dentre as instituições fortemente enraizadas no Brasil destacam-se: a emulação pecuniária (ligada ao consumo conspicuo e à preocupação em manter um *status* social), a dependência tecnológica e cultural, a concentração de poder político e econômico nas mãos de poucos indivíduos e grupos estrangeiros, a concentração na especialização produtiva primária sem abrir espaço para o desenvolvimento de vantagens competitivas também em outros setores, e a ideologia do livre mercado que não reconhece a importância do Estado no progresso econômico e social do país.

Essas instituições se relacionam com uma burguesia heterogênea, que inclui principalmente os modernos homens de negócios (a chamada “burguesia intelectual-rentista”), mas que não se caracteriza por ser uma burguesia nacional, industrial e inovadora. Nesse mesmo processo interativo estão as tecnologias do país, que seguem um formato dependente e determinado pela atuação estratégica das transnacionais.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tal como descrito nos primeiros capítulos desta tese, os instintos humanos interagem com os hábitos de vida e de pensamento dos indivíduos, de maneira que a manifestação destes está condicionada aos hábitos enraizados na sociedade. Esses hábitos também interferem na forma como os conhecimentos populares e tecnológicos emergem e são difundidos. Nas raízes do desenvolvimento brasileiro, percebeu-se um predomínio de conhecimentos populares (ideologias) assentados em padrões de comportamento (ação e pensamento) estrangeiros, na forma de modelos “ideais” de consumo, investimento e desenvolvimento, tal como a ideologia do livre mercado propagada por países desenvolvidos. Por sua vez, os conhecimentos tecnológicos, os processos e técnicas industriais e inovadoras estiveram presentes na economia do país com a industrialização brasileira, mas não foram construídos endogenamente, pois permaneceram dependentes do progresso tecnológico estrangeiro.

Essa forma de pensar e de construir os conhecimentos passou, ao longo do tempo, pelo processo de habituação social, fazendo parte da rotina e do pensamento dos indivíduos comuns, constituindo-se como instituições no país. Essas instituições, identificadas nas raízes do desenvolvimento brasileiro, estão relacionadas ao processo de evolução do capitalismo no país, que ampliou o patamar de economia periférica e dependente e com elevada concentração de renda.

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população. **Esses processos não são independentes uns dos outros: devem ser considerados dentro de um mesmo quadro evolutivo.** A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, **a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro.** Em outras palavras: quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média), mais rápida será a concentração da renda na periferia (FURTADO, 1974, p. 44-5, grifo nosso).

A atividade industrial é entendida por Veblen e por Furtado como o *locus* da acumulação produtiva. Para Furtado (1974), a atividade industrial exige que o capital investido seja constantemente renovado e, portanto, que inovações sejam incorporadas no processo produtivo. Da mesma forma, Veblen entendia que a atividade industrial estava ligada ao trabalho produtivo e ao conhecimento tecnológico (prático).

A indústria é um setor dinâmico, pois precisa acompanhar as mudanças tecnológicas e tem seus efeitos transbordados para a sociedade na forma de geração de empregos de qualidade,

de crescimento da renda, de diversificação e diferenciação produtiva, de autonomia e de poder econômico. Olhando para o caso brasileiro, não existe um sistema nacional de inovação maduro, o que não permite a geração de transbordamentos para toda a sociedade (ALBUQUERQUE, 2009).

Apesar de a atividade primária moderna ser marcada por significativos aprimoramentos tecnológicos (melhoramento genético de sementes, sofisticação tecnológica de máquinas, implementos, processos e insumos agrícolas), o Brasil não desenvolve internamente a maioria desses processos com elevado conteúdo tecnológico. O país segue especializado na produção e exportação de produtos primários, mas segue dependente da importação de insumos importantes, de bens e serviços caros e com alta sofisticação tecnológica (CARVALHO; GALA, 2020).

O enraizamento institucional dessa dependência vai na contramão da construção de um projeto industrial e tecnológico para o país e de ações (e não discursos) adotadas por países periféricos que conseguiram ascender para patamares de nações desenvolvidas. É justamente essa a conclusão do estudo de Amsden (2001), sobre a emergência de países periféricos. A autora aponta que um dos fatores pelos quais os países, como o Brasil, não conseguem prosperar é a ausência do pensamento e da implementação de um projeto econômico nacional de desenvolvimento dirigido pelo Estado. Somado a isso, “sem uma burguesia nacional, e sem técnicos e trabalhadores nacionais, voltados para os interesses do país, é impossível pensar em uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 214).

Um projeto de nação em prol do aprimoramento da vida em sociedade não ocorre “naturalmente”, exige uma consciência coletiva e um esforço deliberado e persistente daqueles que dirigem o país. Lastres e Cassiolato (2020, p. 288), olhando para a atuação moderna dos países periféricos em relação aos desenvolvidos, destacam que:

Nessa nova forma de “reinserção periférica” o centro segue ampliando seu domínio sobre as atividades produtivas intensivas em conhecimento e criatividade, notadamente estratégicas e geradoras de valor. E continuou cabendo aos países periféricos a especialização nas partes menos complexas das atividades produtivas, principalmente na produção das *commodities* intensivas em recursos naturais e energéticos e de “baixo custo”. A mão de obra empregada tem baixa remuneração e condições de trabalho “flexíveis” e muito precárias, assim como os custos com a sustentabilidade ambiental são baixos ou inexistentes.

Não é novidade que os custos e riscos da atividade tecnológica e industrial são elevados, sendo este um dos motivos pelos quais a presença do Estado é fundamental. Nos Estados Unidos, por exemplo, 57% dos gastos com pesquisa básica vêm do governo federal, enquanto

que apenas 18% é oriundo do setor privado (MAZZUCATO, 2014). Da mesma forma, os incentivos estatais em setores tecnológicos e industriais foram os elementos determinantes para o *catching up* de países como China, Taiwan, Coreia do Sul, Japão, etc. (AMSDEN, 2001).

A importância da participação do Estado não compete apenas às atividades de interesse público. Grandes corporações privadas ou de economia mista são beneficiadas por incentivos estatais. Mazzucato (2014) exemplifica isso com a indústria de biotecnologia nos Estados Unidos, que recebeu grandes incentivos de políticas públicas. Ou seja, a verdadeira história da inovação e da indústria nos países avançados, como nos Estados Unidos, vai além dos discursos de livre mercado proferidos por seus diretores²³.

No caso brasileiro, isso também pode ser retratado no Brasil por meio da listagem dos principais agentes privados e de economia mista que já tomaram recursos públicos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessa lista estão: Petrobras, Norte Energia, Vale, Construtora Norberto Odebrecht (CNO), Suzano Papel e Celulose, Transportadora Associada de Gás, Klabin, Tim, Telefônica Brasil (Vivo), etc. (BNDES, 2021).

A contradição na relação público-privado está no fato de os “homens de negócios” - a elite intelectual pró-mercado - pressionarem por privatizações, reduções nos impostos e menor participação do Estado e, ao mesmo tempo, mostrarem-se dependentes de recursos e incentivos públicos. “Diante dessa hipocrisia, não é de admirar que haja tanta confusão entre os formuladores de políticas e o público em geral em relação ao papel do governo na economia” (MAZZUCATO, 2014, p. 104).

Outro fato também retratado por Veblen, que está relacionado a emulação pecuniária, é a naturalização brasileira dos elevados lucros das empresas e das fortunas individuais. A elite e a sociedade comum não questionam a origem dessa fortuna/lucros ou a geração de valor para a sociedade. Os grandes lucros das empresas e as fortunas são aceitos e compartilhados por toda a sociedade como algo “natural” - institucionalização da emulação pecuniária e o “mito do progresso” -, tal como se percebe quando divulgada pela mídia os lucros das empresas e a lista dos bilionários do ano.

Essa naturalização das fortunas dos “homens de negócios” decorre da institucionalização de hábitos de pensamento pecuniários, especialmente da emulação pecuniária (desejo de estar sempre à frente dos demais, de tornar-se também um “homem de negócios”). “[...] A composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de

²³ De acordo com Block (2008 apud MAZZUCATO, 2014), priorizando o seu discurso neoliberal, os Estados Unidos continuam a exercer a política industrial de forma escondida, distante do debate público.

dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas” (FURTADO, 1977, p. 29).

É por isso que a variável política tem grande força nessa interação entre indivíduos, instituições e tecnologias. Compreender as relações de poder e a forma como a política é organizada apresenta-se, assim, como um instrumento necessário para pensar o desenvolvimento de um país. Neste cenário, o Brasil, conforme Mazzucato e Penna (2016), é visto como detentor de um sistema político e regulativo ineficiente, pois existe a sobreposição de responsabilidades, a competição e o uso não estratégico de recursos, a descontinuidade de investimentos e programas políticos, a burocracia excessiva e a ausência de auditoria de políticas de inovação.

O desenvolvimento brasileiro depende, portanto, do rompimento desse “aprisionamento” (*lock-in*) que também está ligado, segundo Albuquerque (2009), à ausência de uma “massa crítica em ciência e tecnologia”. Daí a importância de compreender as políticas de inovação em um contexto institucional. Na visão desse autor, a flexibilidade institucional é um ponto essencial quando se percebe a necessidade de mudanças quanti e qualitativas durante o processo de *catching up*.

Dessa forma, resta aqui uma última reflexão, que também serve de ponte para a continuidade deste trabalho e para a formação de uma nova agenda de pesquisa. Uma vez que se identifique uma sociedade, tal como a brasileira, que se desenvolveu com base em instituições essencialmente dependentes e pecuniárias, e sabendo que a política é um elemento central para influenciar o sistema de tecnologias e de instituições, qual seria a alternativa de Veblen para enfrentar esse problema do desenvolvimento (*lock-in*)?

5.3.1 Alternativa vebleniana para o desenvolvimento na sociedade pecuniária: uma nova agenda

Por mais que Veblen descreveu a realidade moderna da cultura pecuniária com certo grau de pessimismo, ele admite a possibilidade de mudanças de trajetórias provocadas no nível especialmente dos hábitos de pensamentos socialmente compartilhados. Nas suas palavras: “[...] todas as instituições humanas são suscetíveis de melhoria, e o curso da melhoria pode, de vez em quando, [...], resultar em substituição e deslocamento”²⁴ (VEBLEN, 2001, p. 31, tradução nossa). Ou seja, mesmo que difícil, é possível que ocorram melhorias na cultura

²⁴ No original: “But all human institutions are susceptible of improvement, and the course of improvement may now and again, [...], result in supersession and displacement”.

moderna, desde que essas mudanças perpassem pelos indivíduos e instituições dessa sociedade²⁵.

Tendo em vista sua abordagem não finalística, Veblen não vislumbra qualquer tipo de previsão ou possibilidade de que ocorra o fim da etapa pecuniária (descrita, por ele, entre fins do século XIX e início do século XX). Assim, mais importante do que buscar previsões futuras para os caminhos da sociedade, o autor busca compreender o desenrolar do seu processo evolutivo, que inclui a identificação das instituições (seleções) e os seus enraizamentos (heranças), de modo a sugerir adaptações necessárias para esse contexto capitalista (predatório-pecuniário).

Como já destacado anteriormente, a situação de desenvolvimento de uma sociedade não está condicionada apenas à existência de condições materiais e de tecnologias físicas, mas à forma como estas são usadas e apropriadas, o que depende dos hábitos de pensamento compartilhados e propagados principalmente por quem detém o poder de articular as políticas de uma nação. Aqui reside uma questão central sobre, então, como lidar com esse possível entrave (“aprisionamento”) do desenvolvimento.

Nas sociedades pecuniárias, esse bloqueio não decorreria da ausência de condições materiais, pois, com o progresso tecnológico (físico e social), os aumentos de produção oriundos dos ganhos de produtividade seriam suficientes para atender as condições básicas da vida da sociedade (“fins básicos da vida humana”). Mas, então, como enfrentar o problema oriundo de aspectos imateriais, isto é, do enraizamento social de instituições predatórias-pecuniárias desligadas do bem-estar social ou coletivo?

Veblen (1966) descreve que algumas soluções paliativas são geralmente apontadas como tentativas para resolver este problema, tal como a popularização de templos religiosos, a criação de organizações com ações de caridade, a recreação e a educação da população mais pobre, etc. Mesmo que essas atitudes representem a manifestação original dos instintos de inclinação parental e de trabalho eficiente, em prol dos fins básicos e da sobrevivência da vida humana, elas normalmente são passageiras e não atacam as raízes do problema.

Por mais que sejam positivas, essas soluções sociais, em um contexto cultural pecuniário, são meramente paliativas. Isso porque, aos olhos da elite (homens de negócios) que comanda a nação, estas ações sociais constituem “atividades supérfluas”, sem um sentido mercantil-pecuniário.

²⁵ De acordo com Chang (2008), uma nova instituição emerge apenas se houver legitimidade política perante a sociedade na qual está inserida, isto é, quando ocorre habituação social.

Numa realidade pecuniária, a alternativa vebleniana para esse problema do desenvolvimento não reside na revolução de um grupo social, ou em comportamentos isolados de caridade, ou, ainda, na “eutanásia dos homens de negócios”²⁶. A alternativa para um possível “reajuste” na trajetória de desenvolvimento em prol do bem-estar da sociedade e de atividades produtivas (tecnológicas e industriais) perpassa, num primeiro momento, por pressões com linhas pecuniárias, admitindo-se a força desse conservantismo institucional²⁷.

Em outras palavras, a possibilidade de um ajustamento no desenvolvimento da sociedade pecuniária para a promoção dos fins básicos da vida em sociedade está, conforme Veblen (1966), em construir propostas políticas que passem estrategicamente pelos interesses pecuniários dos homens de negócios, uma vez que estes exercem o comando da sociedade e da atividade econômica. Sem isso, segundo o autor, não haveria alcance possível para a realização de mudanças em favor do bem-estar coletivo.

Não se trata de saber o que deve ser feito, mas qual o rumo indicado pelos princípios da livre empresa; a iniciativa está nas mãos dos homens de negócios, e não nas dos moralistas, e o arbítrio dos homens de negócios é delimitado pelas exigências da empresa industrial. Nem mesmo os homens de negócios podem permitir-se abusar dos princípios financeiros para atender a motivos humanitários. A questão, por conseguinte, permanece de maneira geral a de saber-se o que poderá fazer o homem de negócios em prol do desenvolvimento cultural, baseando-se em motivos de lucro (VEBLEN, 1966, p. 192).

Nesta aparente contradição, emerge uma possibilidade inteligente de conciliação entre interesses da sociedade, da indústria (atividade econômica produtiva) e dos homens de negócios. Essa alternativa abrange a manutenção ou o aprimoramento das condições básicas da vida em sociedade, sem que seja pressuposto a exclusão de um grupo socioeconômico em detrimento de outro.

Portanto, é possível esquematizar uma alternativa vebleniana para o estudo do desenvolvimento de uma sociedade, tal como segue. Primeiramente, atentar para a etapa cultural (contexto) na qual se encontra uma sociedade, a exemplo daquelas que foram identificadas por Veblen: selvageria-pacífica, predatória-bárbara, predatória-pecuniária. No caso brasileiro, as raízes institucionais descrevem como uma sociedade predatória-pecuniária.

²⁶ Fazendo alusão ao termo “eutanásia dos rentistas”, na Teoria Geral de Keynes (1988).

²⁷ “The pressure exerted by the environment upon the group, and making for a readjustment of the group's scheme of life, impinges upon the members of the group in the form of pecuniary exigencies; and it is owing to this fact - that external forces are in great part translated into the form of pecuniary or economic exigencies - it is owing to this fact that we can say that the forces which count toward a readjustment of institutions in any modern industrial community are chiefly economic forces; or more specifically, these forces take the form of pecuniary pressure” (VEBLEN, 1912, p. 195).

A percepção dessa fase da cultura humana decorre da identificação do seu quadro institucional, isto é, dos hábitos de pensamento compartilhados e persistentes nesta sociedade, tais como as raízes institucionais que descrevem o caso brasileiro: a emulação pecuniária, a dependência, o consumo conspícuo, a divisão de classes, a concentração de poder político e econômico, a especialização produtiva, o livre mercado. Estes hábitos são propagados pelos grupos que detêm o poder político e econômico, e são transbordados para a sociedade.

Após a identificação dos hábitos de pensamento institucionalizados e do grupo responsável e interessado no conservantismo institucional, é preciso analisar as estratégias políticas que já estão sendo adotadas e quem está se beneficiando disso. Conforme Veblen (1966), em uma sociedade dominada por interesses dos homens de negócios, a caridade ou a defesa de uma “bandeira social”, apesar de positivos socialmente, não atacam a raiz do problema. É necessário que sejam traçadas estratégias e elaborados projetos que não ignorem as instituições enraizadas. Seria o caso, por exemplo, de construir programas que se apresentem como um benefício pecuniário aos negócios dos donos do poder (grandes corporações de um país) e que, ao mesmo tempo, impliquem em benefícios sociais e coletivos, com a produção industrial, avanços tecnológicos relacionados ao aprimoramento das condições de saúde, moradia, saneamento, e à geração de empregos de qualidade²⁸.

Em outras palavras, é necessário, num primeiro momento, demonstrar a possibilidade de ganhos pecuniários para convencer os homens de negócios de uma pauta social, industrial ou tecnológica, o que permitiria o transbordamento de resultados positivos para a sociedade. Neste sentido, há que se ter cuidado com a defesa de pautas que possam “excluir” algum setor ou classe. Segundo Veblen (1907), na prática política, os partidos precisam adotar medidas conciliatórias de modo a conversar com todos os movimentos sociais²⁹. Isso não implica na abdicação dos princípios norteadores do partido político de origem, mas na adaptação frente às circunstâncias reais do contexto institucional³⁰.

As mudanças institucionais não deveriam ocorrer apenas como uma imposição “de cima para baixo”, elas precisam de legitimidade para alcançar sucesso. As instituições e as políticas precisam de legitimidade perante à sociedade para produzirem efeitos positivos e,

²⁸ Projetos voltados para a causa trabalhadora, por exemplo, não deveriam ser apresentados como meros “direitos dos trabalhadores” ou “ganhos trabalhistas”, mas como ações estratégicas que poderão beneficiar também os negócios dos donos do poder.

²⁹ Veblen (1907) cita como exemplo os sociais-democratas do século XX, com características tanto econômicas quanto sociais, com a ideia de reformismo em detrimento de imagens revolucionárias.

³⁰ “A conciliatory party policy may, of course, impose an adaptation of form and color upon the party principles, without thereby seriously affecting the substance of the principles themselves but the need of a conciliatory policy may, even more, provoke a substantial change of attitude toward practical questions in a case where a shifting of the theoretical point of view makes room for a substantial” (VEBLEN, 1907, p. 314).

“para conquistar esta legitimidade, a nova instituição deve ressonar com a cultura/instituições existente, o que limita o escopo possível das inovações institucionais” (CHANG, 2008, p. 29).

Nesse sentido, apesar de uma política ser uma criação que normalmente é imposta “de cima para baixo”, motivada por interesses econômicos e políticos, a sua implementação e consolidação também irá depender da legitimidade e da credibilidade perante à população, o que perpassa pelos hábitos de pensamento dos indivíduos. Os indivíduos, conforme Chang (2008), não agem apenas em conformidade com interesses próprios e econômicos, mas por suas visões de mundo (ideologias). Exemplo disso, de acordo com o autor, é a agência coreana de planejamento (centro da intervenção governamental até 1970) que se apoiou na ideologia neoliberal a partir de 1980, provocando inclusive uma redução nos seus poderes.

Por isso, a política conciliatória apresenta-se, inicialmente, como uma alternativa vebleniana para lidar com certos problemas do desenvolvimento em contextos culturais pecuniários. Ou seja, uma vez que se reconheça a etapa cultural predatória-pecuniária, os comportamentos conciliatórios estruturados na forma de políticas públicas, mesmo que não rompam de imediato com algum enraizamento institucional, podem impulsionar o conhecimento tecnológico voltado para o alcance de fins básicos da vida em sociedade e, com o passar do tempo, promover mudanças nos hábitos de pensamento.

Essa política conciliatória referenciada por Veblen (1966) está longe de ser descrita como um receituário político; o autor não ousa propor qualquer tipo de “modelo ideal de desenvolvimento”. Entretanto, ao interpretar a realidade capitalista pecuniária norte-americana de sua época, Veblen reflete sobre uma possível alternativa para lidar com o domínio e o poder dos homens de negócios e da classe ociosa. Para ele, não há como negar a realidade pecuniária e romper abruptamente com essa lógica, mas ao reconhecer e compreender esse contexto podem ocorrer aprimoramentos institucionais e mudanças ao longo do tempo, desde que exista um projeto nacional de longo prazo com objetivos e estratégias bem definidos.

Veblen (1966) aponta para a dificuldade de romper com essa lógica pecuniária institucionalmente enraizada, de modo que a evolução de uma sociedade industrial é marcada mais por aprimoramentos tecnológicos e institucionais do que por rupturas e novos começos.

An immediate though secondary effect of the new departure in the industrial system — **a departure which is better expressed in terms of improvement and innovation than in those of a new start** — is the (virtual) discovery of resources made available in the new posture which industrial forces were taking, and the consequent freedom with which these new resources were turned to account (VEBLEN, 2003, p. 41, grifo nosso).

Essas melhorias podem decorrer da imitação ou empréstimo de ideias, conhecimentos e tecnologias de outros lugares, desde que o país incorpore esses novos elementos ao contexto institucional local. Em outras palavras, é necessário que ocorra uma adaptação institucional para que esses conhecimentos tecnológicos sejam absorvidos e, acima disso, criem uma dinâmica própria naquela sociedade.

O aspecto desigual e heterogêneo do progresso tecnológico brasileiro, segundo Albuquerque (2009), representa um obstáculo ao seu amadurecimento. Parte disso, segundo o mesmo autor, pode ser justificado por aspectos estruturais do país, marcado pela inadequação da tecnologia e pela polarização “modernização-marginalização”. As raízes históricas do Brasil, de industrialização retardatária e pautada na substituição de importações, formaram uma elite com hábitos de consumo e de pensamento semelhantes aos dos países centrais.

As inovações institucionais são importantes na superação desse atraso econômico. Esse baixo dinamismo dos países subdesenvolvidos decorre, em parte, da própria estrutura institucional. “As inovações institucionais, portanto, devem responder a desafios diversos e específicos a cada processo de desenvolvimento. Por isso, processos de *catching up* não podem ser reduzidos à mera cópia de algum modelo anterior bem-sucedido” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 66). Isso demonstra a importância de reconhecer aspectos institucionais existentes, e não apenas aplicar “modelos ideais”³¹.

Portanto, as mudanças institucionais caminham junto com a absorção e a geração de novas tecnologias, de modo que a aprendizagem institucional toma seu espaço para além da aprendizagem técnica³². A aprendizagem institucional, de acordo com Johnson e Lundvall (1994), refere-se a maneira como os países conhecem suas instituições, como elas funcionam e se modificam. Esse processo, segundo os mesmos autores, depende da forma como ocorrem as decisões políticas. Não basta que sejam disponibilizados recursos físicos, ou que exista uma organização superior que dite as regras e crie as leis, é preciso que ocorra a incorporação da ideia (política) nos hábitos de pensamento da sociedade.

A política conciliatória, *per se*, não é garantia de melhorias para a vida dos “indivíduos comuns”. Para que isso ocorra, na percepção de Veblen (2001), ela deve seguir um formato

³¹ Chang (2008) critica a existência de “instituições padrões globais”, como “modelos ideais”, que incluem: um setor público reduzido, um sistema judiciário independente, uma burocracia profissional com recrutamento flexível, um regime de regulação financeira com banco central independente, um sistema de governança voltado para rentistas e acionistas, um mercado de trabalho com regras flexíveis, etc. Essas instituições padrões são impostas por países centrais aos países periféricos e suprimem as peculiaridades locais.

³² “Talvez la organización del trabajo requiera ajustes y los empleados, capacitación; quizá los patrones de comunicación en las empresas y entre ellas deban cambiar un poco, etcétera. De lo contrario, las nuevas tecnologías no funcionarán correctamente y no surgirán mejoras potenciales en la productividad” (JOHNSON; LUNDVALL, 1994, p. 700).

nacional, estar centrada nas atividades produtivas, tecnológicas, e no aprimoramento da vida em sociedade. Portanto, não existe apenas um fator físico ou uma instituição que possa justificar a evolução positiva de uma sociedade, mas um quadro institucional amplo, composto por sistemas de tecnologias e de instituições que interagem com as políticas e os indivíduos de um contexto local.

Nesse processo, o Estado, por meio de um projeto nacional de longo prazo, ganha protagonismo pela sua capacidade de negociar com diferentes elos e socializar riscos e benefícios entre segmentos diversos. Segundo Chang (2004), o Estado exerce um importante papel da articulação de políticas industriais, na socialização dos riscos e na promoção de atividades produtivas. As experiências bem-sucedidas de *catching up*, de acordo com Cimoli *et al.* (2007), incluíram tanto a “construção institucional” quanto as políticas sobre imitação tecnológica, organização industrial, comércio internacional e propriedade intelectual.

A atividade produtiva e industrial é vista por Veblen (2001) como a força responsável pelas condições materiais de uma sociedade, e os “especialistas industriais” seriam os agentes detentores dos conhecimentos tecnológicos necessários para conduzir as políticas industriais. Entretanto, o mesmo autor adverte para a dificuldade de os trabalhadores/engenheiros industriais exercerem poder político, restando para a figura do Estado o papel de conciliador de interesses e de articulador das políticas para o bom desempenho produtivo e social de um país. Para que isso ocorra, as políticas precisam envolver tanto as tecnologias e atividades produtivas, quanto os indivíduos e os hábitos de pensamento compartilhados nesta sociedade - uma espécie de “sistema nacional de instituições”³³.

Dessa forma, como reflexão final desta tese, sem a pretensão de esgotar o tema, percebe-se que uma política conciliatória pode constituir uma nova agenda sobre os instrumentos que permitam a governabilidade em uma sociedade predatória-pecuniária e que possibilitem a inserção estratégica de um projeto de desenvolvimento industrial e tecnológico para o país de longo prazo. Este projeto precisa estar institucionalmente enraizado, isto é, passar pelo processo de “habituação social” e “capacitação social”³⁴. Assim, com o passar do tempo, poderão

³³ A ideia de “sistema nacional de instituições” que é proposta por Zysman (1994) se aproxima do que Veblen fala sobre um projeto nacional e um sistema dinâmico de tecnologias e de instituições. Para Zysman (1994), as trajetórias dos países não envolvem apenas sistemas nacionais de inovação, mas também padrões comportamentais e sistemas nacionais de instituições.

³⁴ A “capacitação social”, segundo Abramowitz (1986), considera os elementos sociais de um país - componentes históricos, institucionais e de capital humano - como fundamentais na absorção de tecnologias e políticas.

acontecer mudanças nos hábitos de pensamento que estão institucionalmente enraizados nesta sociedade³⁵.

³⁵ Segundo Peres e Primi (2009), por mais que certo enraizamento institucional possa representar um grande obstáculo ao desenvolvimento (especialmente no curto prazo), não é impossível criar e adotar políticas industriais em prol do desenvolvimento; estas poderão, inclusive, provocar mudanças no próprio quadro institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do desenvolvimento perpassa diferentes escolas de pensamento na Economia. Por mais que o institucionalismo tenha seu espaço, a abordagem original de Veblen para pensar o desenvolvimento ainda carece de maior atenção nos cursos de Economia. Veblen possui uma abordagem evolutiva, não teleológica, de modo a considerar tanto a herança histórica, quanto as mudanças decorrentes do processo evolutivo das sociedades, em meio a interações com os aspectos imateriais e materiais. É justamente nesse caráter mutável e, ao mesmo tempo, cumulativo, que reside uma percepção moderna e alternativa para o estudo do desenvolvimento das sociedades.

As instituições aparecem como o importante elemento analítico dessa compreensão do desenvolvimento e, apesar de os institucionalistas não possuírem consenso na sua definição, Veblen não deixa dúvidas: as instituições são os hábitos de pensamento socialmente compartilhados. Mesmo com uma retomada recente no debate sobre a importância das instituições no desenvolvimento dos países, a maior parte dos estudos ainda ignora ou concede pouca importância para as obras de Veblen e volta-se apenas para as instituições como regulamentações legais e organizações formais.

Diferente de preocupar-se apenas com as “regras do jogo”, ou de partir somente da tecnologia, ou, ainda, de entender o empreendedor individual como o único responsável pelas trajetórias de desenvolvimento de um país, Veblen procura compreender como ocorre a interação entre todos esses elementos: indivíduos, tecnologias e instituições. Mesmo que o autor conceda importância central para as instituições, estas por si só não fornecem explicações para a evolução da sociedade. As instituições só fazem sentido analítico quando consideradas do ponto de vista dos hábitos de pensamento que são compartilhados por indivíduos, que possuem suas influências sociais, seus hábitos e instintos, e também quando são consideradas as tecnologias físicas e sociais presentes nesta sociedade.

O objetivo e os resultados deste trabalho corroboram a hipótese inicialmente levantada, de que existe uma compreensão em Veblen sobre o desenvolvimento que relaciona indivíduos, instituições e tecnologias. Ao longo desta tese, esses pilares foram identificados e apresentados com base numa compreensão teórica e analítica sobre as contribuições de Veblen. Nessa interpretação, os indivíduos, com seus hábitos e instintos, são vistos como agentes imersos em um contexto social e institucional, e não como figuras isoladas e racionalmente perfeitas. Os indivíduos possuem suas características pessoais e particulares, mas as suas personalidades também são “penetrantes”, isto é, estão imersas em um quadro social e sujeitas a modificações

pelo meio. É por isso que os instintos ganham um entendimento mais amplo em Veblen, pois deixam de possuir um aspecto meramente biológico para também estarem vulneráveis aos hábitos de pensamento de um contexto cultural.

Por mais que existam instintos humanos mapeados pela literatura científica, as formas e os meios pelos quais estes irão se manifestar dependem do contexto institucional. Por exemplo, em uma sociedade predatória e pecuniária tal como a atual, o instinto de trabalho eficiente aparece de maneira viesada, pois há o desprestígio do trabalho produtivo (eficiente) e a preponderância do ócio pecuniário (rentismo) como elemento de reconhecimento social e demonstração de poder. Apesar desses padrões de comportamento serem originados nos “homens de negócio”, essa forma de levar a vida é difundida para toda a sociedade como um modelo ideal, belo e correto.

No contexto das sociedades modernas, o instinto predatório também é moldado pela instituição da emulação pecuniária. Os indivíduos buscam meios e formas para emular (estar à frente dos demais) no sentido pecuniário, e um importante instrumento para isso é o consumo conspícuo (ostentação do consumo). Por outro lado, nessa sociedade, fica em segundo plano o instinto de inclinação parental, que se preocupa com a continuidade da vida das próximas gerações, a exemplo de pautas ambientais, climáticas e sociais.

Outro pilar vebleniano essencial para a compreensão do desenvolvimento é a tecnologia. Esta é considerada na sua forma física (material) e também no seu aspecto imaterial (social). Tanto as máquinas e os equipamentos quanto os conhecimentos acumulados e as diversas formas de utilização das tecnologias físicas fazem parte do sistema de tecnologias vebleniano. Da mesma forma que a manifestação dos instintos, as formas e os meios de emergência e utilização das tecnologias e dos conhecimentos dependem das instituições presentes em um contexto cultural.

Com isso, numa fase moderna predatória e pecuniária, apesar de emergirem novas tecnologias físicas e sociais (máquinas, internet das coisas, inteligência artificial, etc.) percebe-se ainda uma forma de divisão do trabalho assentada na concentração de poder por parte das grandes organizações transnacionais e dos “homens de negócios”. Além disso, as tecnologias deixam de ter um apelo meramente instrumental, isto é, deixam de ser usadas “pelos” indivíduos e passam a ser utilizadas “para” os indivíduos alcançarem seus desejos e necessidades e, mais do que isso, para os homens de negócios e as grandes organizações fortalecerem seu poder.

A tecnologia interage com as instituições pecuniárias fazendo com que os países desenvolvidos busquem ampliar seu domínio tecnológico, de modo a definir os padrões de consumo e investimento e, com isso, ampliar a distância dos países subdesenvolvidos. As

sociedades modernas predatórias-pecuniárias são conduzidas por “quem é dono do que”, e uma das questões trazidas por Veblen está, justamente, nessa concentração de poder e nas formas de utilização dos excedentes e das propriedades (inclusive tecnológicas) por pequenos grupos.

Da mesma forma, o desenvolvimento de uma sociedade é visto como influenciado pelo tipo predominante de conhecimentos existentes, se está centrado em conhecimentos tecnológicos (práticos, científicos) ou em conhecimentos populares (ideologias, religião e “falsas-informações”). Assim, os aspectos materiais e imateriais diferem entre as sociedades, não existindo uma trajetória geral de crescimento, mas um sistema de tecnologias e de instituições que evolui no tempo e que caracteriza o desenvolvimento de um país.

Por mais que se identifique a concentração de poder econômico e de domínio tecnológico por parte de grandes corporações, homens de negócios e países desenvolvidos, Veblen não acredita que isso condene os demais países e indivíduos a uma situação permanente de dependência ou de submissão. Ao compreender que o desenvolvimento está sempre em evolução, o autor percebe na política um instrumento importante nesse processo de mudança institucional.

Uma vez que a sociedade se encontre numa etapa cultural predatória-pecuniária, as políticas e as atividades econômicas também tendem a ser conduzidas com fins pecuniários. Sendo difícil romper com esse enraizamento institucional, é importante aprimorar e articular estratégias políticas conciliatórias em favor do progresso industrial e tecnológico, mesmo que isso, num primeiro momento, não implique no rompimento com as instituições pecuniárias existentes.

Tal como identificado nas raízes institucionais brasileiras, é mais fácil ocorrerem aprimoramentos institucionais e mudanças graduais do que rupturas. Por isso, uma alternativa vebleniana para lidar com essa realidade é a política conciliatória. Esta não é expressa como um “modelo ideal”, mas como um instrumento capaz de conduzir melhorias numa sociedade predatória-pecuniária e, com o passar do tempo, provocar mudanças e rupturas institucionais, via mudança nos hábitos de pensamento dos indivíduos. Ou seja, uma política conciliatória pode ocorrer de diferentes níveis e formatos, mas só promoverá o aprimoramento da vida em sociedade (o desenvolvimento *à la* Veblen) se for capitaneada por indivíduos e políticas tecnológicas e industriais, e pelo enraizamento de hábitos de pensamento voltados para este fim.

Esse esquema teórico e analítico vebleniano possibilitou, portanto, uma compreensão das raízes institucionais do desenvolvimento brasileiro. Os indivíduos brasileiros estão imersos em um quadro histórico e institucional constituído por enraizamentos. Os conservantismos

institucionais são os hábitos de pensamento propagados entre as gerações, originados por pequenos grupos com maior poder econômico e político.

O processo de “revolução” burguesa no Brasil foi pautado no conservantismo institucional da manutenção de privilégios das classes superiores, da dependência cultural e tecnológica do país, do predomínio da atividade primário-exportadora como única fonte de riqueza, da ausência de uma concepção nacional e tecnológica sobre o desenvolvimento do país. Ou seja, essa base institucional na qual emerge a burguesia brasileira encontra relação com a trajetória produtiva e cultural do país que, segundo Furtado, esteve dependente da dinâmica externa.

A passagem de um Brasil colonial para um país imperial, industrial, até chegar em um país “global-dependente”, foi descrita por mudanças, mas principalmente por fortes enraizamentos institucionais. Algumas mudanças institucionais foram verificadas ao longo do processo evolutivo do país, tais como: a heterogeneidade da burguesia brasileira (e não uma burguesia inovadora e unificada enquanto classe dominante), a ruptura com a escravidão, o surgimento da mão de obra assalariada e a emergência da globalização nos anos 90. Apesar de a industrialização ter constituído um importante marco do desenvolvimento econômico brasileiro, ela não se enraizou enquanto hábito de pensamento socialmente compartilhado internamente e nem foi construída com base numa dinâmica nacional. Ou seja, a importância da indústria e da tecnologia não se configurou como uma instituição no país.

A dependência brasileira ganha destaque no conservantismo institucional pois, mesmo em meio a evolução para um país “global”, o Brasil segue dependente de padrões de consumo e produção ditados pelos países centrais. Um dos motivos para isso é a ausência da consolidação de hábitos de pensamento socialmente compartilhados (instituições) voltados para uma identidade nacional e para a importância do Estado como um agente fundamental na articulação de um projeto nacional, industrial e tecnológico de desenvolvimento para o país.

Após a compreensão de alguns enraizamentos institucionais brasileiros, questiona-se qual seria a recomendação de Veblen para esse problema do aprisionamento (*lock-in*). Assim, um possível encaminhamento para o problema do desenvolvimento brasileiro não estaria na conformidade com a posição de um país periférico e dependente, ou na exclusão dos homens de negócios ou, ainda, na revolta das classes economicamente inferiores (trabalhadores *versus* capitalistas), mas numa tentativa de conciliar interesses.

A política conciliatória seria possível pela coordenação e iniciativa do Estado, por meio da articulação de políticas tecnológicas e industriais, voltadas para o âmbito produtivo da economia e com transbordamentos para toda a sociedade, via geração de empregos de qualidade

e sofisticação produtiva. Veblen citou a importância de um “sistema industrial nacional” conduzido pelo Estado, desde que este estivesse voltado para os interesses da economia real (produtiva) e da sociedade.

Portanto, a sistematização das ideias de Veblen por meio da construção de um quadro teórico e analítico permitiu uma compreensão sobre o processo de desenvolvimento das sociedades e uma reflexão a respeito de alternativas capazes de enfrentar essa realidade. Quando aplicado ao contexto cultural brasileiro, pode-se identificar a força de enraizamentos institucionais que, mesmo persistentes desde a época colonial e resistentes a rupturas, são passíveis de mudanças. Na ótica vebleniana, essas alterações iniciam pela identificação das forças institucionais pecuniárias e pela construção de políticas conciliatórias voltadas, estrategicamente, para o progresso tecnológico-industrial e ao aprimoramento da vida em sociedade.

Essa estratégia política possibilitaria mudanças institucionais quando passasse pelo processo de habituação social, isto é, quando se tornasse um hábito de pensamento socialmente compartilhado no país. Por fim, este trabalho não ousa encerrar a discussão aqui proposta, mas construir uma nova agenda de pesquisa que possibilita uma melhor compreensão do desenvolvimento das sociedades e, mais especificadamente, que oferece as bases para a realização de uma releitura da economia brasileira por meio da abordagem institucionalista vebleniana. Esse quadro teórico-analítico também permite auxiliar na construção de estudos e alternativas políticas que modifiquem o *status* de Brasil dependente e subdesenvolvido.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITZ, M. Catching up, forging ahead, and falling behind. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 385-406, Jun. 1986.
- ALBUQUERQUE, E. Catching up no século XXI: construção combinada de sistemas de inovação e de bem-estar social. *In*: SICSÚ, J.; MIRANDA, P. (org.). **Crescimento econômico: estratégias e instituições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 55-83.
- AMSDEN, A. **The rise of the rest: challenges to the west from late-industrializing economies**. New York: Oxford University Press, 2001.
- AYRES, C. **The theory of economic progress**. North Carolina: The University of North Carolina Press. 1944.
- BERNARDI, B. B. O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.
- BNDES. Quem são os nossos 50 maiores tomadores de recursos. 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr./jun. 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os três ciclos da sociedade e do Estado. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 13-51, jan./jun. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018.
- CAMIC, C.; HODGSON, G. M. General introduction. *In*: CAMIC, C.; HODGSON, G. M. (ed.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. New York: Routledge, 2011.
- CARVALHO, A. R.; GALA, P. **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender o nosso fracasso**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.
- CASTRO, A. B. de. Brazil's second catch-up: characteristics and constraints. **Cepal Review**, Santiago, n. 80, p. 71-80, 2003.
- CAVALIERI, M. A. R. **O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CAVALIERI, M. A. R. Thorstein Veblen entre seus pares economistas: um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 11-34, 2015.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2003.

CHANG, H.-J. The political economy of industrial policy. *In*: CHANG, H.-J. **Globalisation, economic development and the role of the State**. London: Zed Books, 2004.

CHANG, H.-J. Um estudo sobre a relação entre instituições e desenvolvimento econômico - algumas questões teóricas fundamentais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 10, ano 7, p. 13-31, 2008.

CIMOLI, M. et al. Instituições e políticas moldando o desenvolvimento industrial: uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 55-85, 2007.

COHN, G. Problemas na industrialização no século XX. *In*: MOTA, C. G. **Brasil em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969. p. 285-306.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudanças na ótica institucionalista. **Teses FEE**, n. 1. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Emanuel Heuser, 2001.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Primeira edição: 1981.

FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção, 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar., 1981.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1983.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Primeira edição: 1958.

FURTADO, C. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GARCIA, E. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Veblen e o institucionalismo centrado no comportamento e na cultura dos indivíduos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p. 57-80, set. 2020.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, p. 415-431, 1998a.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, New York, v. 36, p. 166-192, Mar. 1998b.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough. **Journal of Economic Behavior and Organization**, Netherlands, v. 61, n. 1, p. 1-19, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Primeira edição: 1936.

JAMESON, K. P. Has institutionalism won the development debate? **Journal of Economic Issues**, Philadelphia, v. 40, n. 2, p. 369-375, Jun. 2006.

JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B. Sistemas nacionales de innovación y aprendizaje institucional. **Comercio exterior**, Ciudad de México, v. 44, n. 8, p. 695-704, Ago., 1994.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Primeira edição: 1936.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. As contribuições de Celso Furtado sobre o papel da ciência, tecnologia e inovação ao desenvolvimento. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 26, p. 277-298, jan.-jun., 2020.

MAZZUCATTO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZZUCATTO, M.; PENNA, C. **The brazilian innovation system: A mission-oriented policy proposal**. Brasília: CGEE, 2016.

MORGAN, L. H. **Ancient society**. New York: Henry Holt and Company, 1877.

NELSON, R. What enables rapid economic progress: What are the needed institutions? **Research Policy**, Netherlands, n. 37, p. 1-11, 2008.

NELSON, R.; NELSON, K. Technology, institutions, and innovation systems. **Research Policy**, Netherlands, n. 31, p. 265-272, 2002.

PELÁEZ, C. M. **História da industrialização no Brasil**. São Paulo: ANPEC, 1972.

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R. Internacionalização e dependência estrutural: empresas estrangeiras e a trajetória errante da economia brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 371-391, 2021.

PERES, W.; PRIMI, A. Theory and practice of industrial policy. Evidence from the Latin American experience. **Serie Desarrollo Productivo**, Santiago de Chile, Feb., 2009.

PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. A tecnologia na perspectiva da economia institucional. *In*: PELÁEZ, V.; SZMERECSÁNYI, T. (org.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec, p. 87-111, 2006.

RODRIG, D. New technologies, global value chains, and developing economies. **NBER Working Paper Series**, United States, n. 25164, 2018.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics**: The old and the new institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, p. 463-477, 1998.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 19, p. 569-590, 1995.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **História econômica & história de empresas**, São Paulo, n. 2, p. 7-25, 2000.

VEBLEN, T. Some neglected points in the theory of socialism. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, United Kingdom, v. 2, p. 57-74, Nov., 1891.

VEBLEN, T. The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 4, n. 2, p. 187-201, Sept., 1898a.

VEBLEN, T. The Beginnings of Ownership. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 352-365, Nov. 1898b.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 373-397, Jul., 1898c.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 13, n. 2, p. 121-150, Jan., 1899.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 14, n. 2, p. 240-269, Feb., 1900.

VEBLEN, T. The socialist economics of Karl Marx and his followers I. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 20, n. 1, p. 575-595, 1906.

VEBLEN, T. The socialist economics of Karl Marx and his followers II. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 21, n. 2, p. 299-322, 1907.

- VEBLEN, T. **The theory of the leisure class**: an economic study in the evolution of institutions. New York: The Macmillan Company, 1912. Primeira edição: 1899.
- VEBLEN, T. **The instinct of workmanship**: and the state of the industrial arts. New York: The Macmillan Company, 1914.
- VEBLEN, T. **The theory of business enterprise**. New York: Charles Scribner's Sons, 1915. Primeira edição: 1904.
- VEBLEN, T. **An inquiry into the nature of peace and terms of its perpetuation**. New York: The Macmillan Company, 1917.
- VEBLEN, T. **The higher learning in America**: a memorandum on the conduct of universities by business men. New York: B. W. Huebsch, 1918.
- VEBLEN, T. **The vested interests and the common man**. New York: B. W. Huebsch, 1919a.
- VEBLEN, T. **The place of science in modern civilization**: and other essays. New York: B. W. Huebsch, 1919b.
- VEBLEN, T. **Absentee ownership and the business enterprise in recent times**: the case of America. London: George Allen & Unwin, 1924.
- VEBLEN, T. **A teoria da empresa industrial**. Tradução de Edgar Magalhães. Porto Alegre: Editora Globo, 1966. Primeira edição: 1904.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Primeira edição: 1899.
- VEBLEN, T. **The engineers and the price system**. Kitchener: Batoche Books, 2001. Primeira edição: 1921.
- VEBLEN, T. **Imperial Germany and the industrial revolution**. Kitchener: Batoche Books, 2003. Primeira edição: 1915.
- WORLD BANK. Building Institutions for Markets. **World Development Report (WDR)**. Washington, DC: The World Bank, 2002. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5984/WDR%202002%20-%20English.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- WORLD BANK. Mind, Society, and Behavior. **World Development Report (WDR)**. Washington, DC: The World Bank, 2015. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Publications/WDR/WDR%202015/WDR-2015-Full-Report.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- WORLD BANK. Governance and the Law. **World Development Report (WDR)**. Washington, DC: The World Bank, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ZYSMAN, J. How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.